



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
1
2

**111ª Reunião Plenária de Conselho Nacional
do Meio Ambiente**

Brasília/DF.
4 de Setembro de 2013.

(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

46A SR^a. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Presidente do
47Conama) – Senhores Conselheiros, bom dia. Eu gostaria que todos se
48sentassem para darmos início a 111^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional
49de Meio Ambiente. Posso dar início Dr. Volney? Vamos lá então. Temos
50quorum, não é? Então novamente Bom dia a todos. Sejam bem-vindos a
51Reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente. E eu gostaria de fazer
52alguns comentários iniciais, como é de praxe, como presidente desde
53Conselho. E comentários mais de natureza política, obviamente. E também vou
54especificamente falar sobre dois temas da pauta. Primeira questão que eu
55gostaria de sinalizar aos senhores Conselheiros é a importância deste
56Conselho Nacional de Meio Ambiente. Desde que eu voltei ao Ministério do
57Meio Ambiente, em 2008, ‘éramos’ Secretária-Executiva, o firme propósito de
58fortalecer este Conselho como instância maior do Sistema Nacional de Meio
59Ambiente. Quando eu aqui cheguei, o Conselho chegou a situação crítica de
60inclusive os Conselheiros se retirem da Plenária em relação ao comportamento
61de um determinado Conselheiro. E o Conselho votava apenas moções. Os
62mais antigos que aqui permanecem se lembram desse momento do Conama.
63Existiu um movimento político muito grande de esvaziamento do Conselho
64Nacional do Meio Ambiente, principalmente no seu caráter deliberativo. À
65época, o Ministro Carlos Minc resolveu juntamente comigo e sua equipe
66trabalharmos para o fortalecimento deste Conselho. E desde que eu assumi o
67Ministério do Meio Ambiente eu tenho colocado isso como uma prioridade.
68Aliás, não só o Conselho Nacional de Meio Ambiente, o Conselho Nacional de
69Recursos Hídricos está sendo totalmente repaginado, também a CONABIO, o
70Conselho de Florestas. Nós estamos trabalhando os colegiados das políticas
71ambientais como colegiados estratégicos. Isso não é fácil. Isso não é fácil. Mas
72certamente o Conama é o Conselho que tem a maior identidade com a
73sociedade brasileira. E é considerado sim, um Conselho inovador, importante
74do ponto de vista da Política Nacional de Meio Ambiente e um Conselho que
75inclui vários segmentos da sociedade. Talvez por isso seja o Conselho que tem
76a maior demanda de revisão e ampliação da sua Plenária. E também por isso,
77talvez seja refém dessas armadilhas, porque um Conselho robusto não pode
78ser um Conselho que não tenha condições de deliberar. E esse Conselho nos
79últimos anos tem mostrado por parte dos senhores, todas as instituições que os
80senhores representam, um engajamento e uma determinação de buscar o
81fortalecimento do Conselho Nacional de Meio Ambiente sem que ele seja
82exposto a qualquer situação que extrapole as suas competências. Eu estou
83dizendo isso porque este Conselho não aprova matéria sem as negociações e
84sem os entendimentos, sem as divergências que o processo democrático
85requer para deliberação de assuntos que são absolutamente estratégicos na
86implementação da Política Nacional de Meio Ambiente no Brasil. E eu vou fazer
87aqui menção a dois assuntos específicos. Primeiro diz respeito a Resolução de
88Fauna, que foi aprovado por este Conselho e que eu pessoalmente e o
89Conselho fomos atacados publicamente em uma campanha de ‘descrédito’ do
90Conselho Nacional de Meio Ambiente, como se aqui tivessem pessoas que não
91tivessem um olhar estratégico sobre as questões da Política Nacional de Meio
92Ambiente. E todos os cuidados necessários. Foi uma Resolução aprovada por
93unanimidade, exceto por um membro que se diz contrário, que não poderia
94votar porque estava suspenso de votação. E o ataque que foi feito, eu não tive
95manifestações dos Conselheiros contrários a esses ataques. Exceto

96veementemente por uma nota colocada pelo Coronel da Polícia Militar de São
97Paulo, que defendeu a Resolução, além do que nós do Ministério do Meio
98Ambiente e eu pessoalmente tive que entrar para defender a Resolução. É
99inacreditável que os senhores não tomem a defesa do Conselho Nacional de
100Meio Ambiente. O que foi dito sobre esta Resolução e tem sido questionado a
101mim no meu gabinete, é que o Conama autorizou o tráfico de animais. Da
102maneira mais simples que eu posso especificar, as críticas são feitas ignorando
103Resoluções que existiam anteriormente, Atos Normativos Legais que existem
104tratando da matéria, ignorando que o Conama dá seis meses para que a
105Resolução entre em vigência. E ignorando que os estados solicitaram isso, os
106órgãos solicitaram isso com fundamentação, que os segmentos da sociedade
107civil apoiaram a discussão e entendem a importância da discussão. Ignorando
108que nós estamos falando de animais na Lista Pet, que na própria Resolução
109Conama também estabelece a famosa Lista Pet. Ou seja, fizeram um exercício
110político em cima do Conama e nós Conselheiros do Conama nos vimos reféns
111de discussões não só em redes sociais, inclusive na mídia brasileira colocando
112o Conama em cheque. Então eu estou fazendo esse depoimento como
113Presidente deste Conselho que eu tenho orgulho de presidir, que eu nunca vi
114deste Conselho, mesmo nas posições mais radicais para o lado da esquerda
115ou da direita, nenhum Conselheiro defender coisas contrárias à Política do
116Meio Ambiente. Nem tampouco, nenhum conselheiro tem o comportamento
117aqui de buscar dizer que nós estamos autorizando tráfico de animais. Eu sei q
118eu o Coronel de São Paulo vai fazer uma fala em defesa da Resolução, está
119aqui, é pautado enfim. Mas eu gostaria que os senhores fizessem uma
120reflexão, e estou propondo a Plenária do Conama sobre essa Resolução. É
121inacreditável que qualquer pessoa possa ir dizer o que quiser e nós não
122tenhamos uma defesa e uma colocação estratégica sobre Resoluções
123Conama. O patrimônio deste Conselho não pode ser questionado de maneira
124sem a solidez técnica e usando inclusive, deformando as informações que
125contem a Resolução. Eu li coisas que deformam, não estão escritas na
126Resolução. Não estão escritas. Alguém me prova, eu li, reli, falei não é
127possível. Então, se querem discutir com o Conselho, o Conselho é por
128definição democrático, venham aqui, apresentem as suas questões, discutam
129com os Conselheiros, mas não chamem os Conselho de traficantes de fauna.
130Isso é inaceitável. Pelo menos em minha opinião como presidente do
131Conselho. Tem várias matérias polêmicas aqui dentro, há várias situações
132polêmicas neste Conselho, quando não há consenso nós tiramos da pauta, têm
133salvaguardas, têm situações de ruptura que são difícil de serem enfrentadas,
134mas é preciso fazer ruptura. Para o bem ou para o mal. Lembro o que foi a
135decisão deste Conselho sobre a Resolução 303/2002 a respeito do Código
136Florestal e as suas consequências. Em uma clara extrapolação de
137competências segundo os juristas. Então, não acredito que esse seja o espírito
138do Conselho. Por isso eu estou abrindo a Reunião com a defesa veemente do
139conselho e solicitando aos senhores, uma vez que a Resolução só entra em
140vigor com seis meses, em janeiro, não é isso? Fevereiro. Sei qual é o prazo
141correto. Que essa Plenária faça uma discussão, se entenderem que assim
142deve ser, ou se quiserem a diretoria do Conama encaminhará a todos os
143Conselheiros as manifestações que chegaram ao Ministério do Meio Ambiente
144pedindo inclusive o cancelamento da Resolução. Os argumentos que foram
145apresentados por vários segmentos da sociedade. Eu não vou fazer nenhum

146juízo de valor. Agora, querer questionar uma resolução, querer discutir uma
147Resolução, querer colocar contra pontos a Resolução, eu não tenho nenhum
148problema em relação a isso. Acho que esse espaço é por definição isso, o
149espaço do contraditório, da democracia, do mundo das ideias, das
150divergências. E daqueles que são gestores públicos, a responsabilidade de
151trabalhar a gestão pública ambiental do ponto de vista de todo o arcabouço
152legal desse país, não só civil, a legal, como também a criminal. Agora, venham
153dizer aqui, abram o debate conosco, não nos acusem de traficantes de fauna.
154Então, o primeiro o tema da pauta, da minha fala, eu manifesto a minha
155indignação com os ataques que foram feitos ao Conama pela falta de aspectos
156democráticos desse diálogo. O façam neste Conselho, estão convidados a
157virem para cá. Se necessário for, faz um debate com os Conselheiros, eu não
158tenho nenhum problema com isso, eu tenho certeza que os senhores não têm
159problema com isso. Absoluta certeza. Agora, não ficar debatendo pela
160imprensa acusando o Conama, inclusive deturpando o que está escrito na
161Resolução, segundo várias manifestações que foram, chegaram a mim.
162Inclusive de defesa do Conselho. Eu, como a Resolução só entra em vigor em
1632014, foi pedido inclusive que eu cancelasse a Resolução. Eu não tenho esse
164poder. Eu não posso cancelar uma decisão de pleno, eu posso devolver ao
165pleno uma apreciação da matéria. Democraticamente, eu coloco sobre a
166consideração de vocês como que o Plenário entende que esse assunto poderá
167ser abordado, da Resolução ou a discussão sobre fauna especificamente,
168sobre o bem-estar de animais. Especificamente, é um segmento dos 10 temas
169estratégicos de fauna, chama-se bem-estar de animais. Agora, que sejam
170discutidos os pontos verdadeiros conforme o texto trata e a responsabilidade
171de quem tem que conduzir o assunto do ponto de vista da gestão pública.
172Então eu convido. A minha proposta é que os senhores avaliem, convido os
173Conselheiros a debaterem o assunto ou verificarem qual o melhor
174encaminhamento. Ou encaminhem a mesa propostas de debate sobre isso.
175Agora, lembro que uma proposta unânime aprovado neste Conselho. E peço
176particular atenção dos órgãos ambientais estaduais, defendam as decisões do
177Conselho Nacional do Meio Ambiente. Muitas dessas decisões são feitas para
178a gestão ambiental estadual, particularmente depois da aprovação da Lei
179Complementar 140. Que a fauna é de responsabilidade dos senhores a partir
180de agora. Lembro isso. Lembro isso. Porque é inacreditável o que esse
181Conselho foi dito sobre o Conama e inacreditável também na minha avaliação
182pessoal, a pouca defesa. Ou daquilo que chegou ao meu conhecimento, eu
183não estou fazendo aqui nenhum juízo de valor. Sobre o Conselho Nacional de
184Meio Ambiente. Sobre mim, sobre a Presidente do Conselho, eu me defendo,
185tanto é que pararam da bater na Ministra. Mas não é assim, eu trabalho com o
186corpo, não no sentido corporativo negativo, mas o trabalho institucional,
187político, fortalecimento das instituições. E o Conama para mim é uma das
188instituições mais importantes da Política Nacional do Meio Ambiente, eu
189respeito a sua tradição. E gostaria que a sociedade brasileira respeitasse a
190tradição deste Conselho. Aproveitando o tema de fauna, eu quero anunciar aos
191senhores que eu estou instituindo essa semana por ato da Portaria Ministerial,
192três iniciativas ligadas à competência nacional e federal do Ministério do Meio
193Ambiente. Primeira delas diz respeito. Eu estou instituindo o programa Pró-
194espécies, que na realidade é o Programa Nacional de Conservação de
195espécies ameaçadas de extinção. Ok? Disciplinando todo o procedimento de

196edição de listas de espécies ameaçadas de extinção e os critérios de avaliação
197das espécies ameaçadas de extinção. Ok? Esse. Portaria deve estar saindo
198até sexta-feira, é uma questão apenas de consultoria jurídica. Em seguida,
199quer dizer no mesmo dia, deve sair publicado, eu estou instituindo um Grupo
200de Trabalho permanente de fauna brasileira diretamente ligada ao meu
201gabinete. Com especialistas para rever toda a estratégia nacional de gestão
202fauna. Em torno dos 10 itens, dos 10 eixos temáticos de fauna e compreende
203desde a questão das espécies ameaçadas, os planos de espécies ameaçadas,
204até as espécies invasoras. E por esta razão eu também estou instituindo um
205grupo, disciplinando um programa sobre espécies invasoras no Brasil. Isso está
206circunscrito a competência do Instituto Chico Mendes, da Secretaria de
207Biodiversidade e Florestas, e do próprio Ibama. Mas não quer dizer que os
208aspectos dessa discussão com especialistas do Brasil inteiro, não sejam depois
209objeto de debate com esse próprio Conselho. Ok? Ou seja, embora a LC 140
210dê claras competências aos estados para lidar com a questão de fauna, todo o
211debate sobre a prioridade de conservação de fauna, a prioridade de gestão, a
212prioridade de identificação técnico científico sobre a fauna brasileira, isso é de
213responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente. Então esse assunto está
214devidamente encaminhado ao meu gabinete e solicitaria que os senhores
215fizessem por gentileza uma avaliação se de fato esse Conselho, como é o que
216Conselho entende o processo relacionado a Resolução 457. Bom. Segundo
217tema que eu gostaria de tratar com os senhores hoje diz respeito à aprovação.
218Isso é uma boa notícia, pelo menos para nós da União, mas uma boa notícia
219que deu muito trabalho e uma notícia que começou ainda, to olhando aqui o
220pessoal do Rio, ainda como Secretária Executiva e o Ministro Carlos Minc. Nós
221aprovamos a Lei 12856, são mil novas vagas de analistas ambientais para o
222Ibama e o Instituto Chico Mendes. Foi aprovado. A Presidenta sancionou a lei
223dia dois de setembro, ou seja, ontem, e nós já estamos tomando as
224providências para os concursos, para formatar e verificar em que momento o
225concurso público poderá ser feito. Isso significa dizer a prioridade que o
226Governo Federal está conferindo a estruturação da carreira de analistas
227ambientais. Desde o início do Governo da Presidente Dilma, anualmente o
228Ministério do Meio Ambiente tem sido objeto de concursos públicos, acabamos
229de fazer 108 novos analistas para o Ibama, para a área de licenciamento e
230fiscalização. O Ministério do Meio Ambiente na área de técnicos administrativos
231são 400 novas vagas, não é isso para técnicos administrativos? Também
232aprovados. Ok? Em uma política de, foi dada a carreira dos analistas
233ambientais pela Presidenta no ano passado, inclusive com gratificação para
234especialização em mestrados. A questão da interiorização também está sendo
235resolvida. A questão do plano de capacitação do Ministério Meio Ambiente hoje
236os nossos funcionário saem para mestrado e doutorado já com bolsa do CNPq
237ou da Capes. Toda uma modernização na Gestão Ambiental Federal, talvez
238por isso nós já começamos a sentir resultados importantes, não só no
239desmatamento, mas também no licenciamento e em outras áreas. Precisamos
240reforçar a área de qualidade, o próprio Instituto Chico Mendes precisa de um
241reforço na ponta, em relação às unidades de conservação. A tarefa é imensa,
242mas óbvio que aprovar uma lei com mil novas vagas é mudar, inclusive lidar
243com o cenário de aposentaria que nós estamos esperando particularmente no
244Ibama nos próximos três anos. Então, nós vamos preparando, o que significa a
245saída desses servidores e a entrada, para que o órgão não sofra impactos tão

246expressivos além de perder quadros já capacitados. Mas é natural que as
247pessoas queiram se aposentar. Há outro aspecto importante que vai ser objeto
248dessa Reunião do Conama, que é o Cadastro Nacional de Informações
249Espeleológicas, em cumprimento a Resolução 347 de 10 de setembro de 2004,
250e que o Instituto Chico Mendes vai apresentar isso no final da Reunião. Então,
251aqui o desdobramento. E também, eu gostaria de apresentar aos senhores a
252proposta do Seminário de Licenciamento Ambiental. Ok? Este Conselho
253solicitou que nós. Ou melhor, eu trouxe a este Conselho a partir de uma
254provocação dos estados e dos municípios, por conta da LC 140 e do setor
255produtivo, a necessidade de nós discutirmos as Resoluções do Conama
256ligadas a licenciamento em face da aprovação da LC 140. E a estratégia
257sugerida é que nós pudéssemos ter um primeiro seminário de debate sobre
258uma visão geral de licenciamento a partir dos segmentos que aqui estão
259representados. Então, existem exercícios já feitos pela indústria, por exemplo,
260existem exercícios feitos pela Abema, as entidades de meio ambiente fizeram
261estudos e um Seminário na sua penúltima reunião. Discutiram e consolidaram
262um documento. Há posições diversas da sociedade civil, há setores associados
263ao PIB, como o setor da agricultura, discutindo a questão do licenciamento.
264Enfim, há uma pulverização de iniciativas de natureza política sobre a
265necessidade de modernizarmos o processo de licenciamento ambiental
266particularmente naquilo que as Resoluções Conama 001/86 e 237/97
267disciplinam, que já não dialogam com o que a LC 140 estabeleceu. Então por
268esta razão a nossa proposta é que seja feito esses seminário aqui em Brasília
269no dia de outubro. Ok? E que nós seríamos os membros do Conama e
270convidados, a ideia é que nós possamos ter apresentações sobre o desafio do
271licenciamento nesse quadro político com representantes do Ministério Público,
272da indústria, da Abema, do Ibama e da sociedade civil. Nós iremos organizar
273isso no Ministério, quais são as falas, quem falaria, qual é o roteiro. Teríamos
274debates, encerramento, e a perspectiva é que nós possamos a partir daí
275sintetizar as grandes linhas e discutir com a Plenária quais os melhores
276caminhos a serem adotados sobre o aprimoramento de normas, ou de
277normativa deste Conselho, em face do que virá definido sobre a LC 140.
278Chamo a atenção dos senhores para o fato de que a Resolução, que a Lei 140,
279estabelece também o papel dos municípios. Ok? E aí eu acho que a grande
280responsabilidade do licenciamento vai ser o debate entre estados e municípios,
281naquilo que as tipologias federais tiverem excetuadas. Então, essa discussão é
282uma discussão que não é normatizar por normatizar, ela merece uma
283discussão de fundo. Os quadros legais de várias políticas de infraestrutura que
284dialogam diretamente com o licenciamento ambiental estão mudando em lei.
285Os ritos de implementação de empreendimentos de infraestrutura estão
286mudando em lei, por exemplo, o tratar do RDC, o recibo diferencial de compra,
287tratar do sistema de portos. Há uma série de inovações que são colocadas, que
288o Congresso Nacional está aprovando. O estatuto do licenciamento terá que
289dialogar com isso a partir do que a Lei Complementar define. Então, eu sei, eu
290acho que o que eu posso dizer de maneira mais clara é que quanto mais as
291regras forem nacionais do ponto de vista dos estados e municípios e da própria
292União, e quanto mais cada estrutura, cada instância, definir procedimentos
293específicos, melhor será do ponto de vista para evitar a discricionariedade e
294para evitar o conflito entre estados, ou entre municípios. Eu acho que a Lei
295Complementar 140 verticaliza mais ainda a relação dentro da Política Nacional

296de Meio Ambiente, particularmente nas competências entre estados e
297municípios. Então, nós teremos que saber discutir que normas são essas,
298como é que as normas do Conama estão ou não extemporâneas, em face do
299novo quadro legal, dos novos quadros legais que o Brasil estabelece, tem
300estabelecido recentemente. Finalmente, eu gostaria de sinalizar dois aspectos
301que estão contidos na pauta. A pauta do Conama traz como um dos temas a
302serem discutidos hoje a Resolução, uma resolução que trata de
303micronutrientes. Ok? É uma resolução que do meu ponto de vista ela ainda
304carece de aprofundamento técnico, nós analisamos isso sobre várias
305perspectivas dentro do Ministério. E analisamos isso em face de várias
306colocações e manifestações que chegaram ao Ministério do Meio Ambiente em
307torno da discussão dessa Resolução. Particularmente no que diz respeito a
308importação de resíduos. Lembro aos senhores que agora em outubro nós
309vamos assinar a Convenção de Minamata, que é a nova convenção da ONU
310sobre o mercúrio. Ok? E que essa convenção da ONU nasce com um novo
311regulamento já no espírito pós Rio+20, em relação a regulamentação e ao
312tratamento de resíduos, não só de mercúrio, mas também de resíduos. O
313nosso entendimento, do Ministério do Meio Ambiente e eu como Presidente
314deste Conselho, entendo que como a Resolução está insuficientemente
315discutida em face da polêmica, eu não gostaria de expor esse Conselho a uma
316decisão sem que nós tenhamos um amadurecimento profundo das
317contradições que o texto traz. Normalmente é um tema muito árido, não é um
318tema de fácil apreensão, tecnicamente falando. E isso me remete a uma
319discussão que nós tivemos nesse Plenário a respeito dos padrões de
320referência, os valores de referência para solo. Todo mundo sabe a
321complexidade que foi aprovar aquela Resolução. Valores de referência não são
322padrões de qualidade, chamo a atenção. E as pessoas que não conhecem
323tecnicamente a matéria trocam as suas afirmações e depois agem
324politicamente em contradição. Mas voltando a questão dos micronutrientes,
325usando a prerrogativa do Art. 20 do Seminário, do Regimento Interno perdão.
326Eu vou propor que essa matéria fique sobrestada, ok? Para possibilitar uma
327avaliação e proponho dois momentos, uma realização de um Seminário
328Técnico, com a academia, com todas as pessoas discutindo esta Resolução
329dentro do Conama. E a partir daí um grupo que consolide esses aspectos
330dessa Resolução ou desse debate, e traga a Plenária para a deliberação sobre
331o texto da Resolução. Isso a ser feito até outubro, é desejável que em outubro
332se tenha esse Seminário Técnico, porque as contradições são monumentais
333em torno de argumentos tecnocientíficos que são postos na Resolução. De tal
334maneira que este Conselho não fique exposto a nenhuma situação de
335questionamento sobre o seu processo de tomada de decisão, sobre o
336questionamento da sua matéria, isso eu não vejo nenhum problema. Agora,
337sobre o questionamento sobre o processo de tomada de decisão, como
338Presidente desse Conselho, eu gostaria de ter uma atitude de possibilitar que
339estes questionamentos sejam explicitados para todos os Conselheiros. E a
340tomada de decisão do Conselho seja feita com base no que está no texto, nas
341suas emendas de redação e etc., mas com substância tecnocientífica e política.
342Então, eu proponho que isso fique sobrestado e proponho a realização de
343seminário ainda em outubro, possivelmente no final de outubro, em função do
344Seminário de Licenciamento. Ou início de novembro. Vamos ver as datas,
345porque as pessoas também têm dificuldades. Ou se os Conselheiros querem

346participar diretamente ou as instituições que representam querem ter
347representantes para debater sobre o assunto. Agora, nós abriremos a
348Resolução para o debate tecnocientífico, em torno da sensibilidade que o tema
349requer. Finalmente, eu gostaria de sinalizar que vocês vão apreciar uma
350Resolução sobre licenciamento de aquicultura. Ok? Eu voltei ontem do Acre,
351fiquei muito impressionada quando eu vi lá as discussões com as populações
352indígenas e os projetos de aquicultura e de renda para essas populações. O
353que estamos discutindo, o que vai ser discutido aqui pelo Governo Federal, é
354um processo de modernização de uma Resolução que já foi tomada a decisão
355nesse Conselho, que eu presidi a sessão, eu me lembro disso. Para de fato
356viabilizarmos os projetos aquicultura neste país. É inacreditável a defasagem
357entre investimentos e o licenciamento ambiental desses projetos. O que está
358sendo feito aqui é um trabalho que envolveu o Ministério da Pesca, liderança
359do Ministério da Pesca, conversa com vários representantes desse Conselho,
360Agência Nacional de Águas, que está aqui também para discutir o assunto do
361ponto de vista da qualidade da água. E um debate com o próprio Ibama que
362não tem competência de licenciamento nesse aspecto diretamente, mas o
363próprio Ibama entende que naquele que é competência federal ele pode e deve
364aprimorar os processos de licenciamento, por exemplo, nos casos dos
365reservatórios de hidroelétricas que são sujeitas ao licenciamento federal. Há
366uma demanda imensa no país, uma oportunidade imensa de investimentos, e
367nós temos como é o espírito deste Conselho, ter a capacidade de dialogar e
368entender dentro das nossas regras o que nós podemos aprimorar para
369viabilizar a concepção de objetivos no meio sustentável. Interessa-nos no ponto
370de vista de Brasil, pelo menos da minha perspectiva, aprimorar a prática de
371aquicultura com toda a qualidade ambiental e com todas as salvaguardas
372ambientais. Significa não só geração de renda, aumento de proteína para a
373população brasileira, para os mais pobres, para o desenvolvimento regional,
374mas significar também ter uma legislação ambiental que dialogue com a
375realidade do país, com todas as salvaguardas necessária. Então, vocês vão
376apreciar esse debate e teremos ainda uma apreciação aqui de um tema que eu
377acho sensível, que é exatamente a prorrogação de prazos, se eu posso falar
378assim de uma maneira muito direta, para a atualização por parte dos estados,
379dos governos estaduais, dos valores de referência daquela resolução de solo,
380especificado. Já o que Conama fez os valores de referência, os estados
381encontraram dificuldades de cumprir o prazo. Isso vai ser uma discussão aqui
382aberta, acho apenas que a discussão não deve ser de prorrogação. Minha
383opinião pessoal, não deve ser de quatro anos, tem que ser no máximo dois
384anos. E acho que todo mundo quando estabelece um prazo no Conama tem
385que procurar cumprir. O então não estabeleçam prazos que não podem
386cumprir. Isso esvazia o papel desse Conselho. Então eu peço compromisso
387dos Conselheiros em fazer, se não conseguem fazer peçam ajuda ou tragam
388ao Plenário para que possamos discutir. Não é pedir ajuda ao Ministério do
389Meio Ambiente, é pedir ajuda ao Plenário do Conama, este é o espaço
390democrático de dizer como é que nós vamos trabalhar a Política Nacional de
391Meio Ambiente. Agora, ir adiando, adiando, decisões absolutamente
392estratégicas para o país, eu particularmente vejo uma situação muito
393desconfortável. Então eu acho, como proposta minha, que possa reduzir o
394prazo, verificar onde estão essas dificuldades, tornar disponível o apoio
395tecnocientífico necessário. Eu não tenho nenhum problema de fazer essa

396mobilização, interlocução, e temos nos estados, aí sim os padrões, aquilo
397necessário para que em face da realidade local a questão do solo possa ser de
398fato regulamentada e dita dentro da legislação estadual, como a própria Lei
399Complementar 140 estabelece. É uma maneira de trabalhar com mais
400transparência e uma maneira de trabalhar com mais objetividade, enxergando
401a desigualdade e as dificuldades que os órgãos ambientais tem no país para
402fazer cumprir uma série de suas competências. Está na hora de fortalecer os
403órgãos ambientais desse país, e aí Dr. Pedro Wilson, está na hora do senhor
404aprender, a Anamma aprender, os caminhos pelo menos por onde não trilhar,
405ir para novos caminhos para que isso não se replique nos municípios. O debate
406tem que ser feito de outra envergadura, com outra envergadura de natureza
407política a respeito do fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente.
408Enfim, isso é o que nós temos colocado em termos de pauta do Conama.
409Lembro apenas que do ponto de vista internacional nós começamos a partir de
410agora de setembro, daqui a duas semanas, o debate internacional sobre os
411objetivos do desenvolvimento sustentável no segmento da Rio+20. E também
412da discussão a partir da proposta do Secretário Geral da ONU, de uma agenda
413pós 2015, que trata efetivamente de, como uma das grandes transformações
414do planeta de padrões de produção em consumo sustentáveis. Então, eu
415sugiro àqueles que tenham maior curiosidade, leiam o documento produzido.
416Eu tive a honra de participar do painel do Secretário Geral, e essas discussões
417irão influenciar muito, espero eu, as discussões do Conama. Porque na hora de
418discutirmos desenvolvimento sustentável, padrões de produção e consumo, e
419como é que isso reflete nacionalmente, o Conselho deverá ter um maior
420alinhamento desse debate em torno daquilo que são os modelos de
421desenvolvimento sustentável que o Brasil quer adotar ou deseja perseguir.
422Passará por este Conselho esse debate, além dos fóruns que o próprio
423Governo Federal e a sociedade civil estão se dedicando para ter uma postura
424mais incisiva, uma participação mais incisiva da sociedade brasileira nesse
425debate global. Por fim, eu quero dizer o que Dr. Paulo Nogueira Neto não está
426conosco hoje porque teve um problema de saúde, ele me escreveu. Inclusive
427não pôde fazer a aula dele em agosto na USP, mas ele teve uma pneumonia e
428graças a Deus já se restabeleceu, está bem, deverá estar conosco na próxima
429reunião, com a sua determinação que é invejável para todos nós. Eu desejo a
430ele o seu pronto restabelecimento, eu vou telefonar para ele, o Dr. Mossam
431está aqui representando. E esperamos que o Dr. Paulo volte o mais rápido
432possível, porque certamente ele é uma pessoa, não só pela sua experiência,
433mas pelo seu equilíbrio de propiciar os debates deste Conselho com a maior
434envergadura política, com a altura do Conselho Nacional de Meio Ambiente.
435Então eu quero agradecer a todos. Desejar aos senhores uma ótima reunião.
436Eu espero que seja muito proveitosa. Eu recebi aqui um livro, maus-tratos aos
437animais e a violência contra as pessoas, é um tema realmente polêmico e
438apaixonante. E eu fiz essa fala tão incisiva porque ontem foi o dia do biólogo e
439como bióloga, inclusive o Conselho Federal de Biologia se manifestou contra,
440houveram manifestações contrárias, membros do seu Conselho em relação à
441Resolução. As pessoas não leram com cuidado ou não conhecem a
442envergadura da gestão, então é impossível discutir, isso é diálogo de surdo. Eu
443acho melhor e dialogar com gente grande, entendendo quais são os
444problemas, entendendo quais são os caminhos que o Conama pode construir
445para resolver esses problemas. Estamos aqui não para prejudicar a fauna, ao

446contrário, para fortalecer a gestão ambiental e proteger a fauna brasileira.
447Depende muito também da qualidade da interlocução da sociedade brasileira
448com esse Conselho. Então, eu até provem o contrário, defenderei este
449Conselho, até quando eu estiver aposentada. Porque eu sei a importância dele
450enquanto instancia de Política Nacional do Meio Ambiente e a importância, a
451seriedade dos senhores Conselheiros no debate das questões aqui colocadas.
452Muito obrigada a todos. Uma boa reunião. Vou passar o comando ao Dr.
453Francisco Gaetani, que se mantenha sereno, mais magro. E a Dra. Adriana.
454Sem brigas. E a Dra. Adriana para conduzir a reunião com a pauta colocada,
455com tribuna livre, tem colocações aqui dos senhores. E pedir com licença,
456porque terei que me ausentar. Muito obrigado a todos. E um bom dia.
457(*Palmas!*).

458

459

460**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Bom dia
461a todos e todas pessoal. Hoje nós estamos com a casa cheia. A turma que está
462em pé aí. Nós temos alguns lugares vagos aqui na frente, então, por favor,
463acomodem-se. Nós vamos dar início a Reunião, primeiro com a informação de
464que nós temos quorum e que nós vamos colocar, subordinar, a votação, a
465questão da ata da última reunião, a aprovação da transcrição da 110ª Reunião
466Ordinária de 22 e 23 de maio. Peço que aqueles que não estejam de acordo
467com a ata se manifestem. Peço que os que estiverem de acordo com a ata, por
468favor, ergam os seus crachás. Está aprovada a ata. Nós vamos hoje também
469apresentar dois novos Conselheiros suplentes, na verdade duas novas
470Conselheiras suplentes, a Regina e a Zilda. Peço que elas se levantem para
471que possamos conhecê-las. Ela não é Regina nem Zilda. Tem um assédio
472nesse momento, então. Nem a Regina e nem a Zilda puderam estar presente.
473Regina? Você é Regina? Achei que era outra. Perdão. Mas você não se
474levantou. Levantou e eu que não vi? Tudo bem. Desculpe. Apresentar a Regina
475para o Conselho é quase que. Perdoem-me. Ela é sócia fundadora. Então, por
476favor, estão todos em casa. Tem cinco pessoas falando ao mesmo tempo, eu
477estou com essa dificuldade aqui. (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*) Ela
478agora está trabalhando no gabinete da Ministra de Estado, Isabela Teixeira, no
479Ministério do Meio Ambiente. A Regina Gualda estava na Abema, hoje trabalho
480no gabinete da Ministra do Ministério do Meio Ambiente. É porque eu estou um
481pouco distraído ainda, eu estou acordando, vocês me desculpem. Muita
482confusão aqui na frente. Por favor, um momentinho. Só cinco de cada vez, ok?
483Mais de cinco de cada vez fica difícil. Podemos continuar?

484

485

486**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
487**DConama)** - Secretário tem outras pessoas que estão com posse.

488

489

490**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Tem um
491telefone tocando com uma trilha sonora interessante.

492

493

494**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
495**DConama)** - Não é aqui.

496

497

498 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama) –** É aqui.

499

500

501 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
502 **DConama) -** Não na mesa. Outros novos Conselheiros.

503

504

505 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama) –** Porque
506 aqui só tem o nome da Regina e da Zilda?

507

508

509 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
510 **DConama) -** Porque a Regina voltando, é uma. Nós fizemos uma questão
511 especial aqui.

512

513

514 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama) –** É uma
515 discriminação em favor dos funcionários do Ministério. A Zilda é, ela trabalha
516 na Diretoria da parte toda de resíduos sólidos, Secretaria de Recursos Hídricos
517 e Ambiente Urbano. Nós temos todo um novo conjunto de Conselheiros e
518 Conselheiras. Pelo Gabinete de Segurança Nacional da Presidência da
519 República temos a Daiane Bittencourt Mendes Santos. Ela está presente? Não.
520 Pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, Felipe Malheiros. Também
521 não. Pelo MDS, Márcia Regina e Fábio Eduardo. Governo está assim,
522 realmente ativo. Pelo Ministério, a Regina e a Zilda. Pelo Ministério de
523 Relações Exteriores, o Saulo não está, está aqui representado pelo Davi. O
524 Davi, por favor. Obrigado. Fala para o Saulo para ele aparecer, eu sei que ele
525 está no exterior, está em Roma, mas as reuniões aqui são imperdíveis. Pelo
526 Ministério das Comunicações, Frederico Silva de Oliveira. Bem-vindo
527 Frederico. Pela Secretaria de Política para as mulheres, Maria Márcia dos
528 Santos Leporace. Pelo Ministério da Pesca, Maria Fernanda. Está aqui a Dra.
529 Maria Fernanda e como suplente, o Sérgio Macedo. Perdão. Pelo Ministério do
530 Esporte, Joslea Silva Rodrigues. Pela Secretaria de Portos, Rogério de Abreu
531 Menescal. Suplente, Alber Furtado de Vasconcelos. Pelos Governos Estaduais.
532 No caso o Espírito Santo, Diane Mara. Suplentes, Tarcísio José e Elias.
533 Tarcísio. Está bom. Bem-vindo Tarcísio. Pelo governo do Estado do Paraná,
534 Antônio Caetano de Paula Junior. O secretário está aí, que eu vi o Luiz. Pelo
535 Governo do Rio Grande do Sul, Neio Lúcio Fraga Pereira e a Arlete Yeda
536 Pasqualetto. Bem-vindo. Pelo Governo Municipal. Representando a Frente
537 Nacional de Prefeitos, Reinaldo Nogueira Lopes Cruz. Tendo como suplente
538 Leonardo de Oliveira Fontes. Pela João Vieira de Almeida Neto. Tudo bem
539 João? Bem-vindo. Pelas entidades trabalhadoras da sociedade civil, Marcelo
540 Pereira Manara. Talvez os estreates estejam ainda desinformados, vamos
541 esperar que na próxima apareçam. Nós vamos começar com a tribuna livre.
542 Então, nós vamos abrir a palavra, vamos chamar aqui o pessoal que quiserem
543 dar os seus depoimentos, peço a todos que sejam o mais breve possível.
544 Obrigado.

545

546

547**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
548**DConama)** - Secretário, o primeiro inscrito é o João Carlos Di Carli.

549

550

551**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DI CARLI FILHO (CNA)** - Bom dia a
552todos. João Carlos Di Carli, CNA. Mas eu não vim aqui hoje falar em nome da
553CNA, eu vim aqui mais para homenagear um colega, que o colega Robis da
554Polícia Militar Ambiental de São Paulo, do livro que ele escreveu, que a
555Ministra apresentou aqui na frente. E eu gostaria só de avisar para quem mora
556em São Paulo e tiver a honra de poder comparecer na apresentação que ele
557vai fazer, no lançamento do livro, vai ser no dia 16 de setembro agora,
558segunda-feira, da 6:30 da tarde às 21 da noite. Na livraria cultura do conjunto
559nacional, lá na Avenida Paulista. Ele não sabe que eu estou aqui falando, isso
560é mais uma homenagem que eu estou fazendo a ele, que eu sei que esse livro
561partiu de uma Resolução que nós começamos a trabalhar em 2002, uma
562Resolução muito difícil E que eu participei dessa Resolução e criei amizade
563com o Robis. Parabéns Robis e que seja um sucesso o seu livro. Obrigado.
564*(Palmas!)*

565

566

567**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Quem
568puder prestigie. É uma agenda importante, é uma agenda sensível, é uma
569contribuição importante que o Robis está dando para esse debate. Pedro
570Wilson, nosso ex-secretário, atual representante.

571

572

573**O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES (Anamma Centro-Oeste)** - Bom dia a
574todos e a todas. Saudando o Dr. Francisco Gaetani, a Dra. Adriana, o Dr.
575Robson Calisto, todos os colegas, o Dr. Vicente, Presidente da Agência
576Nacional de Águas e torcedor de palmeiras. Eu como corintiano gosto sempre
577da democracia e é sempre bom referir ao palmeiras nessa nova caminhada, já
578passamos por lá. E até parabenizar o Dr. Gaetani, porque está situação do
579palmeiras fez mudar a semana, vocês sabem que a semana na época romana
580era Saturno, Marte, depois a Igreja interferiu e colocou os dias de trabalho feira,
581cada dia que chama feira é porque é dia de trabalho. E aí mudou, saiu a
582segunda-feira e passou a segunda a ter palmeiras. Desculpa a brincadeira.
583Mas eu estou aqui em nome da Anamma, Associação Nacional dos Órgãos
584Ambientais, Secretarias de Meio Ambiente do Brasil, com toda a nossa diretoria
585sempre presente aqui no Conama, não é? Das representações regionais. E
586dizer, e agradecer o repto da Ministra e dizer a ela que a Anamma cada vez
587quer participar não só do Conama, mas de uma Política Nacional de
588Desenvolvimento Sustentável, reunião com o Dr. Gaetani. Nós precisamos
589também ter acesso aos documentos da Conferência Rio+20, dos objetivos do
590desenvolvimento sustentável que faz mear a nossa política internacional.
591Saudar também Presidente, a presença do Ministro Luiz Alberto Figueiredo,
592que foi um dos articuladores da Rio+20 e agora Ministro das Relações
593Exteriores, certamente vai ser um parceiro da Ministra Isabela Teixeira no
594fortalecimento institucional cada vez mais e melhor do Ministério do Meio
595Ambiente. Na questão de verba, de recurso, agora com a realização de

596concursos públicos para qualificar o trabalho extraordinário do Ministério do
597Meio Ambiente do Brasil. Mas eu queria também dizer da importância que nós
598queremos um diálogo com a Abema, o Dr. Gurgel, Eugênio, nova diretoria.
599Também dos secretários estaduais. A importância desse diálogo e parabenizar
600mais uma vez o Ministério por ter trazido a luz a tripartite. Com a presença de
601organismos federais, estaduais, municipais, da sociedade, para a discussão de
602vários temas que permeiam. Os municípios não querem mais, mas as coisas
603acontecem no município, ela não consegue no estado e nem na união. E
604muitas vezes nós lá não temos respaldo, seja de recurso, seja de políticas de
605licenciamento, de tipologia, uma série de encaminhamentos que nós queremos
606com a Anamma resgatar e participar. Então, eu quero dizer da nossa presença,
607do compromisso. E quero dizer atrasado sim, mas ausente não, de dizer que o
608Conama fez duas Resoluções extraordinárias, não só esta da questão da
609fauna, do depósito de animais, de aves, mas a questão de pela primeira vez
610um órgão público no Brasil ser solidário a um empreendimento que ele realiza.
611Que é o caso do Incra hoje ser responsável juntamente com os assentamentos
612pelo licenciamento ambiental. Normalmente, as vezes o Incra fazia, jogava o
613pessoal na terra e depois os assentados não tinham condições de obter o
614licenciamento por causa de todo aquele processo difícil que acontece. Então,
615essa Resolução foi muito importante por esse compartilhamento como
616aconteceu com a Lei de Resíduos Sólidos, pela primeira vez nós tivemos uma
617lei no Brasil que trouxe responsabilidades para todo mundo. Ninguém pode
618dizer assim: é o Governo, é a sociedade, o empresário, é o catador, todos nós
619servidores públicos temos essa obrigatoriedade de participar compartilhando
620dessa questão na Reforma Agrária e agora também nessa questão ambiental.
621A questão do depósito, eu acho que essa outra Resolução avançou no sentido
622da realidade brasileira de estabelecer. Que muitas vezes eu sou testemunho,
623inclusive das reportagens que têm no Brasil e a estatística extraordinária de
624que animais apreendidos a maioria morre, porque os órgãos mesmo que
625apreendem não têm às vezes as condições. E diferentemente como muita
626gente tem pensado que está se colocando, estimulando o tráfico, não. A
627pessoa as vezes está lá. Vocês viram essa história do macaco recentemente
628em todo o jornal do Brasil. Que a lei exige o cumprimento da proteção, mas tem
629casos significativos da vida nacional que nós temos que estabelecer. Não é?
630Então, eu quero reafirmar aqui em meu nome essa solidariedade do Conama,
631já participei do Conama aqui como representante da Frente Nacional de
632Prefeitos, como Secretário-Executivo, no Ministério do Meio Ambiente e agora
633como presidente da Anamma. E Secretário de Meio Ambiente em Goiânia. De
634nós estarmos junto nessa luta de fortalecer as Políticas Públicas de
635Desenvolvimento Sustentável. Desenvolvimento sustentável, licenciamento
636ambiental, não é contra o progresso, mas nós temos que trabalhar o progresso
637com a ideia compartilhada com a proteção ambiental, com o manejo adequado.
638E é nesse sentido hoje, quatro de setembro. Tem muitas datas, tem a data
639nacional que é e setembro, mas amanhã é o dia da Amazônia. E o que significa
640a Amazônia para nós? O que significa os nossos biomas? Nós ainda temos
641três biomas no Brasil que não tem essa regulamentação feita na Constituição
642de 88. A Amazônia que amanhã aniversaria, mas todo dia é dia da Amazônia, o
643Pantanal e a Mata Atlântica, a zona costeira, tiveram leis regulamentando. Mas
644a Caatinga, a Mata Branca, o Semiárido do Nordeste, os Pampas, os Campos
645sulinos e os Cerrados, Sertões e Savanas do Centro-Oeste brasileiro, até hoje

646aguarda a aprovação de uma Lei Federal. Porque nós não temos essas leis?
647Será que estabelecer uma lei de, considerando esse bioma proteção
648constitucional, vai atrasar o progresso, vai atrasar o avanço da soja ou do
649gado, ou da silvicultura ou da aquicultura, que nós estamos aprovando aqui
650uma Resolução? Não. Vai ajudar o Brasil a responder ao documento da
651Rio+20, que nós temos que fazer o desenvolvimento respeitando o meio
652ambiente, naquilo destaca no Código Florestal. Nesse sentido, então eu quero
653saudar todos os representantes aqui presente da Amazônia, mas a Amazônia
654de todo o Brasil. E de dia 11, dia sete é o dia da pátria e dia 11 é o dia do
655Cerrado, estabeleceu pelo Presidente Lula e confirmado pela Presidenta Dilma.
656Então, o que significa o dia do Cerrado? Essa luta nossa de que o Cerrado que
657se tornou um celeiro no Brasil, não é? Que tem na suas árvores retorcidas e é
658o lugar das águas do Brasil. Pouca gente sabe que quase 40% da água da
659Amazônia sai do Cerrado e o Cerrado irriga o Nordeste, o Rio São Francisco,
660mando água para o Sul, para o Pantanal, 98% da água do Pantanal sai o
661Cerrado. Se nós não lidarmos com as nascentes, com os Comitês de Bacia, a
662importância. No final do ano nós temos mais um encontro de Comitê de Bacias
663em Porto Alegre, ressaltar essa importância. O tema de Século XXI não é
664Petróleo, o tema do Século XXI é água, e eu quero saldar e pedir passagem a
665Brasília, as águas emendadas, as águas que nascem aqui no Centro-Oeste e
666vão para todo o Brasil. Então eu quero dizer concluindo, essa importância do
667trabalho do Conama. E a Anamma, com toda a sua luta em cada município
668brasileiro, eu quero dizer senhor Presidente, que mais de três mil municípios,
669esses município realizaram conferências municipais. Dias 13 e 14 agora nós
670vamos fazer a nossa Conferência em Goiânia e 24 a 27 de outubro nós temos
671a Conferência Nacional para discutir resíduos sólidos. Oxalá, também te deu
672um exemplo fazendo uma política de desenvolvimento no Brasil na questão de
673resíduos sólidos, na questão do lixo, na questão da política de saneamento, de
674drenagem e da coleta seletiva. Por isso, nós não podemos lembrar que 11 de
675setembro não teve só aquele episódio das Torres Gêmea de Nova York,
676terrível, um exemplo para nós de contradição a civilização. Mas no dia 11 de
677setembro de 1973 foi assassinado o Presidente Allende no Chile, mas ninguém
678lembra. Então, viva o Cerrado no dia 11 de setembro e dia 21 é o dia da água.
679(Palmas!).

680

681

682**SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** - Bom dia a todos.
683Bom dia senhor secretário. Eu vim aqui para dar notícia sobre esse evento que
684vai ocorrer em São Paulo, água e paz sem fronteira, é uma nova visão
685ecossistêmica do sistema continental de transposição de águas na América do
686Sul. O símbolo é uma pomba que representa a paz e também representa os
687'rios' voadores, a transposição de umidade que decorre da Amazônia e que
688leva a todo o continente praticamente a formação de nossos rios, represas e
689etc.. Esta visão mais ecossistêmica, mais continental, para a questão da água,
690se faz necessária hoje em função das alterações climáticas. Quando nós
691falamos das nossas nascentes do Cerrado, da sobrevivência no Pantanal, nós
692temos que considerar essa grande interação que começa Peru, Amazônia e
693acaba se retratando também no Centro-Oeste, no Pantanal, na região do
694Pantanal e posteriormente em toda a Bacia do Plata, da qual dependem os
695Argentinos. Nesse evento estão conosco não só representantes do Peru como

696também da área da Amazônia, representantes da Bolívia, do Uruguai,
697Paraguai, Argentina, ou seja, os países diretamente envolvidos na necessidade
698de proteção desse grande ecossistema hídrico continental. E que eu gostaria
699muito que o Ministério do Meio Ambiente se debruçasse sobre essa visão mais
700estratégica sobre a necessidade da proteção da água como elemento vital para
701a paz no futuro. Porque os conflitos sobre posse de água já estão instalados,
702principalmente nas regiões metropolitanas. Esse Seminário nós vamos
703exemplificar com alguns casos da Bacia do Piracicaba Capivari e Jundiaí, da
704disputa de água por São Paulo. Também no Vale do Paraíba, a disputa de
705água entre o Rio de Janeiro e o Estado de São Paulo. E a transposição de
706água do Vale do Ribeira para a região metropolitana de São Paulo. Nós
707entendemos que as grandes concentrações urbanas trazem esses desafios e
708essa visão tem que ser mais ecossistêmica, tem que ser mais ampliada e
709principalmente cooperativa no sentido de proteção. Finalmente senhor
710Secretário, eu gostaria de parabenizar o Capitão Robis pelo livro, porque ele
711traz um enfoque muito importante no qual nós nos distanciamos e não
712devemos nos distanciar, é a questão do link entre a violência e a questão
713ambiental. Como a violência contra o meio ambiente, seja até o desmatamento,
714seja o não respeito à vida, a biodiversidade, aos animais, denota algumas
715tendências nefastas do ser humano. Há outras interações psicológicas, seriam
716fundamentais que o sistema de meio ambiente se debruçasse. Um deles é o
717*Burn-Out*, aquecimento dos quadros de funcionalismo na área ambiental e em
718qualquer área. Porque à medida que o funcionário ingressa no sistema onde
719ele não pode exercer de forma criativa a sua função, com a sua competência
720técnica ele passa para o sistema de desaquecimento, ele vai perdendo
721competência, capacidade, de contribuir para a sociedade nas suas atividades
722funcionais. O fenômeno do *Burn-Out* é absolutamente conhecido pelo setor
723empresarial que trabalha com isso para a ciência das empresas, mas
724infelizmente os sistemas de meio ambiente do Brasil não se preocupam com o
725*Burn-Out*. E quanto mais influência política, quanto mais achatamento de
726funcionário por decisão política, mais aquecimento na máquina, menor
727eficiência e, portanto, menor proteção ambiental. Bom, convido a todos para
728esse evento no dia 26 de setembro, na sede da Procuradoria da República em
729São Paulo, com o apoio da Procuraria da República, Governo da Argentina,
730Centro de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado de São Paulo,
731green cross internacional, a ONG fundada por Mikhail Gorbachev e várias
732entidades do Brasil e também do exterior. Muito obrigado. Espero vocês lá.
733(*Palmas!*).

734

735

736**O SR. ALTAMIRO ALVES FERNANDES (IBRACE)** - Bom dia a e a todas. Eu
737quero cumprimentar aqui a mesa em nome da Adriana Mandarino e eu quero
738cumprimentar todos os Conselheiros e Conselheiras em nome do Sr, José Arli,
739esse homem que tem trabalhado tanto aí na área do terceiro setor. Eu venho
740aqui também lembrar os nossos Conselheiros e Conselheiras que exatamente
741em 1995 foi apresentada a proposta que reconhece o Cerrado como
742Patrimônio Nacional e até a presente data nós estamos discutindo no
743Congresso Nacional o reconhecimento do nosso Cerrado, a Caatinga, como
744Patrimônio Nacional. E agora nós temos mais uma vez 11 de setembro, que
745nós possamos lembrar o nosso Cerrado, ora lembrar positivamente de nossa

746riqueza e ora lembrar o que está acontecendo com o nosso Cerrado. Trago
747aqui para todos os senhores e senhoras o texto do Danilo, um jovem de 14
748anos da nossa cidade de Aparecida de Goiânia, da grande região de Goiânia lá
749de Goiás. O Danilo faz uma referência sobre o 11 de setembro, que até o
750próprio Pedro Wilson lembrou aqui. E o Danilo faz uma referência no texto dele
751o 11 de setembro de lá e o 11 de setembro de cá. O 11 de lá que em poucos
752minutos, algumas horas, várias vidas foram ceifadas, um prejuízo financeiro
753imenso que realizou naquele momento, mas o 11 de setembro de lá não é
754possível retornar as vidas, mas é possível retornar as perdas materiais que
755foram destruídas no 11 de setembro de lá. E ele faz a referência do 11 de
756setembro nosso, 11 de setembro de cá. Várias vidas estão sendo ceifadas pela
757qualidade do ar, pela poluição das águas, e nós não fazemos referência. E a
758nossa rica biodiversidade que nós estamos perdendo aqui, nós não vamos
759conseguir, segundo o professor Altair Sales Barbosa de Goiás, jamais vamos
760conseguir recuperar a biodiversidade que é tão grande do nosso bioma
761Cerrado. Então cabe a responsabilidade de cada um de nós que estamos aqui,
762nós precisamos discutir a riqueza do Bioma Cerrado, discutir a PEC do Cerrado
763que precisa do nosso apoio para ser aprovada no Congresso Nacional. Porque
764a nossa biodiversidade, ela vai depender da nossa participação e a nossa vida
765no Cerrado depende de nossa biodiversidade. E aqui em nome da sociedade
766civil, das entidades ambientalistas que nós tivemos reunião ontem, nós
767queremos mais uma vez aqui reforçar o nosso apoio a Resolução que foi
768aprovada da fauna, que nós reconhecemos a importância desse ato nesse
769momento, que é garantir também a vida dos animais. E que possamos nós,
770todos juntos, sociedade civil e Governo, buscar uma definição para que esta
771questão seja em longo prazo resolvida. Mas nesse momento nós temos que ter
772a preocupação com a vida dos animais que também estão sendo ceifadas pela
773nossa participação. Por isso nós queremos reforçar mais uma vez e assim o
774fizemos na cidade de Goiânia quando fomos convocados para duas
775audiências, porque que o Conama aprovou esta Resolução. E lá nós tivemos
776defendendo e tivemos a oportunidade de esclarecer as dúvidas que pairavam
777naquele momento. Obrigado. Bom dia a todos e bom trabalho.

778

779

780**O SR. TADEU SANTOS (ONG SÓCIOS DA NATUREZA)** - Bom dia à mesa.
781Bom dia a todos. Talvez quem já nos conhece acha que nós sempre quando
782ocupa a tribuna usamos para apontar a questão da queima de combustíveis
783fósseis no Brasil. Recentemente a ANNEL promoveu um leilão onde ninguém
784quis comprar a energia gerada pelas térmicas a carvão. Mas em dezembro
785haverá outro leilão e com certeza o poder, poderoso setor carbonífero, que tem
786bancada no Congresso Nacional, poderá articular ou criar alguma manobra
787para que as usinas, os projetos hoje de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no
788Maranhão, no Pará e Ceará, eu acho que já está instalado, apresentem esses
789projetos para geração da matriz energética brasileira. Eu faço aqui um apelo ao
790Ministério de Minas e Energia para que reveja esta questão da matriz
791energética brasileira, que permite ainda a queima de combustíveis fósseis.
792Porque se não houvessem os renováveis até que seria possível, agora é
793inconcebível com novas energias renováveis, limpas, que o Brasil ainda
794permita a queima de combustíveis fósseis. É andar na contramão de história
795senhor Secretário. Eu gostaria que a Ministra estivesse aqui, inclusive ontem

796eu acho que foi feito um apelo, um pedido à Ministra, a secretária, a diretora,
797para que a Ministra ficasse mais tempo para que pelo menos nessa questão da
798tribuna livre. Eu sei que ela é uma pessoa que tem mil compromissos, mas
799muito gratificante e carinhosamente a presença da Ministra aqui por mais
800tempo. Então, que fique registrado, ontem o Bruno fez esse pedido e eu faço
801de forma carinhosa. Concluindo.

802

803

804**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (DConama)** - Desculpe Secretário.
805Mas eu gostaria de manifestar que agradecendo muito esse seu
806posicionamento, que é bastante respeitoso e digno com a direção do
807DConama. Muito obrigado.

808

809

810**O SR. TADEU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** - Vai ser apresentada
811uma moção sobre a questão, uma moção de repúdio contra essa, esse
812retrocesso social que está acontecendo no País de morte de ambientalistas,
813assassinatos de ambientalista, ameaças, intimidações, processos judiciais, ok?
814Isso é um retrocesso inaceitável. E é uma forma de pressão psicológica em
815cima de nossa atuação. Se hoje tem bandido matando por pouco, eu que
816combato um setor que poderoso, que envolve milhões, quase um bilhão de
817reais, eu estou me sentindo acuado. Então esta moção vai entrar depois, eu
818peço que seja aprovado. E por fim, eu faço um apelo ao Ministério do Meio
819Ambiente sobre a questão do ENEA, do Encontro Nacional de Entidades
820Ambientalista que será encaminhado o pedido para que seja realizado o ano
821que vem, porque desde 2009 nós estamos pedindo e fazem 15 anos que não
822acontece o ENEA. Nós contamos com o apoio do Ministério do Meio Ambiente
823claro, e do Conama. Obrigado. *(Palmas!)*.

824

825

826**O SR. BRUNO LUCIO SCALA MANZOLILLO (FBCN)** - Senhor secretário,
827colegas de Plenário. A minha palavra livre é dirigida especificamente ao Ibama.
828*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)* Melhorou? Volney, a minha palavra
829é dirigida especificamente ao Ibama. No final da gestão anterior da sociedade
830civil, o Antônio Eustáquio, nosso Tonhão, Presidente do movimento verde em
831Paracatu, apresentou um projeto de Resolução sobre estradas vicinais. E como
832eu ajudei a fazer passou a ser coadjuvado pelo FBCN. O CIPAM com toda a
833razão não deu curso ao projeto, porque o projeto envolvia licenciamento
834ambiental e encaminhou para o Ibama, onde ele está sendo apreciado há
835alguns meses. Eu quero apenas fazer um apelo ao Ibama que não deixe o
836assunto morrer. A justificativa que apresentada no projeto é importante, as
837estradas, nós apresentamos estatísticas de que as estradas vicinais costumam
838interromper pequenos cursos d'água, a importância desses cursos d'água para
839a formação das bacias. Às vezes quem faz a estrada vicinal é o próprio
840fazendeiro e nem o fazendeiro, é o sitiante. E cria problemas de
841desmoronamento, provoca acidentes e etc. e tal. Nós nos baseamos na
842regulamentação da matéria de São Paulo, o que traz méritos e traz demérito
843porque talvez não se adapte ao Brasil inteiro. Mas a ideia era que o Conama de
844âmbito nacional fizesse as alterações e etc. e tal. Talvez não seja um ponto
845essencial para o Ibama e talvez não esteja na expectativa do Ibama elaborar o

846projeto sobre o licenciamento ambiental de estradas vicinais. Acontece que na
847última reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, um dos três projetos
848de Resolução que estão sendo examinados no Plenário tratava de
849licenciamento ambiental e não era de iniciativa do Ibama. Mas o Ibama, havia
850passado pelo Ibama e o Ibama havia dado curso. Então, a CTAJ entendeu e se
851usou essa palavra, que ele estaria referendado pelo Ibama e, portanto, poderia
852vir a Plenário. Ali é Plenário porque estava no final trânsito. Então, se o Ibama
853puder recolher esse material do Mover, fazer adaptações que quiser e
854submeter a Câmara Técnica etc. e tal, para nós examinarmos. O apelo é no
855sentido que nos parece que a matéria seja muito importante, relevante e não
856deva morrer. Certo? É apenas um apelo, não é nada para brigar. Porém, se
857não é nada para brigar, eu não gostei do comentário do Robson sobre aqui
858hoje foi respeito, porque subentende-se que ontem não foi. Ontem eu fui
859extremamente veementemente e se alguém é desrespeitoso aqui no momento
860Robson, é você como Conselheiro, que falou em nome da sociedade civil. Eu
861não admito esse tipo de colocação. Então, bem claro. Muito obrigado.

862

863

864**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Por
865favor, primeiro vamos. Os respeitos nós vemos depois como foi isso, eu não
866estava presente ontem, eu não posso dizer.

867

868

869**O SR. BRUNO LUCIO SCALA MANZOLILLO (FBCN)** - O que foi lamentado.

870

871

872**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** –
873Infelizmente eu tinha outras obrigações, não pude atender a reunião. Volney,
874você gostaria de responder a solicitação? Isso vai ser discutido depois nas
875admitidas ou não admitidas. Se você quiser responder agora é melhor. O
876Volney vai responder a sua solicitação.

877

878

879**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ibama)** - É um comentário muito rápido.
880Bom dia senhores e senhoras Conselheiros. Senhor Presidente. Na realidade,
881o Ibama foi consultado até porque a 6938 prevê essa consulta ao Ibama. Eu
882acho até um pouco vamos dizer assim, eu como Ibama não fico muito à
883vontade uma vez que já tem um CIPAM, que é um espaço para discutir a
884admissibilidade ou não de Resoluções. O Ibama fez considerações técnicas
885sobre esse projeto, até porque se eu me lembro bem, faz algum tempo que eu
886vi esse projeto, ele tinha muitas considerações de ordem de Engenharia, que
887nós entendemos que não caberia ao Conama ficar deliberando sobre aspectos
888ligados, aspectos de construção. E o que eu sugiro é que talvez fosse
889interessante, até porque não é esse o negócio do Ibama, licenciamento de
890estradas vicinais, que aprimorassem esse projeto em uma discussão
891principalmente com municípios e com os estados, no sentido de apresentar já
892um projeto mais acabado, mais estruturado, com esse foco mais nas questões
893ambientais do que as de construção. Vamos dizer assim. Que eu acho que
894seria talvez mais adequado ao tipo de decisão que tem que tomar neste
895Conselho. Seria esta a sugestão que eu teria a dar.

896

897

898**O SR. BRUNO LUCIO SCALA MANZOLILLO (FBCN)** - Só que de qualquer
899modo é licenciamento ambiental. E só quem pode ter a iniciativa é o Ibama,
900não somos nós.

901

902

903**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Só os
904informes. Depois esse assunto (...) esclarecimento, mas vai ser discutida
905depois sua admissibilidade.

906

907

908**O SR. JOAQUIM BELO (CNS)** – Bom dia à mesa. Bom dia aos conselheiros.
909Eu quero usar este espaço da tribuna livre para fazer em breve comentário. Do
910dia da Amazônia, amanhã 5 de setembro, que para nós, população extrativista
911da Amazônia é muito importante. Falar do bioma que hoje conta com a
912população de 16 milhões de habitantes, 8%, mais ou menos, de população
913brasileira. Que na sua história de vida, de ir e vir das pessoas, no
914desenvolvimento foi construindo segmentos com o meu segmento extrativista,
915que mudou seu modo de vida na conservação da floresta. E que essa luta que
916se inicia nos anos 80 já trouxe conquistas consideráveis para a conservação da
917Amazônia. Que são a criação das reserva extrativista, projeto de assentamento
918extrativista, enfim. Então os territórios que o nosso povo habita, que faz, tira o
919seu sustento, que tem a sua moradia. Que se somam esses territórios a
920unidades de conservação brasileira. Então falar da Amazônia, para o nosso
921segmento, que na sua história costuma não ser enxergado, tem que ser na
922base da teoria da mula, uma chicotada um passo. Mas nós vamos
923conquistando nossos espaços. E quando se fala da conservação da Amazônia,
924nós estamos falando de um bioma que dentro de uma cadeia de valor, de
925regime de chuva, de biodiversidade, se somam com outros biomas, que
926completa este País. E as informações técnicas que demonstram que as chuvas
927que irrigam muito territórios deste País, a Amazônia tem um papel central
928nesse processo. Então quando nós defendemos o nosso modo de vida,
929automaticamente nós estamos defendendo uma Amazônia sustentável,
930solidária, onde as pessoas têm o seu direito respeitado. Onde o avanço e
931desenvolvimento leve em consideração essas pessoas. Mas ainda hoje nós
932ainda vivemos refém de modelos que insistem em não respeitar a vida. Hoje
933ainda temos famílias que não podem voltar para as suas casas porque se
934voltar morre por conta do crime organizado da busca da madeira, e assim por
935diante. Então nós estamos não séc. XXI, no Amazônia que tem uma história
936nesse País de fornecimento de matéria-prima e continua. Lógico que estamos
937com a maturidade suficiente para que a Amazônia consiga contar com modelo
938de desenvolvimento. Que leve em conta a vida como um todo. A vida plena das
939pessoas, da biodiversidade, dos recursos hídricos, que é um recurso
940fundamental. Então, não poderia deixar de vir aqui, tecer meus comentários em
941nome das populações extrativistas da Amazônia. Sobre o aniversário da
942Amazônia, amanhã, no 5 de setembro. Saudações a Amazônia para todo
943mundo. Obrigado.

944

945

37

19

38

946(*Palmas*).

947

948

949 **O SR. PAULO MARTINI (SBPC)** – Obrigado, Francisco. *Isso vem no vácuo do*
950 *alguma coisa que ocorre eu aqui no Conselho.* No conselho, Reunião 108^a,
951 quando a ministra entregou vários pacotes de imagens, para o pessoal
952 começar a trabalhar no Cadastramento das Propriedades. Então logo nós
953 retomarmos para os nossos institutos. Nós passamos a pensar no grau de
954 dificuldade que uma prefeitura poderia ter para chegar a esse tipo de
955 cadastramento. E pensamos em adotar, pelo menos exercer junto a uma
956 prefeitura, uma ajuda, no sentido de fazer o Cadastramento do Uso da Terra,
957 desses municípios, sob o ponto de vista histórico. E nós fizemos por em
958 município chamado Ribeirão Cascalheira. Bom, Ribeirão Cascalheira, se o
959 diabo perdeu as botas em algum lugar, foi ali por perto. Que realmente é um
960 município bastante abandonado, mesmo porque ali a gauchada do Mato
961 Grosso não quis chegar perto, porque o terreno é muito ruim para a agricultura.
962 E sendo ruim para a agricultura o contraponto é verdadeiro. É um dos
963 municípios mais bem preservados que temos naquela região. Ele situa numa
964 situação ‘geonortica’, uma situação geoambiental muito interessante. O limite, a
965 borda do Bioma Amazônia, como o Bioma Cerrado, passa dentro do município.
966 Então que fizemos? Pegamos todo um arquivo de imagens de 1970 até 2012, e
967 ficamos analisando a evolução do uso da terra nesse município. Colocando
968 isso num tipo de imagem ortorretificada, que tem a qualidade cartográfica de
969 nivelar, da melhor qualidade possível. Em cima desse banco as pessoas
970 podem pegar essas imagens distribuídas pelo MMA e fazer o registro dela em
971 cima desse histórico do uso de terra. E ajudaria muito as prefeituras a
972 organizar o seu Cadastro Rural. Nós reunimos dois pesquisadores que
973 trabalham nesse programa de Ciências Sem Fronteiras, são brasileiros que
974 trabalham com essa separação de bioma, e estão fazendo seus Mestrados e
975 Doutorados fora do Brasil. E pegamos também pessoas, cartográficos e etc. E
976 elaboramos então esse modelo para o município. E observamos que ele pode
977 ser aplicado talvez em todos os municípios que receberam essas imagens. De
978 tal forma que junto com as imagens e esse bando de uso de terra
979 georreferenciado. Nós acreditamos que isso possa evoluir, se tornar um
980 programa nacional. Para tanto nós estamos conversando junto à Agência
981 Espacial Brasileira, que recentemente ingressei, junto com a SBPC. E trazendo
982 se a ideia aqui para o Conama, para o MMA, e de repente implementar na
983 forma de um grande convênio, para levar esses bancos para os municípios.
984 Cabe lembrar, que agora no final de outubro, nós vamos ter a reunião do
985 Conselho Superior da EB, aqui em Brasília. Do qual, Francisco, você deve
986 saber que é o representante conselheiro do MMA neste conselho. Então talvez
987 nós pudéssemos abrir a agenda nessa reunião, para nós discutirmos os tópicos
988 referentes a isso. Obrigado.

989

990

991 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** –
992 Obrigado, Paulo. Nós vamos procurar nos apropriar dessa informação que
993 você trouxe. Ver o que nós podemos fazer. O sistema do CAR ser lançado até
994 o final do mês. Então logo nós superamos essa obrigação que para com os
995 Estados, dar um suporte, na viabilização do Cadastro Ambiental Rural. Nós

996 vamos trabalhar, partir para essa conversa com os municípios. Existem
997 algumas iniciativas já em curso, as quais essa que você mencionou, vai se
998 somar. Eu vou pedir para o Eduardo Mattedi, que é o nosso homem dos
999 Estados e Municípios, que o procure agora, para nós vermos o que vocês
1000 estão fazendo. Porque quanto mais experiências dessa natureza se
1001 multiplicarem, melhor. Nós não temos como, eu te falo com franqueza,
1002 pensarmos um trabalho com 5.535 municípios. Mas eu acho que nós podemos
1003 trabalhar para disseminar todos esses tipos de iniciativas, em especial numa
1004 região tão estratégica, como essa que você mencionou. É mais um episódio da
1005 série tem, mas acabou. O Mattedi está aqui, mas não está aqui, agora. Então
1006 eu vou pedir para ele entrar em contato com você, ou agora de manhã ou na
1007 parte da tarde, para pegarmos esses detalhes. Em relação ao trabalho da
1008 Agência Espacial, nós temos uma relação muito estreita com INPI. Nesse caso
1009 específico das imagens, nós não podemos esperar na época, o INPI estava
1010 numa transição meio complexa. Nós fizemos as licitações. Mas o que nós
1011 podemos trabalhar com o INPI, nesse sentido, nós vamos fazer. Agradeço
1012 muito as suas sugestões. Obrigado.

1013

1014

1015 **SR. JOSÉ LEÔNIDAS BELLÉM DE LIMA (MPF)** – Bom dia à mesa. Bom
1016 dia ao plenário. Sr. secretário, pedir a palavra para falar um pouquinho sobre
1017 uma resolução que, inclusive, hoje está sendo pedido regime de urgência para
1018 ela. É uma resolução que interessa a todos nós. Que trata sobre Licenciamento
1019 Ambiental de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica a partir da
1020 fonte eólica. O que teria então o Ministério Público contra a fonte eólica? Nada.
1021 Todos nós sabemos que das fontes de energia é a mais limpa. Mas qual a
1022 preocupação que nos traz, para evitar problemas futuros? Foi recebida uma
1023 minuta de resolução e um grupo trabalhou nela. Esse grupo, na verdade,
1024 restringiu, ou melhor, dizendo, deixou tão à vontade, não aplicou uma
1025 legislação, na verdade da precaução, que causou até uma surpresa. Pedimos
1026 então um concurso de quem entende disso, de um *expert*, no caso a Dra.
1027 Izabel Wagner, que é técnica do Ministério Público Federal, trabalha na nossa
1028^a câmara. E ela escreveu: “seria oportuno se o Conama estabelecesse
1029 normas de critérios, para o Licenciamento Ambiental de Empreendimento
1030 Eólicos. De forma a garantir que todos os órgãos estaduais exigissem estudos
1031 ambientais com conteúdo mínimo”. E é isso que nos causa uma certa
1032 estranheza. A norma no Conama, na verdade, que se quer que seja votada em
1033 regime de urgência, não tem conteúdo mínimo. Então vai permitir, futuramente,
1034 aquelas questões que os senhores já sabem, que nós sabemos, que eu trago a
1035 minha opinião. Que daquelas ações civis, públicas intermináveis, daqueles
1036 táxis, que tanto perdemos tempo. Ora, se podemos daqui, do Conama, que
1037 temos essa obrigação, já tirarmos uma norma com o conteúdo melhor, porque
1038 retirar esse conteúdo melhor da norma? Esta é a propositura que se faz.
1039 Dizemos, e todos nós sabemos, é uma energia limpa, uma energia boa. Mas
1040 qualquer interferência no meio ambiente, é uma interferência. E nós temos,
1041 pelo princípio de precaução, que alguns não acreditam nesse princípio, mas já
1042 estudo, eu mesmo, sempre uso isso. Nós já temos até os tribunais
1043 considerando esse princípio. Ora, se podemos fazer isso, porque então
1044 restringirmos? Eu pedi a Dra. Izabel, que ela apontasse, uns eu já conhecia,
1045 mas que ela apontasse os possíveis danos que essa energia eólica poderia

1046colocar. E ela fez um trabalho aqui, colocou: possíveis impactos. Possíveis. Por
1047isso que nós estamos pedindo que seja feito um estudo, que seja determinado
1048na nossa norma do Conama, que os órgãos licenciadores façam um estudo
1049mínimo contendo algumas coisas. Quais seriam esses possíveis? O ruído,
1050interferências eletromagnéticas, impacto visuais, remoção de populações. E
1051uma coisa bastante interessante também, que talvez para a União que não
1052tenha considerado isso, perda de área de praia e restrição do acesso à praia.
1053Mas vai mais. Ocupação, que nos preocupa, de APP, de dunas, restingas,
1054mangues, lagos, lagoas costeiras e o impacto. Esse eu conhecia, porque
1055quando eu trabalhei na Câmara de Revisão do Ministério Público Federal tinha
1056se muito isso, aquelas correntes migratórias de pássaro. Mesmo os pássaros
1057que passam por ali e tem o impacto sobre aves e morcegos. Então o colega
1058conselheiro, que até escreveu sobre um livro de defesa, me parece dos
1059animais, das convivências, também isso pode ocasionar. Então o que se pede
1060ao Ministério Público, que entende o Ministério Público sobre isso. Nós
1061queremos sim, ver aprovada a resolução. Mas com conteúdo mínimo, para que
1062os órgãos licenciadores o sigam. Por quê? Na fase judicial, se houver na
1063verdade, o ônus argumentativo para derrubar uma resolução do Conama é
1064muito maior. Agora, uma simples resolução que não coloca absolutamente
1065nada quanto a isso, nem uma determinação. Realmente vai criar o quê, na
1066verdade? Aquelas ações infundáveis, aquela série de complicações. Dizer,
1067“olha, mas os órgãos estaduais vão ter essa consciência”. Eu acho que terão.
1068Mas se já puder sair do Conama com essa determinação. Na verdade, eu
1069penso que o nós desse conselho estaremos fazendo o melhor o nosso papel.
1070Era isso que eu queria falar senhor secretário.

1071

1072

1073(*Palmas*).

1074

1075

1076 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**

1077Obrigado. Gostaria de dar esclarecimento, Adriana?

1078

1079

1080 **SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do Conama)**

1081– Pequeno esclarecimento sobre essa matéria. Ela está tramitando ainda na

1082Câmara Técnica de Controle Ambiental. Foi feito um Grupo de Trabalho. Esse

1083grupo especificou algumas coisas. Esse grupo contou com a participação de

1084técnicos do Ministério Público Federal. E então o que nós podemos fazer é na

1085próxima reunião de câmara convidar a pessoa mencionada para que ela

1086participe e apresente as contribuições ainda na câmara.

1087

1088

1089 **SR. FRANCISCO GAETINI (Secretário Executivo do Conama) -** Boa ideia.

1090

1091

1092 **SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS AMAZÔNIA) -** Bom dia. Bom dia senhor

1093secretário. Bom dia Dra. Adriana, Robson. Bom dia, senhoras e senhores

1094conselheiros. Eu sou Miguel Scarcello. Eu sou representante das Entidades

1095Ambientalista de Região Norte. Represento aqui a SOS Amazônia. Uma

1096entidade ambientalista que está situada no Acre, no Rio Branco. Em 30 de
1097setembro vai fazer 25 anos. E em homenagem a instituição e em homenagem
1098ao dia da Amazônia, que é dia 05. Trago aqui um pequeno relato de uma
1099situação que nós estamos vivenciando. E também renovo aqui uma demanda
1100que eu trago ao Conama e CIPAM, que eu quero realçar alguns fatos que têm
1101ocorrido no País recentemente. Primeiro, nem todos os fatos que eu vou
1102mencionar aqui tem uma relação direta com o conselho. Porém, diretamente
1103são implícitos, então acho que cabe colocá-los aqui também nessa lista que eu
1104vou falar agora O primeiro deles é a situação, que são fatos que realçam
1105práticas e atitudes que hoje na sociedade destroem a natureza e ameaçam a
1106nossa vida, no caso, nós brasileiros. Um deles, que é um fato que nós já
1107estamos ouvindo que é a respeito de votação de PL 7123/2010, o PL da
1108Estrada do Colono, é que esta se propondo a fazer a inclusão como categoria
1109no que diz estrada parque. Está uma questão que eu quero que nós... Está
1110nessa lista de preocupações. O outro é a divulgação do projeto para
1111exploração de gás do xisto no oeste baiano. Uma situação que também pode
1112vir a agravar, trazer sérios problemas ambientais. O outro, já foi falado aqui,
1113mas vou realçar, foi o recente leilão para instalação de usinas termoelétricas a
1114carvão no País. De se resgatar e de se retornar uma base suja de geração de
1115energia, em que nós já colocamos como insustentável, mas se persiste ainda
1116nessa política. A outra é respeito do corte dos recursos do Ibama e ICMBio. E
1117aqui trago um fato em relação ao Acre, que em março deste ano os
1118madeireiros peruanos novamente entraram no Parque Nacional, derrubaram
1119árvores, cortaram as madeiras, deixaram todas elas bem empilhadas, e por
1120denúncia dos moradores o ICMBio, com o apoio do Ibama, parceria com a
1121Polícia Militar e Civil do Acre, e alguns membros da Polícia Federal,
1122conseguiram chegar no local e encontrar e detectar a situação toda. Prenderam
1123os cinco peruanos, os madeireiros, que foram liberados depois, porque não
1124tinha como mandar prendê-los, mas a madeira ficou toda lá e teve que ser.
1125Incendiada. Essa foi a 10ª vez em 10 anos que isso acontece. Sem recurso,
1126sem condições, se for verificar, mas não se pode fazer o combate antes que o
1127fato aconteça. Isso é o que habitualmente se fez nas últimas 10 vezes que se
1128contatou isso. O Governo do Acre, apesar do esforço, for ainda não demonstra
1129capacidade de assumir a responsabilidade do Ibama. Hoje no Vale do Juruá,
1130onde está instalado o Parque Nacional da Serra do Divisor, reserva extrativista
1131Chico Mendes, praticamente não tem um fiscal do Ibama. E o Governo do
1132Estado através do seu instituto de meio ambiente também não dá conta de
1133fazer o trabalho que deveria fazer. Então, se passa atribuições e competências
1134sem a capacidade devida de cobrir esse trabalho de controle. Mas, ao mesmo
1135tempo, diante de uma situação como esta, nós temos uma sede do ICMBio,
1136aqui em Brasília, um aluguel de 800 mil reais por mês, e ao mesmo tempo não
1137se tem 800 mil, 90 mil reais por mês para se colocar um equipe de 10 pessoas
1138no campo, trabalhando no Parque Nacional do Serra do Divisor, para atender
1139as quase 500 famílias que morar dentro da unidade, e as mais de mil que
1140moram no seu entorno. Nenhum um mínimo de assistência para poder orientar
1141essas famílias a como deve agir dentro uma unidade de conservação, de
1142proteção integral, em que não se tem o termo de compromisso assinado com
1143cada uma delas, como elas vivem lá dentro? Como é que elas conseguem
1144produzir? Esta é a grande reclamação dessas famílias, o tempo todo. São dois
1145fatos relacionados, que para mim estão diretamente relacionados à situação do

1146 corte dos recursos do Ibama, são dois exemplos. A outra, são os mega projetos
1147 de infraestrutura sendo ampliados na Amazônia, que além de causar grandes
1148 impactos às populações locais, ainda têm alguns que ainda não cumpriram
1149 com as exigências e condicionantes de compensação antes da implantação.
1150 Isso é divulgado o tempo todo na imprensa, vocês todos sabem, e nas redes
1151 sociais, principalmente daqueles boletins das organizações que realçam esses
1152 problemas no País. Diante desse quadro todo e seguindo um pouco a parte
1153 rica do movimento social, nos últimos dois meses agora, que chamou a
1154 atenção no País, pelos os problemas que o País está passando. Eu quero
1155 aproveitar aqui para comentar que o conselho não deve ficar apenas regulando
1156 e regulamentando regras para mecanismos, na grande maioria para evitar o de
1157 pior promovido por ações e atividades produtivas. Principalmente aquelas, e a
1158 grande maioria baseadas numa economia de baixo desempenho, grandes
1159 emissões de Carbono, dominadas por setores e grupos com ética duvidosa e
1160 produção insustentável. Como a economia domina e influencia diretamente a
1161 gestão dos recursos naturais e a gestão ambiental do País, creio que o
1162 conselho deve, principalmente, construir e aperfeiçoar a Política Ambiental para
1163 uma nova economia, sustentável, com baixa emissão, com justiça social e que
1164 garanta aos biomas a sua capacidade natural de se regenerar e recuperar.
1165 Com isso, eu reitero aqui o pedido feito há quase um ano, na 2ª Reunião do
1166 CIPAM, ano passado, para que se pautasse a Avaliação da Execução e
1167 Implementação da Política Ambiental Brasileira. Eu fico feliz pelo
1168 encaminhamento de haver a discussão sobre o licenciamento, agora em
1169 outubro, quase um ano depois, mas um ponto de pauta já está sendo realçado.
1170 E nós paramos como se propõe o próprio Ministério, de fazer uma avaliação
1171 profunda, e que nós passamos ressaltar os problemas e nós possamos
1172 encontrar as melhores formas do licenciamento funcionar. E lanço o desafio
1173 para que se inclua nas atribuições do Conama, que discuta e proponha a
1174 Política Ambiental para uma nova economia sustentável. Quero finalizar tendo
1175 em vista, em alguns casos, o maior reconhecimento de diversas moções que
1176 têm sido apresentadas aqui neste plenário, e derrotadas, assim, em lote. Uma
1177 delas foi até muito questionada, mas depois trouxe uma polêmica importante
1178 para aqui, que foi a questão da Siderúrgica ThyssenKrupp, no Rio de Janeiro,
1179 em que muito rejeitaram, mas elas trouxe um fato super preocupante para nós
1180 todos analisarmos. E devido a aprovação e desaprovação de propostas de
1181 resolução importantes. Eu quero propor que se apresente uma recomendação
1182 à ministra, para que se estabeleça no conselho que todo voto tenha que ser
1183 declarado, para que todos saibam o posicionam das instituições, no trato que
1184 cada um dá nas matéria pautadas aqui. É isso. Muito obrigado.

1185

1186

1187 (*palmas*).

1188

1189

1190 **SR. FRANCISCO GAETINI (Secretário Executivo do Conama)** - Antes de
1191 passar a palavra, já queria me antecipar aqui alguns pontos, Miguel. Em
1192 relação à última proposta, eu tenho a impressão que isso é questão de
1193 objetivar isso formalmente. E com a Lei de Acesso à Informação e
1194 Transparência, um pouco mais trabalhoso, mas podemos, não vejo empecilho
1195 nenhum em fazer isso, vamos organizar para isso. Acho que a sociedade tem o

1196direito de saber. E isso aqui é uma reunião pública. É questão de nós
1197procurarmos nas votações, termos o trabalho de fazer isso de forma a essa
1198publicização da visibilidade ao posicionamento de todos. Acho uma boa
1199proposta, vamos ver como nós profissionalizamos. Ainda em relação à sua fala,
1200Miguel. Acho importante destacar o seguinte? efetivamente o Ministério, nesse
1201momento, juntamente com outras áreas do Governo, está sofrendo um corte
1202muito grande quando diz orçamento. E esse corte incide sobre um tipo de
1203despesa que foi percebido nesse momento como despesa menor, de menor
1204importância, que doarias e passagens. Então os Ministérios, serviço de
1205terceiro, mas em geral costeios. Os Ministérios intensivos em diárias e
1206passagens, como o nosso, o Itamaraty, a Receita Federal, a Polícia Federal,
1207estão tendo efetivamente um momento muito difícil em relação a
1208implementação orçamentária. Costumo também falar, falei isso em uma das
1209reuniões, nas primeiras reuniões, que não aconteça que o aconteceu ontem,
1210que eu poder participar da reunião com as ONGs, já estou orientando aqui a
1211Adriana de público, nas próximas reuniões preparatórias do Conama, a das
1212ONGs seja a primeira. Porque quanto mais o dia vai avançando. Porque hoje
1213não foi a última. Quando o dia vai avançando, o dominó de agenda vai
1214empurrando para fora. Então que a reunião seja a primeira para que nós
1215possamos trabalhar os assuntos com mais... Para que nós possamos
1216processar essas discussões com mais clareza, com mais calma, e eu poder
1217participar e beneficiar da participação dela também. Então, em relação a esses
1218corte de recurso, é um momento difícil de Governo, de ajuste, de equilíbrio nas
1219contas, em função do comportamento de economia. Agora, eu vou repetir o
1220que eu falei ontem na reunião, se não engano com Estados e municípios. É
1221muito importante, que particularmente, a esta comunidade, que eu digo isso,
1222que nós argumentemos sobre os nossos problemas, sobre as nossas agendas,
1223fora da comunidade ambiental. Por quê? Provavelmente todos aqui concordam
1224em linhas gerais com o que esta sendo dito, quase todos os assuntos. Agora,
1225se nós na formos capazes de persuadir, de construir apoio político, de
1226convencer os outros, nós vamos estamos sempre pregando para os
1227convertidos. Então acho que o momento é realmente de discussão de
1228prioridades. Cada concurso público que nós temos realizado, conseguido é um
1229parto. Eu, ampassã, eu vendo alguns números de algumas Secretarias
1230Estaduais de Meio Ambiente aqui. Hoje foi com o Eugênio que estava por aqui,
1231o da Bahia. Na outra reunião foi com... Uma reunião que eu tive em Minas
1232Gerais com o Adriano. O orçamento das Secretarias Estaduais de Meio
1233Ambiente, que duas secretarias do Sudeste já ultrapassam o orçamento do
1234Ministério. Claro, são competências deferentes, etc. São Paulo, praticamente
1235sozinho deve ter um orçamento maior que o Ministério. Então essas questões,
1236disputa orçamentária, o suporte todo nessa discussão é muito importante. Por
1237quê? Historicamente a forma como o Ministério foi construído, gerou uma série
1238de atividades, onde temos passinhos muito grandes, caso clássico. O Miguel
1239mencionou, mas os casos unidades de conservação. Historicamente como se
1240criaram unidade de conservação aqui? Você vai, não sei o quê, convencem o
1241presidente, assina e corre para o abraço. Não são alocadas as pessoas, não
1242são indenizadas as propriedade não é feita a demarcação, não é providenciada
1243a infraestrutura. Então nós não podemos continuar funcionando dessa forma.
1244Nós estamos empenhados em discutir isso. Agora, nós não consideramos isso
1245responsabilidade exclusivamente nossa, ou seremos iguais a todos aqueles

1246comprometidos com essa agenda. Eu queria dar esse esclarecimento. Em
1247relação a sua última sugestão, vamos vier como nós profissionalizamos.
1248Obrigado. Marcílio Caron. Depois o Bruno quer voltar.

1249

1250

1251**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** - Saúdo a mesa na pessoa
1252do secretário Gaetani. Senhores conselheiros e Senhoras conselheiras. Eu sou
1253Marcílio Caron Neto, conselheiro titular. Represento o Setor Florestal e
1254represento o Conama na Tripartite Nacional. Eu quero fazer um breve relato
1255sobre as atividades da tripartite. Nós tivemos duas reuniões, uma no dia 20 de
1256junho, outra no dia 7 de agosto. A primeira reunião foi nos apresentado o
1257Regimento Interno, e uma proposta da União a respeito da simbologia a serem
1258licenciadas pela União. São 13. A Abema fez uma contrapartida dessa
1259proposta oficial, que deverá ser discutida na próxima reunião, ainda a ser
1260marcada. Então foram só duas reuniões. E as tipologias apresentadas eu vou
1261relatar aqui rapidamente quais são. São usinas hidroelétricas, usinas eólicas,
1262sistema de transmissão de energia, termoelétrica, petróleo e gás natural,
1263petróleo e a gás natural não convencional, ferrovias, portos, portos fluviais,
1264lacustres, hidrovias, 1h42m07, sistema de transposição de nível e rodovias.
1265Abema fez uma contraproposta, e está sendo avaliada isso pela União. Era
1266esse breve relato que eu queria apresentar; Obrigado.

1267

1268

1269**O SR. CEL MILTON SUSSUMU NOMURA (CNGN)** - Bom dia a todos. A mesa
1270diretora minha saudação especial. Hoje, eu aqui venho, não apenas na
1271condição de comandante da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo,
1272mas venho aqui também na condição de conselheiro que representa o CNCG,
1273que é o Conselho Nacional dos Comandantes Gerais das Polícias Militares do
1274Brasil e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil. Mais especialmente
1275representando os nossos 10 mil policiais militares ambientais, que nós temos e
1276que se espalham aí por todo o Brasil. Eu fiz aqui algumas anotações. Peço
1277permissão à mesa, inclusive, até para que eu não me perca aqui em algumas
1278abordagens e vou procurar ser o mais sucinto, mais rápido possível. Na última
1279Plenária, este conselho aprovou a Resolução 457, como todos sabem, cujo
1280texto foi de iniciativa do CNCG. E que por todo o período em que tramitou, seja
1281pela Câmara Técnica de Biodiversidade, seja pela Câmara Técnica de
1282Assuntos Jurídicos, foi amplamente debatida, e posso dizer, foi construída a
1283várias mãos, com representantes das diversas instituições que compõem este
1284conselho. Sem querer cometer injustiças, mas estava aqui a participação
1285sempre presente do próprio Ibama, do Instituto Chico Mendes, dentre tantas
1286outras representações deste conselho. O tema tratado foi e continua sendo
1287polêmico. Mas, este conselho, que eu gostaria de reafirmar, não poderia se
1288furtar a enfrentá-lo. E digo, o fez. Cumprindo seu papel normativo, deliberativo
1289e consultivo. Não fugiu de sua missão regimental. Com o respeito devido às
1290posições contrárias, o debate foi amplo e as convicções amadurecidas. Num
1291desafio de estabelecer regras e medidas que pudessem harmonizar anseios,
1292expectativas e necessidades operacionais. Principalmente dos aparelhos de
1293controle de proteção ambiental de todo o País. Mormente no trato das questões
1294relacionadas ao combate dos crimes e infrações praticadas contra os animais
1295silvestres. É fundamento que esse esforço de combate seja eficiente, eficaz e

1296mais efetivo, os mecanismos de controles têm que atuar em todas as fases do
1297processo, quais sejam: no momento da captura, na fase do transporte e
1298comércio e terceiro, na situação de manutenção final em cativeiro,
1299propriamente dito. O fato é senhores conselheiros que decorrente da atuação
1300da fiscalização em qualquer dessas fases, temos as apreensões dos animais, e
1301por consequências a necessidade de dar-lhe a adequada destinação. Só no
1302Estado de São Paulo são cerca de 30 mil animais silvestres apreendido por ano.
1303Isso nos remete a quase 100 animais apreendidos por dia, aproximadamente.
1304Nesse sentido a Resolução 457 apenas formaliza e oferece mais uma
1305alternativa de destinação, que proporcione maior segurança jurídica ao agente
1306fiscalizador, assim como, um eventual quadro preservação, como bem disse
1307alguns conselheiros aqui que me antecederam, o bem-estar daquele animal.
1308Ao contrário do que se posta eventualmente imaginar a resolução 457 está
1309longe, muito distante de constituir-se num instrumento de fomento ao tráfico de
1310animais silvestres. Frise se que a permanência do animal silvestre, senhores
1311conselheiros, com o próprio possuidor é: a 15ª alternativa. Ou seja, é
1312necessário que outras 14 possibilidades se apresentem como inviáveis. A
1313Resolução 457 passa apenas a reconhecer formalmente a remota possibilidade
1314do possuidor permanecer com o animal silvestre. Além disso, para que o
1315animal possa finalmente ser depositado com o infrator, o candidato a
1316depositário doméstico, deverá preencher todos os requisitos impostos e
1317exigidos pela Resolução 457, que não são poucos. Nesse cenário todo a de se
1318considerar ainda que o termo de depósito de animais silvestres assuma caráter
1319provisório. Ou seja, na medida em que uma das 14 alternativas se apresentem
1320viável, o termo de depósito será revogado e o animal receberá outra
1321destinação. Estejam muito seguros senhores conselheiros, é sei que estão. A
1322Resolução 457 está longe fomentar o tráfico de animais silvestres. Quem, eu
1323pergunto, em sã consciência vai procurar o órgão fiscalizador, na expectativa
1324de entre aspas, como dizem, legalizar o animal e submeter se a uma sanção
1325administrativa e ao um processo penal? Além de se ver obrigado a vencer 14
1326alternativas prioritárias de destinação. Compartilho sim da opinião daqueles
1327que defendem a criação de outras estruturas para recebimento de animais
1328silvestre apreendidos. Repito, são alternativas que se colocam à frente do
1329depósito provisório com o infrator. Sei também que, na verdade, o estágio em
1330que em se busca é o da não necessidade de destinar esses animais silvestres
1331a essas estruturas de recebimento. Para que isso ocorra o aparelho público
1332deverá ser eficaz o suficiente para impedir que a primeira fase do tráfico se
1333consuma, qual seja: o da captura. Entretanto, nesse momento não tem como
1334pensarmos em priorizarmos apenas uma das fases. O esforço de controle,
1335sobre a ótica no CNCG, deve ser desprendido e contemplar todas as etapas do
1336processo. O momento é de ser ter um efetivo controle de toda a dinâmica que
1337envolve o trafico de animais silvestres. E assim combatê-lo eficazmente.
1338Apenas para ilustrar senhoras e senhores, em São Paulo, o Sistema Ambiental
1339Paulista, já lança no próximo mês o programa estadual de destinação e
1340combate ao tráfico de animais silvestres, tendo como uma das principais
1341ferramentas a marcação de todos os animais que passam pelas m aos da
1342fiscalização ambiental do Estado. Pena o Dr. Rubens Rizek ter que se
1343ausentar, mas ele é um dos defensores ardorosos, intransigente até da
1344Resolução 457, e que nos tem apoiado em muito na implementação dessa
1345resolução no Estado de São Paulo. Estava conosco até agora a pouco,

1346possivelmente teve que sair para atender alguma ligação de última hora.
1347Temas polêmicos, como este, sempre vem carregados de forte emoção. O que
1348nós gostaríamos de registrar é que é necessário, tendo em vista que a emoção
1349principal combustível, não é verdade, que impulsiona essas transformações.
1350Entretanto, senhores conselheiros, beiraria em consequência se não
1351temperado com um pouco de razão, componente fundamental para o
1352adequado direcionamento das ações. A Resolução 457 nasceu desse
1353equilíbrio. Reafirmo senhores conselheiros, mais uma vez, minha confiança, a
1354nossa confiança, especialmente meus agradecimentos este conselho. Permito-
1355me em nome dos 10 mil policiais militares ambientais do Brasil, pela coragem
1356de enfrentar o tema e especialmente de decidir. Retomo um pouco daquilo que
1357a nossa ministra nos colocou, e esta é a nossa preocupação, tão importante
1358quanto plantarmos a Resolução 457, é fundamental que a reguemos. É
1359fundamental que regionalmente, que localmente, comecemos a implementá-la.
1360Enfim, senhoras e senhores do conselho, a nossa proposta, era, é
1361especialmente de agradecê-los, a todos. Agradecê-los pela confiança que
1362depositaram às propostas do CNCG, é obviamente que amadurecidas, como
1363eu disse, em todos os espaços e discussão proporcionadas por este conselho.
1364Agradecer por compartilharem das convicções. E reafirmo, tenho a certeza de
1365que estamos fazendo as coisas acontecerem. São resoluções como essa do
1366Conama, com um perfil, com um traço todo operacional, eu não tenho dúvida, e
1367digo isso, reafirmo em nome de 10 mil policiais que estão na ponta da linha,
1368fazendo acontecer a Política Ambiental, seja em nível nacional, seja em nível
1369estadual, seja em nível local. Muito obrigado, senhores conselheiros. E
1370disponham sempre das Polícias Militares Ambientais do Brasil. Muito obrigado.

1371

1372

1373(*Palmas*).

1374

1375

1376**O SR. FRANCISCO GAETINI (Secretário Executivo do Conama)** - Muito
1377esclarecedor. Uma pena que nossa mídia tem dificuldade em veicular as coisas
1378minimamente como elas são.

1379

1380

1381**A SR^a. MARIA SILVIA ROSSI (Governo do Distrito Federal)** - Bom dia a
1382todos. Maria Silva, Governo do Distrito Federal. E coordenadora do ZEE. Eu
1383queria cumprimentando o presidente, cumprimentar a mesa e a todos os
1384presentes. E ponderar com os senhores duas questões. Uma é a importância
1385que nós temos que dar para os esforços vocacionados para continuidade das
1386ações. Nós temos um contexto de esforços de fortalecimento do Sisnama com
1387uma descentralização das gestões. O Licenciamento Ambiental como
1388instrumento fundamental para convergência dos instrumentos gerais que temos
1389nós temos, a outorga e vários outros. E nós ainda continuamos com algumas
1390dificuldades para qualificação desses instrumentos de gestão, dentro do
1391contexto da interrelação dos entes dentro do Sisnama. Eu queria ponderar com
1392o MMA e com todos vocês a importância do zoneamento ecológico econômico
1393e dos apoios mútuos que precisam ser assegurados para que esse importante
1394instrumento seja capitaneador inclusive das questões dos licenciamentos pelo
1395o simples fato de que ele identifica macro vocações dos territórios. Ele

1396identifica matriz ecológica, identifica matriz econômica. E por isso, ele é capaz
1397de ajudar na disciplina do exercício difícil do Licenciamento Ambiental. Aqui, no
1398Distrito Federal, nós temos feito algumas inovações importantes nesse
1399instrumento. Nunca tivemos um ZEE, e aqui pela Lei Orgânica teremos um,
1400que vai ser capaz de interferir inclusive nas políticas de ocupação do PDOT, do
1401Ordenamento Territorial. No, entretanto, nós assinamos, participamos de um
1402chamamento público do MMA, em outubro do ano passado, assinamos o
1403convênio via o governador, em abril, e vamos entregar os nossos trabalhos
1404agora na mesa do governador, em dezembro. E não fomos mutuamente
1405capazes, inclusive pelo contingenciamento recursos do MMA, de fazer valer um
1406convênio que teria uma importância grande, porque não conseguimos viabilizar
1407o repasse do dinheiro federal para o Governo do Distrito Federal. Embora o
1408montante seja pequeno, ele é um momento muito importante da vida do
1409Governo distrital, porque ele abre formalmente alguns debates. Que nós como
1410Distrito Federal na temos condições de resolver. Um deles é a interferência
1411positiva que se faz necessária, não dos níveis gerenciais do MMA, mas do
1412primeiro escalão do MMA. Por exemplo, na discussão de regiões
1413metropolitanas. Essa discussão está no cerne do debate, do zoneamento
1414ecológico do DF. E no caso do DF ela transborda para RIDE. Então nós não
1415temos, como Governo estadual, resolver uma dinâmica de dois Estados. E por
1416isso, o convênio, e a importância da proatividade do MMA, inclusive para
1417convidar o Ministério da Integração, que responder normalmente pela RIDE
1418para comparecer de forma mais objetiva a esse debate. Então não é só uma
1419questão dos recursos. O fortalecimento do Sisnama e o fortalecimento de
1420instrumentos de gestão, devem acontecer não com base em grandes
1421tendências apenas, mas da vida dos Estados, nesse momento extremamente
1422delicados, que é a descentralização das atribuições, em função da LC 140.
1423Então, eu vou fazer esse apelo ao MMA, que tem essa questão do convênio,
1424não só desdobramento, repasse dos recursos, mas desse posicionamento
1425institucional do nosso Ministério do Meio Ambiente, para facilitar algumas
1426discussões do ordenamento territorial, que impacta duramente área ambiental.
1427Nós estamos, por exemplo, inovando na matriz ecológica, abordando ela não
1428sobre o ponto de vista de zonas de atividades agropecuárias, ou industriais,
1429nós estamos abordando ela tentativamente a partir de riscos, risco de perda de
1430solos por erosão, risco de perda de remanescente cerrado. E nosso principal
1431risco hoje, risco de perda de produção hídrica, recarga de aquíferos, pela
1432impermeabilização e avanço agressivo do ambiente urbano, conurbado com
1433Goiás. Em não conseguindo assegurar nesse instrumento as discussões de
1434recursos hídricos, que é uma pauta de meio ambiente, recursos hídricos,
1435difícilmente conflui no território e onde se instala o conflito. Nós não
1436conseguimos puxar para uma lei, que nosso caso, vai disciplinar, inclusive
1437trazendo discussões como as metas de enquadramento de água superficial,
1438em discussão hoje nosso conceito. É de suma importância para nós, nessa
1439etapa final em desenvolvimento do MMA, pelas questões abordadas,
1440destacando e deixando como sugestão para o seminário de licenciamento que
1441haja um destaque para as discussões da convergência dos instrumentos de
1442gestão, de e que podem ajudar no processo de licenciamento. Muito obrigada.

1443

1444

1445(*Palmas*)

1446

1447

1448 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Estou
1449 pedindo para o Adriano, Maria Silva, que convoque uma reunião com o Ney
1450 Maranhão, nosso secretário de Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos. O
1451 Adalberto, diretor de Zoneamento Econômico Ecológico. E o pessoal da ANA,
1452 afeto ao tema, está aqui o Maurício Andrés, não sei se vai ser ele, mas, enfim,
1453 ele vai encaminhar isso. Nós vamos fazer uma conversa porque isso é
1454 prioridade para nós e vamos colocar isso para funcionar. O zoneamento é um
1455 dos principais instrumentos nosso de planejamento, e a situação da água aqui
1456 no Distrito Federal é realmente aguda, vamos fazer isso algo. Nós temos ainda
1457 o Marcelo, do Amapá.

1458

1459

1460 **O SR. MARCELO OLIVEIRA (Gov. Amapá)** - Bom dia a todos. Obrigado pela
1461 oportunidade de explanar uma situação aqui parecida. O meu nome é Marcelo
1462 Oliveira. Sou diretor-presidente do Instituto de Meio Ambiente e de
1463 Ordenamento Territorial do Estado do Amapá. Costumamos dizer que o
1464 instituto é um Frankenstein, que trata a sua parte de gestão florestal que foi
1465 repassado do Ibama. Ordenamento territorial do Estado do Amapá e ainda a
1466 parte de Licenciamento Ambiental, mais do que nós vamos receber sobre a
1467 gestão de fauna. Ou seja, há um, é um estudo de uma responsabilidade muito
1468 grande no Estado. Eu acho que não chegou a tempo a proposta de colocar o
1469 nosso nome como suplente, do secretário de Meio Ambiente, mas fica registrado
1470 a presença do Estado do Amapá no Conama, principalmente para não perder a
1471 oportunidade da presença. Mais especificamente como companheiro colocou,
1472 sobre as vicinais pedindo uma atenção especial ao Ibama. Nós temos uma
1473 situação que é um pouco complicada no Estado do Amapá que é algo de
1474 programa de Governo, que vai levar um benefício ao Estado do Amapá como
1475 um todo. Como sabemos, geograficamente o Estado do Amapá é um Estado
1476 isolado de rodovias, acesso ou aéreo fluvial. Então a forma de fazer com que o
1477 Estado se conecte ao mundo é através da banda larga, que é um processo que
1478 o Estado está desenvolvendo, e que está parado hoje por uma situação que
1479 o Ibama motivou junto ao Ministério Público Federal. E então teve uma
1480 recomendação do Ministério Público Federal para se paralisar a obra, só que a
1481 obra está concluída. Por quê? Porque 48 dos 230 quilômetros do cabo de fibra
1482 ótica que passa, que vai conectar via Guiana Francesa e Estado do Amapá,
1483 117 deles estão em áreas não pavimentadas e 48 cruzam uma terra indígena.
1484 Nós sabemos pela 140, tudo mais, que isso compete ao Ibama, mas foi feita
1485 uma consulta e Dilic passou essa competência ao Estado de se licenciar e
1486 fazer o licenciamento. E o Estado não agindo de má-fé fez. Isso foi
1487 questionado, está sendo questionado. Eu estava conversando como o senhor
1488 presidente do Ibama, e daqui a pouco vamos retomar. Mas é necessário que
1489 fique registrado isso para que haja um entendimento do Ibama, como a própria
1490 ministra falou, num processo de que talvez até de gestão compartilhada, já que
1491 o Estado do Amapá quer fazer isso junto com os municípios, que é necessário.
1492 Que os municípios também do Estado do Amapá assumam essa gestão com os
1493 impactos necessários à competência de cada município. Então esse
1494 entendimento que é o do Governo do Estado que visa o desenvolvimento do
1495 Estado como um todo, está cansado com outros tipos de programas também

59

30

60

1496do Governo, como levar a educação ao povo. Porque já houve um programa
1497Professor Conectado, onde todos os professores cadastrados, que fizeram
1498seus cadastros, no Estado, receberam alguns notebooks. Escolas com lousas
1499digitais. Então a banda larga vinha para fomentar ainda essa política de
1500Estado. Só que isso, com a paralisação está causando um certo
1501constrangimento ao Estado, que essa banda larga nunca chega. Só que há um
1502desprendimento muito grande do Governo do Estado do Amapá, de nós
1503fazermos com que isso seja operacionalizando. Então a licença de operação
1504tem que partir agora do Ibama. Então nós ficamos aqui, para ficar registrado.
1505Que o Ibama tenha uma compreensão disso para que possam nos ajudar
1506nesse sentido de fazer esse processo de licenciamento. Obrigado.

1507

1508

1509**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**

1510Obrigado, Marcelo. Márcia.

1511

1512

1513(*Palmas*)

1514

1515

1516**O SR. HASSAN SOHN (APROMAC) -** Bom dia a todos. À mesa. Hassan Sohn.
1517APROMAC, ONGs da região Sul. Inicialmente, eu venho aqui reforçar o apoio
1518da APROMAC à Resolução 457. Fazendo minha as palavras do coronel, que
1519nos brindou com uma, talvez, inédita explicação de um ponto, de um aspecto
1520relevante dessa resolução. E agradecê-lo duplamente por esta norma.
1521Primeiro, porque entendemos que a norma complementando um sistema já
1522estabelecido e resolvendo uma questão sistêmica, que temos lidar destinação
1523aos animais apreendidos. Representa uma medida de salvaguarda da vida. E
1524nós, ambientalistas, defendemos a vida a cima de tudo, superando eventuais
1525questionamentos que pudessem existir, não quanto à legalidade, porque
1526certamente a resolução legal é. Mas quanto algum aspecto ético ou discutível
1527de deixar a guarda ao infrator que tanto causou espanto à sociedade
1528desinformada que se manifestou a respeito. E segundo, porque nós temos um
1529aspecto extremamente positivo da 457 que me leva a louvá-la a cima de outras
1530resoluções dessa casa. E que nos permitirá, talvez, salvar uma fauna que se
1531encontra ainda mais ameaçada do que aquela parcela de animais apreendidos.
1532Que a fauna representada pelo Sisnama, sistemas Sisnama Conama. Porque o
1533que nos evidencia a repercussão dessa norma? Nos evidencia que está
1534desconectados da sociedade como um todo. Ainda que bem representados
1535estejamos neste conselho. Mas o que efetivamente este conselho se mostra
1536para a sociedade? O que a sociedade apreende desse conselho efetivamente?
1537É uma questão que devemos levar para a casa. E devemos mais. Nós aqui
1538estabelecemos regras e no fundo acabamos por ouvida-las, esquecê-las e
1539cumprí-las. Vou dar duas regras básicas para os senhores. Princípio da
1540prevenção e precaução. Batidos e rebatido aqui, nessa tribuna por vários
1541conselheiros, por vários segmentos. Mas e a educação ambiental em geral
1542neste País. E eu trago esse ponto, por quê? Porque a 457 só é necessária, não
1543porque nós não tenhamos o número de seta adequados, ou uma estrutura
1544adequada. Isso é verdadeiro. Essa falha é verdadeira, nós não podemos negá-
1545las. Mas principalmente por quê? Os números divergem, eu prefiro usar o

1546 número da média. Nós temos de 30 a 35 milhões de animais silvestres em
1547 guarda ilegal neste País. Isso, quer dizer, que nós temos milhões, dezenas de
1548 milhões, de brasileiros que não têm o mínimo de formação ambiental.
1549 Compactam com atitude criminoso de ter um animal ilegal em casa. Então as
1550 nossas instâncias ambientais, sistema Sisnama Conama, não está atuando
1551 eficientemente na prevenção do problema. E depois, a questão se avoluma a
1552 tal ponto que na outra ponta quer ter a estrutura para receber o animal que é
1553 apreendido, sempre na esperança de que as estruturas policiais sejam mais
1554 efetivas e consigam fazer essa apreensão, teremos um custo elevadíssimo,
1555 porque não prevenimos lá na frente. E dou outra regra muito importante, que
1556 nós aqui estabelecemos e não cumprimos. Cada empreendimento ambiental
1557 de risco, potencialmente causador de dano, é obrigado, em suas diversas
1558 modalidades efetivar um EIA e RIMA. É evidente que em empreendimentos
1559 mais simples, tem um estudo de impacto ambiental simplificado que se
1560 costuma até dar outros nomes. Nós aqui quando fazemos resoluções estamos
1561 executando uma atividade de altíssimo risco ambiental para o País. As
1562 decisões que tomamos aqui se espelharão no que será feito nos anos
1563 seguintes que será considerado tolerável. Mas jamais fizemos um Rima para a
1564 população. Imaginando talvez que nós, cada um dos nossos conselheiros, das
1565 nossas bases, tivéssemos uma efetividade de transmissão de informações que
1566 não temos. Os senhores conselheiros da Abema e da Anamma poderão me
1567 dizer quantos órgãos ambientais, estaduais e municipais são *online* com o
1568 conselho, e introjetam automaticamente cada resolução, que é feita aqui. Se
1569 assim é com os profissionais que trabalham diretamente com as normativas
1570 saídas desta casa, certamente é muito pior em relação a população. E eu
1571 gostaria de sugerir, já concluindo, o relatório apresentado pelo coronel
1572 explicando taxativamente que a 457 trata da 15ª opção, a menos desejável,
1573 mas com componente de uma cadeia. Fique oficialmente no *site* como uma
1574 forma de explicar a população que não estamos aqui compactuando com o
1575 crime, estamos aqui dando fechamento ao sistema legal muito complexo.
1576 Obrigado a todos.

1577

1578

1579 (*Palmas*).

1580

1581

1582 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Temos
1583 ainda o último, o Bruno. Ainda quer retornar à tribuna.

1584

1585

1586 **SR. BRUNO LUCIO SCALA MANZOLILLO (FBCN)** - Secretário, eu
1587 consultei rapidamente as entidades da Sociedade Civil informalmente, a sua
1588 iniciativa de antecipar as reuniões de terça-feira conosco foi muito bem aceita.
1589 Estamos prontos para estar na reunião no primeiro horário. Porém, nós nos
1590 reunimos na tarde das terças-feiras para discutir os assuntos que vamos levar
1591 para o secretário executivo. Isso passará a ser feito na terça-feira de manhã.
1592 Assim sendo, eu alerto à diretora do DConama, que alguns dos conselheiros
1593 terão que vir na segunda-feira. A importância da presença do secretário é que
1594 há certos assuntos que não dá para discutir com a Adriana. Até fiz uma
1595 brincadeira. Se eu quisesse fazer queixa da Adriana e ficasse na mão dela, não

1596tinha graça. Eu só fiz isso porque em hipótese alguma nós temos queixa para
1597fazer da Adriana, por isso eu me permiti. O assunto mais importante que nós
1598queríamos entregar ao secretário, foi um apelo para que a ministra ficasse aqui
1599no plenário no horário da tribuna livre. Falar isso ao secretário, eu estou
1600falando o vice-ministro, estou falando ministro. Falar isso para a diretora, eu no
1601máximo posso pedir a ela para transmitir um recado, e quando pedir para
1602transmitir o recado. Desculpa Robson. O Robson como fiel escudeiro disse que
1603a Adriana não era menino de recado da Sociedade Civil. Eu fiquei calado. Por
1604isso que hoje eu fui tão veementemente ao rebater o Robson. E, secretário, se
1605a minha veemência foi exagerada, eu peço desculpas a mesa, peço desculpa
1606ao plenário e, sobretudo, Robson, peço desculpas pessoalmente a você. Muito
1607obrigado.

1608

1609

1610(*Palmas*).

1611

1612

1613**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**
1614Obrigado. Vamos em frente. Pessoal, nós temos que discutir aqui a questão do
1615que vai ser admitido, o que não vai ser admitido às matérias. A não admitida foi
1616a dos objetos da intervenção inicial do Bruno, com qual ele vai depois discutir
1617esse assunto mais detalhadamente com Volney, relacionadas a estradas
1618vacinais. As admitidas são a revisão da resolução Conama 340/2003,
1619relacionada à utilização dos cilindros para vazamento de gás, que destrói a
1620Camada de Ozônio. A outra, a revisão do prazo para obtenção de valores que
1621medem qualidade de solo, em pauta nessa Plenária. E a terceira, a revisão da
1622Resolução do Conama 403/2009, (...) aquicultura, também posta nesta
1623Plenária. Então foram essas três admitidas e a primeira não admitida. Em
1624relação a apresentação à mesa de inversão de pauta, retirada da matéria e
1625requerimento de urgência, está aberto para proposição. Salvo engano, a
1626informação que eu tenho que a Ceicilene traz um requerimento de urgência do
1627MME, para uma resolução sobre o Licenciamento de Empreendimentos de
1628Geração de Energia Elétrica, a partir de fonte eólica, entre na tramitação
1629procedimental.

1630

1631

1632**A SR^a. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS (MME) –** Bom dia. Ceicilene,
1633do Ministério de Minas e Energia. Bem, a expansão de energia eólica no País
1634ela é de fundamental importância devida a demanda de aumento de fontes
1635renováveis de energia na nossa matriz. Além do atendimento dos nossos
1636compromissos em relação a redução emissões. Então, dessa forma, nós
1637estamos propondo uma resolução, de forma que venha disciplinar os
1638procedimentos de licenciamento ambiental. Considerando a relevância da
1639matéria nós pedimos regime de urgência.

1640

1641

1642**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –** Dada a
1643relevância a matéria, aqueles que concordam com a solicitação do Ministério
1644de Minas e Energia, por favor, se manifestem erguendo seus crachás. 25. Os

1645que são contrários, por favor, se manifestem. 2. Então isso vai tramitar
1646conforme solicitado. Tadeu, você tem uma proposta de moção também?

1647

1648

1649**O SR. TADÊU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** - Bem, nós tínhamos
1650duas moções para apresentar hoje, sendo que a de protesto de queima de
1651combustíveis fósseis não foi possível, porque nós não chegamos a tempo. Mas
1652eu faço o apelo ao Ministério do Meio Ambiente, na pessoa da Marília Marreco
1653que estava ali, mas não está mais, e da diretora, do secretário, no sentido de
1654que então como houve essa... Na Câmara Técnica havia uma discussão sobre
1655técnicas e um advogado de AGU, por um capricho de que não concordo com a
1656explicação que foi dada ontem, não me satisfaz. Um advogado de AGU achou
1657por bem de que a Câmara Técnica tinha que parar de discutir aquela resolução
1658que era do Ibama e que foi pedido o arquivamento, onde nós apresentamos um
1659parecer para que houvesse continuidade. Então eu faço um apelo ao Ministério
1660do Meio Ambiente para que então crie uma outra possibilidade de nós
1661discutirmos a queima do combustível fóssil neste País. Não pode ficar em
1662branco. A questão da queima de combustível fóssil não é só um problema
1663porque afeta a Camada de Ozônio, é porque na extração a carvão é criminosa,
1664é agressiva, mata, tanto as pessoas que ficam respirando no entorno, quanto o
1665mineiro que sofre com pneumoconiose. Um tipo de escravidão. Isso precisa ser
1666denunciado, precisa ser discutido aqui no Conama. Isso não pode continuar
1667mais, senhor secretário. A queima de combustível fóssil, como a ministra falou,
1668que se o Brasil participou de tratados como o de Minamata. Que estação do
1669carvão também tem essa emissão de mercúrio. Não é possível que o Brasil.
1670Agora, um ministro que é da Relações Exteriores, que tenha essa conotação
1671ambiental. E que se permita que esse País ainda mantenha. Então, vou
1672concluir. A nossa proposta de moção é sobre aquela questão que eu falei
1673anteriormente, a questão da perseguição aos ambientalistas. Nós estamos
1674propondo aqui uma moção para que o Ministério da Justiça, para que as
1675Polícias Militares Ambientais, para que o Ministério Público Estadual, para que,
1676enfim. Não é possível mais que ambientalistas sejam perseguidos, sejam
1677assassinados, como no caso do biólogo Gozalo. No caso do casal de Santa
1678Catarina, da Miriam e do Vigodo. E de outros milhares de ambientalistas que
1679neste País sofrem diariamente com a perseguição, com ameaças de vida, com
1680represálias, com uma série de ações que o empreendedor, a bandidagem,
1681desculpa a expressão, usa para nos intimidar. Isso é uma pressão muito
1682perigosa, muito castrante. Nós sabemos que quando está lidando, defendendo
1683o meio ambiente pode ser assassinado, por pouca coisa. Por pouca coisa pode
1684ser assassinado. A moção então está aqui.

1685

1686

1687**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** –
1688Primeiro, nós temos que votar se nós acolhemos a excepcionalidade da
1689moção. Eu pediria antes de votarmos a moção, se o plenário vai concordar com
1690a apresentação em caráter excepcional dessa moção para ser votada. Quer
1691dizer, não é a votação da moção ainda, é o acolhimento da solicitação do
1692Tadeu. Aqueles que estiverem de acordo, por favor, levantem seus crachás. Os
1693que são contrários, por favor, se manifestem. Então o plenário vai votar a
1694moção. Eu pediria que tivessem paciência, nós vamos circular a moção para

1695 todos estarem informados. E vamos retomar os trabalhos na parte da tarde
1696 ou no início ou no final votarmos a moção. Nós vamos fazer o intervalo agora e
1697 retomamos às 14h30. Obrigado.

1698

1699

1700 *(Intervalo para o almoço)*

1701

1702

1703 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Pessoal,
1704 vamos dar início aos trabalhos, eu prometo falar baixo, todo mundo pode
1705 dormir, quem quiser... Estiver com muito sono, nós podemos pedir para
1706 diminuir a luz também. Vamos aproveitar e discutir aqui a resolução... Perdão,
1707 o Processo 2000.02038/2375, que é a proposta de alteração da Resolução do
1708 Conama nº. 413/2009, sobre o licenciamento ambiental da aquicultura. Os
1709 proponentes são o Ministério da Pesca e o Ministério do Meio Ambiente. Eu
1710 peço para o relator do Ministério da Pesca... Sabanay? Está entrando, ele está
1711 navegando aqui, está entrando por algum riacho chegando aqui. A matéria vem
1712 da 7ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, datada de 19 de
1713 agosto, é uma matéria admitida pela 4ª Cipam em 30 de julho, tramitou pela 5ª
1714 Câmara Técnica, CTCA, em 6 de agosto de 2013, onde obteve aprovação por
1715 consenso. Foi também aprovada e encaminhada à Plenária. A princípio parece
1716 um assunto que está redondo, mas como aqui sempre há espaço para
1717 participação e surpresas... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)* Fernando
1718 e Roberto também estão aí atrás, o Galupo, o Roberto, se quiserem também ir
1719 começando o assunto. Ele está entrando pelo cano ou não? *(Intervenção fora*
1720 *do microfone. Inaudível)* Ele está entrando. Esse gerúndio nosso é terrível.
1721 Bom, nós vamos para o outro ponto e depois nós voltamos. Processo
1722 2000.01814/2013, proposta de revisão de prazo para obtenção de valores
1723 referentes de qualidade VRQ do solo, Resolução Conama 420. Há um rumor,
1724 uma trepidação, de que o assunto... Sabanay entrou, então antes que nós
1725 voltemos para esse rumor, vamos para o Sabanay falar aí. Você é o relator,
1726 Sabanay. Pode chegar e entrar chutando.

1727

1728

1729 **O SR. LUIS ALBERTO DE MENDONÇA SABANAY (MPA)** - Boa tarde aos
1730 nossos Conselheiros e Conselheiras, senhor Presidente Francisco Gaetani. Só
1731 retomando o fôlego...

1732

1733

1734 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Pode
1735 respirar, 30 segundos, até a pressão voltar ao normal e etc. Faz bem para as
1736 artérias. Outro dia me explicaram que os exercícios só fazem efeito quando
1737 você atinge um certo grau de pulsação, senão... Você fazer exercício e não
1738 ficar... Não adianta nada. Eu sempre fiz muito exercício, mas não adiantava
1739 nada.

1740

1741

1742 **O SR. LUIS ALBERTO DE MENDONÇA SABANAY (MPA)** - Bom, eu vou,
1743 antes de mais nada, agradecer o empenho do Ministério do Meio Ambiente, os
1744 seus órgãos correspondentes, o Ibama e a ANA, também o Ministério do

1745Planejamento, que através do SPU corresponde a essa ação que nós estamos
1746trabalhando na Resolução 413; a Marinha do Brasil também, que tem o seu
1747papel e o seu desempenho na questão do licenciamento da aquicultura
1748brasileira. Segunda questão é que eu quero fazer das minhas palavras a
1749introdução que foi feita pela Ministra Izabella Teixeira. Nós não precisamos
1750acrescentar absolutamente nada à intenção, à motivação política que nos foi
1751pela manhã blindada pela nossa Ministra na apresentação da nossa agenda e
1752dessa pauta. Terceira questão se trata da Resolução 413, nós estamos
1753trabalhando em termos de quê? Do aprimoramento dessa resolução. Eu vou
1754fazer um pouco do crescente histórico desse processo, que foi, a primeira
1755questão, a aprovação do uso de águas da União para fim de aquicultura em
17562003. Isso é um grande avanço na política pública brasileira. A partir disso
1757então, as instruções normativas, a partir disso então, a regra do licenciamento
1758ambiental, que foi especificamente a Resolução 413 aprovada nesse Conselho
1759em 2009. Levou seis anos de debate e tem a robustez necessária de uma
1760resolução que normatiza a implementação do desenvolvimento da aquicultura
1761no Brasil. Então eu acho que passados cinco anos da implementação da
1762política pública, da necessidade de avançar o desenvolvimento brasileiro na
1763produção de águas da União, consideramos nós, em conjunto, os órgãos de
1764Governo Federal, a necessidade do aprimoramento da Resolução 413. Do que
1765se trata isso? A estrutura fundiária aqui é dividida em dois grandes módulos, o
1766primeiro módulo é a questão dos parques aquícolas, do que se trata
1767especificamente a nossa solicitação de aprimoramento da 413, e as áreas
1768aquícolas. Os parques aquícolas têm já na sua fundamentação, na
1769regulamentação da 413, o seu destinatário, a sua finalidade da aplicação da
1770política pública, tendo em vista o público-alvo prioridade nesse processo, que
1771são: as populações tradicionais, as comunidades ribeirinhas, os indígenas, os
1772quilombolas e etc. A segunda questão que é fundamental na elaboração da
1773política pública do parque aquícola é que já é uma regra, um instrumento, uma
1774ferramenta do ordenamento da produção. Então, partindo desse ponto de vista
1775nós temos a total segurança em relação ao procedimento. E nesse novo marco
1776regulatório que nós estamos pleiteando, no avanço dessa revolução, nós não
1777retrocedemos em nenhum aspecto as políticas que já foram estabelecidas ao
1778longo da discussão da 413 e *posteriori*, em nenhum aspecto. O que é que nós
1779pleiteamos? A brevidade, a simplificação, a licença única. Por que dela? A
1780Ministra Izabella citou na sua fala a demanda que se tem hoje do ponto de vista
1781social, do ponto de vista da necessidade de ocupação dessas áreas de forma
1782objetiva, e durante... Em 10 anos de aplicação da política de pesca e
1783aquicultura brasileira, depois ainda da regulamentação, em cinco anos nós só
1784conseguimos estabelecer seis parques aquícolas no Brasil, quatro nós
1785conseguimos dar plenitude do funcionamento. Volume de gasto de
1786investimento público e a efetividade da política. Na regra geral, nos estudos
1787preliminares para a implantação do parque aquícola, nós já consideramos as
1788questões de suporte do lago, que nós estamos falando e tratando aqui de
1789parque aquícola em águas de reservatórios artificiais, não é nenhuma outra
1790área. Já consideramos essa questão da democratização do acesso, ou seja, da
1791prioridade às populações de baixa renda e comunidades tradicionais do
1792entorno desses reservatórios. Nós já consideramos a sustentabilidade no seu
1793tripé socioambiental e econômica. Nós consideramos que nós precisamos dar
1794equidade na política, ou seja, fazer com que de fato todos tenham acesso ao

1795 processo de acesso à água e a produção. Nós ainda consideramos a questão
1796 de gênero, para que as mulheres sejam incluídas no sistema produtivo de
1797 trabalho, e também consideramos a questão da viabilidade econômica de cada
1798 um dos processos. Parque então é demarcado, nós temos acesso a 1% do
1799 total da área, nenhum dos nossos parques dos estudos preliminares e nos
1800 parques implantados tem mais de seis... 0,6. Tramita nos órgão de
1801 responsabilidade como o Ibama, a Capitania dos Portos, a Agência Nacional de
1802 Águas e Patrimônio da União. Há o licenciamento pelos órgãos ambientais dos
1803 Estados, depois da licitação da área a entrega das áreas selecionadas e a
1804 característica principal dessa... Inovadora, desse processo que está incluído
1805 nesse pedido nosso do aprimoramento da 413, que é a questão do
1806 monitoramento. Hoje o Ministério da Pesca já está em fase avançada, já
1807 experimental, em dois parques em furnas de uma tecnologia desenvolvida pelo
1808 Inpi, que dá em tempo real o monitoramento da qualidade da água e a questão
1809 da produção em curso. Após isso é feita a sinalização náutica e a implantação
1810 do parque. Então a nossa defesa, que não é defesa, é mais um esclarecimento
1811 aos senhores e senhoras Conselheiras e Conselheiros, é de que com essa
1812 ação resolvida por esse Conselho nós conseguimos fazer então com que a
1813 política pública de desenvolvimento da aquicultura brasileira para o público
1814 destinatário da política de parques aquícolas no Brasil seja de fato efetivada. O
1815 que significa isso? Significa que nós podemos... Além dos seis parques nós
1816 temos 42 novos parques em pleito nesse processo, nós garantimos uma
1817 questão que é fundamental, que é a questão alimentar e nutricional como
1818 princípio desse processo, e no segundo princípio desse processo a inclusão
1819 socioprodutiva de populações marginais, há várias situações de vulnerabilidade
1820 nesse país. Bom, concluindo a minha fala: a despeito da agilidade do processo.
1821 Nós temos algumas... Três questões que nós estamos regulamentando nesse
1822 processo de licenciamento de abreviação, ou seja, da licença única, que é a
1823 questão do controle das espécies, tem os termos técnicos, alóctones e
1824 exóticos, não aplicáveis a bacias do Amazonas e do Pantanal. Nós temos
1825 também a questão do monitoramento de qualidade de água com esse
1826 equipamento que nós acabamos de mencionar. Eu quero concluir com
1827 exemplo: temos defendido... O Ministério da Pesca e Aquicultura está aqui, a
1828 nossa equipe, a nossa secretária Nacional de Aquicultura, a Maria Fernanda, a
1829 nossa equipe técnica, a Fernanda Sampaio e Ana Silvino, e mais as nossas
1830 equipes que trabalharam em conjunto com os nossos ministérios durante esse
1831 tempo todo, trabalhando um sentido de que aquicultura no Brasil passa a ser
1832 vetora da sustentabilidade ambiental. Eu vou dar o exemplo da minha cidade,
1833 Florianópolis, Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, é responsável por
1834 produzir 78% de ostras, moluscos, mexilhões, vieiras e etc. A Baía Sul, da ilha
1835 de Santa Catarina, é o espaço de produção, e nós licenciemos cerca de duas
1836 mil áreas, já incluímos quase 500 famílias nesse processo do sistema familiar
1837 de produção, e estava em discussão há três anos o saneamento básico do
1838 entorno da ilha. Quando nós fomos averiguar o projeto que estava sendo
1839 desenvolvido, Dona Marília, nós verificamos que estava inadequado o sistema
1840 porque a água que ia ser depositada pelos emissários nessas baías não estava
1841 adequada em termos de qualidade que dava sustentabilidade àquela produção
1842 local. Isso gerou uma mobilização de uma centena de entidades e de
1843 produtores no Município para rediscutir o sistema da aplicação do saneamento
1844 básico, da tecnologia e da forma que ia se desenvolver naquela região. Isso

1845pode ser exemplo para a maioria dos espaços que nós queremos ocupar. Por
1846quê? Porque se nós queremos ter alimento saudável, nós temos que ter água e
1847ambiente saudável para concluir. E a necessidade da aprovação da 413 não
1848diminui em nenhum aspecto a responsabilidade nessa questão da
1849sustentabilidade e na qualidade do sistema do entorno e do local de produção
1850e a nossa garantia para esse processo. Além do mais, há agilidade do
1851processo de desenvolvimento. É isso que nós pedimos o apoio e a aprovação
1852dessa solicitação imbuída do Governo Federal para agilização da aplicação da
1853nossa política pública. Muito obrigado.

1854

1855

1856(*Palmas!*)

1857

1858

1859**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Eu
1860queria apenas acrescentar que isso foi fruto de uma negociação intensa, como
1861ele mencionou, e o Ministério também está muito satisfeito com esse
1862encaminhamento, eu acho que é uma novidade... Enfim, é uma ação
1863importante para o país e integra a pesca na sustentabilidade, na preservação.
1864Eu costumo dizer que se nós não tomarmos uma providência nós corremos o
1865risco de nós destruímos o nosso mercado potencial pesqueiro do país. E essa
1866iniciativa vai nessa direção, potencializa o desenvolvimento desse mercado de
1867forma regulada, balizada, e de acordo com os nossos princípios. Bom... Pois
1868não? (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*) Sim, nós vamos...
1869Teoricamente isso está em regime de votação, mas se for... Nós não temos
1870nenhuma urgência em relação a isso, maior, além da 'inteligência' política. Se
1871houver interesse de manifestações eu só peço que seja defendido... O
1872encaminhamento seja no sentido ou de votar favoravelmente ou de votar
1873contrariamente. Até aqui não tive notícia de nenhum problema, pelo visto já
1874apareceram duas pessoas para falar... Então esse assunto não foi devido
1875arredondado nas reuniões preparatórias. Pequenas arestas. Por favor.

1876

1877

1878**O SR. HENRIQUE RAMOS (IBAMA)** - Boa tarde a todos. Agradeço a presença
1879da Mesa, senhoras e senhores. Nós sempre que falamos na aquicultura
1880lembramos aí da questão dos nossos agentes externos ou daqueles exóticos.
1881Lembramos aí do camarão... Do famoso camarão da Malásia, tivemos um
1882experimento... Eu não sei se é um experimento ou uma criação, na Baía de
1883Guaratuba no Estado do Paraná, e que houve o vazamento dessas espécies
1884para dentro de baía, ninguém foi até hoje lá saber se houve algum dano, se
1885houve algum problema em relação a isso. Enfim, isso está instalado. Eu
1886imagino que esteja instalado também lá no Nordeste em face daquelas
1887discussões que já tivemos em relação também à criação de camarões. Mas o
1888que me traz aqui é exatamente isso, nós temos uma disposição penal que fala
1889que nós não podemos introduzir espécies exóticas dentro do ecossistema, e
1890nós, com essa resolução aqui, me parece que estamos facilitando ou
1891facultando a possibilidade de trabalhar com os agentes nativos e com os
1892exóticos. Então eu acho que nós estamos criando aqui uma contradição que o
1893Conselho deve ter cuidado porque as reclamações nós recebemos sempre
1894daqueles ligados à Biologia, dos conselhos de Biologia e dos professores de

1895Biologia, dizendo que nós estamos introduzindo espécies exóticas nos
1896ecossistemas, tanto que a própria resolução diz que não fará isso em relação à
1897bacia do Pantanal e a bacia Amazônica. Então significa que nas outras podem.
1898E significa dizer também que nós temos uma legislação penal que diz que é
1899crime a introdução de espécies exóticas. É isso.

1900

1901

1902**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Só para
1903esclarecer: a resolução não trata da carcinicultura em relação ao que não é
1904possível... É proibida pela lei a resolução também não propõe que se violente a
1905lei. Também não podemos deixar que a prevenção antecipe que vai ser
1906cometido um delito nessa área. Isso foi discutido e não é esse o entendimento
1907que o pessoal teve no grupo técnico. Mas, enfim, vamos lá e depois vamos
1908continuar como é que fechamos isso. Alexandre.

1909

1910

1911**O SR. ALEXANDRE TADEU DE MORAES RODRIGUES (Governo do**
1912**Estado do Tocantins)** - Alexandre, Governo do Estado do Tocantins. É só
1913alguns esclarecimentos porque... Mais especificamente, secretário, em relação
1914às alterações do art. 9º, onde o § 2º não aplica a questão do licenciamento
1915simplificado, pelo que eu estou entendendo nós... Eu não estou com a
1916resolução na cabeça, mas não se aplica o licenciamento simplificado nos
1917parques aquícolas localizados... Essa expressão me preocupa muito porque o
1918representante do Ministério da Pesca falou em bacias hidrográficas, mas o que
1919está aqui não é 'bacia hidrográfica', está escrito: "Nas regiões hidrográficas
1920amazônicas e do Paraguai". Então essa situação que me preocupa, eu vou
1921explicar a vocês. Na sexta-feira o Ministro da Pesca está aí no Tocantins,
1922lançar edital de um parque aquícola de um reservatório do Lajeado, e nós
1923tivemos mais ou menos dois anos, secretário, com um trabalho intenso,
1924juntando Embrapa, Universidade Federal, porque existia uma portaria do Ibama
1925que proibia a criação do tambaqui na parte amazônica do Tocantins, do Rio
1926Tocantins. Então mesmo nós demonstrando com estudos científicos a
1927presença do tambaqui, em todos os trabalhos que foram feitos, em todas as
1928suas formas, larva, jovem, adulto, a presença... E finalmente nesses últimos
1929tempos foi conseguido reverter essa situação, porque o grande peixe de
1930mercado no país é o tambaqui. O peixe do Brasil... O mais conhecido é o
1931tambaqui. Então essa expressão aqui na resolução... Eu sou totalmente a favor
1932pela aprovação, mas essa expressão... 'Em regiões hidrográficas' é um termo
1933novo e o corpo da resolução original não traz essa definição do que é região
1934hidrográfica. Está certo? Então, é a consideração que eu gostaria de fazer.

1935

1936

1937**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Gente, é
1938o seguinte: teoricamente esse assunto foi discutido, equacionado e
1939processado, nós vamos aqui, dada a sensibilidade e a importância que ele tem
1940para nós, discuti-lo. Mas eu peço para que no futuro façam uso das reuniões
1941prévias, encaminhem as sugestões previamente para preservar o Plenário de
1942discussões não necessariamente organizadas do ponto de vista dos conflitos.
1943Nós estamos aqui para processar os conflitos, mas os esclarecimentos, sempre
1944que possível, usem as reuniões prévias.

1945

1946

1947 **SR. LUIS ALBERTO DE MENDONÇA SABANAY (MPA)** - Bom, só para
1948 esclarecer o rito desse processo. Nós entramos com o pedido no Cipam, foi
1949 aprovado, entramos depois com um pedido depois na área jurídica, também foi
1950 encaminhado, fizemos pelo menos quatro sessões com Governo, depois
1951 sociedade, empresariados, Estados, Municípios e organizações da Sociedade
1952 Civil. Em nenhum momento a resolução entra em contradição com a lei vigente
1953 no caso de espécies alóctones e exóticas. Nenhum. Ao contrário, ele incorpora
1954 as resoluções já estabelecidas, as normativas e as regras com relação a esse
1955 processo normativo de espécies regulamentado pelo Instituto Brasileiro do
1956 Meio Ambiente. Então não tem nenhuma contradição nesse processo, mesmo
1957 na análise jurídica isso também já foi considerado e não tem, de fato, a
1958 aplicabilidade de inversão... A possibilidade de inversão ou de abrir concessões
1959 às espécies na forma que o regulamento estabelece no país. Não existe. A
1960 segunda questão, sobre fugas, no caso, do camarão, não é o caso dessa
1961 resolução, ela trata especificamente de parque aquícolas em reservatórios
1962 artificiais, tanques-redes, não tem nada a ver com tanques escavados ou outra
1963 coisa, porém há necessidade, obviamente, de aprimorar o sistema de
1964 fiscalização e monitoramento dessa situação, é o que nós inclusive devemos
1965 discutir nesse Conselho nos próximos anos enquanto se aplica a política e vê,
1966 então, atos e consequências ou não desse processo no processo de
1967 desenvolvimento, cabido aqui no caso já à precaução de todas essas questões
1968 na resolução estabelecida agora, 413. Todos aí vão falar?

1969

1970

1971 **SR. HENRIQUE RAMOS (IBAMA)** - Sobre a região geográfica... Desculpa.
1972 Já está estabelecida na 413... É uma regra em curso, nós não modificamos...
1973 Não alteramos absolutamente nada.

1974

1975

1976 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** - Sr. Presidente... Boa tarde
1977 senhores Conselheiros e senhoras Conselheiras. Raimundo Deusdará,
1978 membro titular do Ministério do Meio Ambiente no Conama e presidente da
1979 Câmara Técnica de Controle Ambiental. Só um registro que o Sabanay não
1980 colocou, essa matéria teve a participação da ANA, do Ibama, do Ministério do
1981 Meio Ambiente, e foi discutido na Câmara Técnica de Controle Ambiental, onde
1982 foi aprovada por unanimidade. Mas com relação a algum outro esclarecimento
1983 técnico eu vou pedir para o companheiro do Ibama que, por gentileza, faça um
1984 esclarecimento relacionado à questão mais específica.

1985

1986

1987 **SR. HENRIQUE RAMOS (IBAMA)** - Boa tarde a todos. Só esclarecendo em
1988 relação ao comentário dos colegas aqui, o conceito de região hidrográfica está
1989 muito bem definido na Resolução nº. 32 de 2003 do Conselho Nacional de
1990 Recursos Hídricos, e a preocupação do colega do Tocantins eu acho que pode
1991 ficar tranquilo, tem uma diferenciação clara entre as bacias de Araguaia-
1992 Tocantins e a Bacia do Amazonas, inserida dentro do conceito de região
1993 hidrográfica. Então essa região amazônica da Bacia do Tocantins está
1994 claramente definida como na região hidrográfica Araguaia-Tocantins, pela

1995CNRH. Quanto à introdução de espécies exóticas, é uma preocupação que nós
1996tivemos também, foi alvo do acordo e da negociação entre o Ministério da
1997Pesca, Ibama e MMA, e eu posso adiantar para vocês é que o que se colocou
1998de novidade na resolução nesse aspecto é na verdade um anexo para tornar
1999um pouco mais rigoroso até os estudos quando se tratar de espécie exótica ou
2000alóctone. Então no caso o que a resolução está mexendo é muito mais no
2001procedimento administrativo do que na segurança ambiental dessas
2002introduções, nesse caso o anexo que foi adicionado, de monitoramento,
2003atendeu essa preocupação e tornou a coisa mais rigorosa nesse sentido.

2004

2005

2006 **O SR. SAINT CLAIR HONORATO SANTOS (MPE)**- Apenas para que
2007 não fique aqui a ideia de que eu vim falar aqui apenas do camarão, eu
2008 vim falar da resolução como ela está posta. E nós temos recebido... Os
2009 e-mails estão à disposição, temos recebido e-mails de contestações,
2010 recebemos e-mails pela posição que ocupamos aqui no Conama, de
2011 Conselheiros, para que possamos fazer a voz dessas pessoas que estão
2012 fazendo isso. São biólogos integrantes do Conselho de Biologia que vêm
2013 dizendo que também não estão de acordo com as criações em tanques-
2014 redes de espécies exóticas. É isso que a resolução diz, é isso que eu
2015 vim falar. Dei um exemplo para que todos lembrem e relembrem dos
2016 casos que já aconteceram. Agora, nós temos lá o tambacu, temos outras
2017 espécies, temos o bagre cego. Quem disseminou o bagre cego no Brasil
2018 foi um laboratório no Estado do Paraná. Que providência nós tomamos
2019 em relação a isso? O bagre cego andou por aí e foi para o Rio Grande
2020 do Sul, nós recebemos uma reclamação na promotoria do Rio Grande
2021 do Sul, do Rio Grande do Sul para o Paraná, dizendo: "Olha, vocês
2022 estão produzindo aí bagre cego e mandando para o Brasil".

2023

2024

2025 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** –
2026 Obrigado. Bom, em vista do que foi colocado nós temos que tomar uma
2027 posição aqui em relação a votar a iniciativa ou a rediscutir no âmbito da
2028 Câmara. Eu entendo que a proposta do Saint Clair remeta nessa direção.
2029 Então a primeira votação nossa vai ser se nós vamos votar aqui ou se nós
2030 vamos remeter de volta a um assunto para ser discutido na Câmara. Aqueles
2031 que forem a favor que seja votado hoje, por favor, levantem os seus crachás.
2032 Os que forem a favor de que se retorne a discussão do assunto para maior
2033 aprimoramento. Nós vamos votar agora então. Os que são a favor da
2034 resolução, por favor, levantem os seus crachás. Os que forem contrários à
2035 resolução, por favor, levantem os seus crachás. A resolução foi aprovada. O
2036 que não impede que as colocações do procurador não sejam levadas em
2037 consideração, eu acho que ele deu exemplos históricos aí bastante graves e
2038 acho que nesse momento aí, Sabanay, acho que na implementação dessas
2039 iniciativas... Cuidado para que essa pressa não vire lambança. Está bem?
2040 Nós... O Conselho está dando aqui um voto de confiança para isso, mas vamos
2041 tentar trabalhar isso aí com credibilidade, senão nós vamos destruir isso logo.

2042

2043

2044O SR. LUIS ALBERTO DE MENDONÇA SABANAY (MPA) - Nós
2045agradecemos muito.

2046

2047

2048O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) – Bom,
2049nós temos agora aqui a proposta de revisão de prazo para obtenção dos
2050valores referentes de qualidade de VRQs do solo relacionados à Resolução do
2051Conama 420/2009. A informação que eu tenho aqui é que talvez haja um
2052pedido de vistas. É isso? Então, por favor.

2053

2054

2055O SR. ADRIANO ANDRADE DE SOUSA (Planeta Verde) - Boa tarde aos
2056acompanhantes da Mesa e todos os demais Conselheiros. O Planeta Verde vai
2057pedir vista para analisar melhor a questão. Ontem durante a reunião
2058preparatória nós manifestamos preocupação com essa dilação de prazo que foi
2059solicitada, e no nosso entender não nos foi dada uma justificativa suficiente
2060para que se concedesse mais todo esse prazo. Então nós vamos pedir vista
2061para elaborarmos um parecer a respeito. Só isso.

2062

2063

2064O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) – Bom,
2065está no direito da... Bocuhy? O Ministério também acompanha? Todo mundo
2066quer ver.

2067

2068

2069A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do Conama)
2070– Então para efeito de registro: Planeta Verde, Proam e Ministério do Meio
2071Ambiente.

2072

2073

2074O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –
2075Obrigado. Bom, vamos em frente então, nós temos agora uma recomendação
2076a ser votada relacionada ao Plano Nacional de Saneamento Básico, o
2077Ministério das Cidades através do Ernani vai fazer uma apresentação, essa
2078recomendação vai tratar da discussão relacionada ao Conselho... À apreciação
2079do Conama, ao Plano Nacional de Saneamento Básico em caso de urgência. A
2080matéria foi pautada na Câmara de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos,
2081onde foi aprovada com emendas, em a 7^a CTAJ, ocasião em que também foi
2082aprovada com emendas e encaminhada à Plenária. Ernani.

2083

2084

2085O SR. ERNANI CIRÍACO DE MIRANDA (MCidades) - Boa tarde senhores e
2086senhoras Conselheiros e Conselheiras. Muito obrigado, Gaetani. Eu trouxe aqui
2087uma pequena apresentação para poder apontar os aspectos talvez mais
2088relevantes, mas conforme já foi lido pelo Gaetani, essa matéria foi apreciada na
2089Câmara Técnica de Qualidade Ambiental, onde houve uma apresentação mais
2090extensa e um debate mais extenso, e também foi depois... A recomendação foi
2091apreciada pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Eu quero dizer também
2092que o Plansab já foi objeto de apresentação e discussão nesse Conselho nas
2093suas edições preliminares quando o trabalho estava sendo desenvolvido e o

2094plano estava sendo elaborado. Esse plano, Plano Nacional de Saneamento
2095Básico, é uma determinação da Lei 11.445 de 2007, que é a lei que estabelece
2096as diretrizes nacionais para o saneamento básico e estabelece também a
2097Política Federal de Saneamento Básico, e é nos capítulos da política federal
2098que a lei determina a necessidade de um Plano Nacional elaborado sob
2099coordenação do Ministério das Cidades. Posteriormente, em 2010, o Decreto
21007217 regulamentou a lei e estabeleceu que o Plano de Saneamento Básico
2101deveria ser apreciado por quatro conselhos: o Conama, Conselho de Meio
2102Ambiente; o Conselho de Saúde, Conselho Nacional de Saúde; o Conselho
2103Nacional de Recursos Hídricos; e o Conselho das Cidades. Então após um
2104processo de debate, de discussão e de preparação do plano nós chegamos a
2105uma versão consolidada que foi então, em maio, submetida aos conselhos para
2106apreciação e três conselhos já o fizeram, o Conselho Nacional de Recursos
2107Hídricos, Conselho Nacional de Saúde e o Conselho Nacional das Cidades, e
2108todos os três na apreciação que fizeram recomendaram a aprovação. Também
2109a Câmara Técnica de Qualidade Ambiental aqui do Conama, na sua proposta
2110que vem agora para o pleno, recomenda a aprovação do Plansab. Bom, então,
2111destacando inicialmente alguns aspectos, eu não sei se vocês vão conseguir
2112ler algumas... Eu daqui não consigo, mas como tem um aqui eu vou ler no que
2113está aqui. Eu consigo daqui porque tem um computador aqui. Eu vou...
2114Inicialmente um slide onde eu destaco uma coisa que para nós é muito
2115importante, que foi o ciclo de participação na elaboração desse plano. Nós
2116optamos por fazer um processo o mais participativo possível, adotamos,
2117inclusive elementos e modelos conceituais do planejamento estratégico
2118situacional, e com isso mobilizamos o setor de saneamento básico do Brasil
2119nos níveis de Governo e também nos níveis da sociedade para esse debate de
2120elaboração do plano. O primeiro passo nesse sentido foi realizado em 2008
2121com um documento que se chamou 'Pacto pelo saneamento' e que foi
2122discutido e aprovado por todas as entidades que têm assento no Conselho das
2123Cidades, em seguida apreciado e aprovado pelo Ministro das Cidades, e se
2124tornou um documento que orientava e trazia, na verdade, um projeto de
2125elaboração do plano, as diretrizes um pouco mais detalhadas que já constavam
2126do decreto, já constavam da lei, e esse pacto detalhou um pouco e nos
2127orientou na elaboração do plano. Em seguida em 2009 processamos então os
2128levantamentos de dados, e nesse levantamento de dados e também
2129construção da visão estratégica do que deveria ser o plano, nós fizemos então
2130diálogo em cinco seminários regionais no Brasil, um em cada região, com as
2131universidades que nos apoiaram nesse processo e convidamos representantes
2132de Governo e também da sociedade para esse primeiro momento de
2133levantamento de problemas e construções da visão estratégica. É bom que se
2134diga que o único plano de saneamento básico que o Brasil já teve foi o Planasa
2135na época da ditadura militar, no início dos anos 70. Portanto, essa experiência
2136de fazer um plano participativo, democrático e de debate com a sociedade é o
2137primeiro na área de saneamento básico, por isso nós tivemos essa
2138preocupação. Em 2010 e também... Em 2009 e também em 2010, com os
2139elementos levantados e essa discussão da visão estratégica, nós fizemos um
2140primeiro esboço da estrutura que deveria ser o Plansab e apresentamos nos
2141conselhos, o Conselho de Saúde, de Recursos Hídricos e aqui no Conama. Em
2142seguida, até o ano de 2011 nós elaboramos o que nós chamamos de 'proposta
2143de Plansab', com a estrutura já definida e todos os capítulos detalhados. Essa

2144 proposta foi submetida ao Grupo de Trabalho Interinstitucional encarregado da
2145 elaboração do plano, que eu não havia citado e vou citar agora, foi criado pela
2146 Casa Civil por Decreto Presidencial um Grupo de Trabalho Interinstitucional
2147 com representações de 12 órgãos do Governo Federal mais dos órgãos da
2148 Sociedade Civil e dos movimentos sociais com assento no Conselho das
2149 Cidades. Esse GTI funcionou nesse período todo e não foi um Grupo de
2150 Trabalho burocrático apenas para cumprir uma agenda e cumprir tabela, como
2151 se diz. Ele de fato participou e contribuiu nesse processo, e além de fazer todo
2152 o debate nós submetemos a primeira proposta a emendas do GTI, essas
2153 emendas foram apresentadas na época, debatidas, e nós incluímos na
2154 proposta de Plansab. Bom, a proposta de Plansan, então, foi para... Uma vez
2155 aprovada pelo GTI, ela foi para discussão em seminários regionais, discussão
2156 essa que preparava o setor, em especial o setor de saneamento, mas também
2157 a sociedade, para o que viria em seguida, que seriam duas audiências públicas
2158 e uma consulta pública na Internet. Então os seminários regionais foram para
2159 debater, discutir e apresentar, não recebeu emendas, mas na audiência pública
2160 que foi realizada na Câmara dos Deputados e na Comissão do
2161 Desenvolvimento Urbano, e outra no auditório do Ministério das Cidades, nós
2162 então recebemos as contribuições e logo em seguida submetemos à consulta
2163 pública na Internet, ficou 61 dias na Internet, recebemos 649 contribuições,
2164 processamos todas essas contribuições e a partir daí geramos a versão
2165 seguinte do Plansab, que nós chamamos de 'versão consolidada para os
2166 conselhos', que é a versão que os senhores e senhoras receberam para a
2167 análise que é objeto dessa apreciação agora. Encerrada essa apreciação no
2168 Conama, o próximo passo será a deliberação do Ministro das Cidades, que
2169 encaminha à Presidência da República. E a ideia é que o plano seja
2170 publicado... Aprovado pelo Governo Federal e publicado por intermédio de um
2171 Decreto Presidencial. Para nos ajudar na elaboração desse plano em todo esse
2172 processo que eu acabo de dizer, nós trabalhamos em uma parceria com três
2173 universidades no Brasil: a Universidade Federal de Minas Gerais, a
2174 Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal da Bahia,
2175 que fizeram um consórcio e, como primeiro trabalho, elaboraram um
2176 documento chamado 'Panorama do saneamento básico no Brasil', com todos
2177 esses volumes que estão listados aí, e que conforma toda a base conceitual
2178 que nos levou ao plano. Portanto, tivemos uma preocupação de trabalhar
2179 conceitualmente o que deveria ser um plano dessa envergadura, um plano
2180 dessa dimensão, e esses elementos vieram através desses estudos e foram o
2181 subsídio, digamos assim, o alimento que nos serviu na preparação do
2182 documento. Esse estudo, panorama, é um documento que tem mais ou menos
2183 três mil páginas. Ele está dividido em volumes. Agora, o Plansab é esse
2184 documento... É um documento de cerca de 180 páginas, ele é um documento
2185 que traz os elementos e as diretrizes principais que advêm desse estudo.
2186 Também para destacar nós temos chamado a atenção para alguns elementos
2187 desse documento que nós consideramos que são inovações para a política
2188 pública, pelo menos na nossa área do saneamento básico. Primeiro o que eu
2189 acabo de falar, a base conceitual. Nós não partimos de dados e de indicadores
2190 de diagnóstico apenas quantitativos e numéricos, nós fizemos uma análise
2191 qualitativa muito aprofundada, estudamos conceitos, definimos vários conceitos
2192 que tinham duplicidade de entendimento no saneamento básico, enfim,
2193 investigamos e propusemos uma base conceitual muito importante que nos

2194serviu muito na elaboração do plano, mas, mais do que isso, vai nos servir
2195muito na sua implementação, no seu monitoramento e avaliação. Também a
2196análise situacional para nós é uma inovação não só pelo que eu acabo de
2197dizer, que não trabalhamos apenas com números, mas com uma análise
2198situacional qualitativa, um pouco inspirada, conforme eu disse, no
2199planejamento estratégico situacional, e um exemplo disso nos levou a uma
2200definição e um conceito para estimar déficit de atendimento em saneamento
2201básico que difere do tradicional que nós temos conhecimento. Nós trabalhamos
2202muito com o conceito de atendimento por redes ou cobertura por redes e esses
2203indicadores que o IBGE usa, nós mesmos no Ministério das Cidades temos
2204informação de que usa esse indicador, ele é um indicador que não traz
2205nenhuma qualificação. A pessoa pode ser atendida por rede, mas receber água
2206a cada 15 dias, pode ser atendido por rede de coleta de esgoto e o esgoto não
2207ser tratado pode ser atendido pela coleta de resíduo sólido, mas o lixo vai para
2208um lixão, só para dar alguns exemplos. Então, os indicadores tradicionais,
2209embora importantes, e eles, inclusive são usados no plano, mas eles não
2210permitem essa qualificação do déficit. Então, nós fizemos em diagrama, eu não
2211vou explicar em detalhes aqui, mas basicamente nós separamos a população
2212brasileira entre os atendidos e os não atendidos, para os não atendidos nós
2213aceitamos a hipótese de atendimento com soluções individuais e estamos
2214propondo que essas soluções com qualidade ambiental e sanitária sejam
2215consideradas em algumas regiões do Brasil, para alcançarmos a
2216universalização. Essas soluções, sejam individuais ou sejam por rede, em
2217vários casos ela não tem o atendimento adequado, o atendimento é precário.
2218Eu acabo de dar alguns exemplos que vale tanto para a rede como para as
2219soluções individuais e esse atendimento precário, no nosso PlanSab ele é
2220classificado como déficit. Portanto, o atendimento é só aquele que nós
2221conceituamos como adequado. E a solução que o plano traz para o Brasil é
2222uma solução que resolve os não atendidos, mas tem que resolver também os
2223atendidos com atendimento precário. Depois eu vou mostrar alguns números
2224para vocês verem como muda o indicador quando você atribui o conceito de
2225atendimento precário e de atendimento adequado. Também trabalhamos, para
2226dar mais em exemplo, que para nós é algo inovador, com conceito de medidas
2227estruturais e estruturantes. O Brasil tem a tradição de investir em saneamento
2228básico nas medidas estruturais, muito investimento em obra. É uma cultura que
2229vem desde a época do Planasa e que fato a visão é sempre de fazer obras e
2230nós traz temos aqui no PlanSab, isso está muito bem colocado no plano e
2231muito bem detalhado, que é fundamental a qualificação do gasto e é
2232fundamental a qualificação da operação, da manutenção do atendimento ao
2233cidadão. Para isso é necessários o que nós chamamos de medidas
2234estruturantes. Então, no estudo que nós fizemos ele resulta em algo que
2235esquemáticamente está representado nesse gráfico. Nós vimos de uma
2236situação histórica que é a linha vermelha de investimentos estruturais, que vêm
2237crescendo e ainda precisam continuar crescendo porque ainda falta muito
2238sistema para construir, mas por outro lado, precisamos sair da linha verde que
2239está na horizontal, ou seja, não está acontecendo, precisamos dar um salto e
2240começar a investir nas medidas estruturantes. De tal forma que essa medida
2241estruturante dos investimentos continua crescendo, enquanto que o estrutural
2242vai chegar a um ponto que ele vai começar a decrescer, e essas duas curvas
2243vão se encontrar na universalização. Na universalização nós damos,

2244invertemos a curva e você passa a precisar mais das medidas estruturantes e
2245menos das medidas estruturais. Só para exemplificar a medida estruturante
2246significa educação ambiental; significa fechar lixão e fazer exposição adequada
2247do lixo com tratamento adequado; significa capacitação; pesquisa e
2248desenvolvimento; combate às perdas de água; uso eficiente de energia nos
2249sistemas; inovação tecnológica ou aproveitamento do biogás nos APs e nas
2250estações de tratamento de esgoto; reuso da água. Quer dizer, uma série de
2251coisas importantes que nós temos feito... Quase nada, em alguns casos
2252fazemos alguma coisa, que nós damos um *upgrade* nisso daí, no que nós
2253chamamos de medidas estruturantes. E nós dimensionamos no nosso plano
2254quanto que nós precisaríamos aplicar nos próximos 20 anos. Vale dizer aquilo
2255que eu já devia ter dito no início, que esse plano tem um horizonte de 20 anos,
2256conforme estabelecido na lei. E mais, a lei estabelece que ele tem que ser
2257revisado a cada 4 anos em períodos coincidentes com o PPA. Também
2258trazemos como inovações várias passagens onde nós damos ênfase à
2259necessidade de modernização da matriz tecnológica, sobretudo, do ponto de
2260vista das questões ambientais, da escassez de recursos hídricos, de tal forma
2261você minimizar os impactos, porventura, negativos nessa área. A visão de
2262planejamento estratégico e participativo, que eu já citei. Os programas, nós
2263saímos de uma situação hoje onde nós temos dezenas de programas no nível
2264federal e também nos níveis estaduais e municípios, para uma proposta de
2265plano que fecha em três programas apenas. Evitando a dispersão, evitando a
2266perda de energia e evitando a sobreposição, e com isso qualificando o gasto, e
2267mais importante do que isso, dando uma coordenação, embora a execução
2268possa ser descentralizada e transversal, uma coordenação central,
2269fundamental. Isso fez com que nós fechássemos em três programas. E por fim,
2270uma proposta de monitoramento que para nós no saneamento amante básico
2271também é novidade, que nós monitoremos e avaliemos os nossos programas,
2272apenas basicamente do ponto de vista financeiro, quer dizer, quanto foi
2273executado, quanto falta executar, quanto está contratado. Então, nós
2274precisamos avançar no monitoramento por cenários, que levem em conta,
2275inclusive, os setores afins ao saneamento, como é o caso do meio ambiente,
2276dos recursos hídricos da saúde e consiga, inclusive avaliar cenários do ponto
2277de vista da macroeconomia brasileira, com o impacto na implementação do
2278plano. Bom, dar uma acelerada. Bom, aqui então tem alguns indicadores, como
2279os senhores não vão mesmo fixar os indicadores eu vou saltar essa passagem.
2280Eu vou dizer que nós temos no plano as metas, isso aqui é uma síntese de
2281cinco metas, mas ao todo o plano traz 23 metas para água, esgoto, resíduos
2282sólidos, drenagem e gestão. E esses indicadores eles são tanto de quantidade
2283do ponto de vista de atendimento, como de qualidade desse atendimento,
2284conforme eu já disse, e essas metas são para o curto, médio e longo prazo.
2285Então, nós temos metas de 5 anos, de 10 anos e de 20 anos. Apenas para citar
2286o primeiro caso, nós estamos trabalhando no caso do atendimento de água
2287com a meta que vai chegar em todo o País a 99%, na área urbana vai chegar
2288em 100%, com 10 anos. Bom, para alcançar essas metas, mas não só para
2289isso, mas também para implementar aquelas medidas de gestão e medidas
2290estruturantes, o plano traz um estudo de avaliação da necessidade de
2291investimentos, com um caderno próprio e uma metodologia própria para isso,
2292que concluiu que o País precisa de 508,4 bilhões de reais para executar esse
2293plano em 20 anos, alcançar todas as metas previstas no plano. Aqui tem uma

2294distribuição por água, esgoto, resíduos sólidos, drenagem e gestão, mas o
2295plano também traz uma distribuição urbana e rural, traz uma distribuição por
2296agentes executores, seja agente federal ou agente não federal também, com
2297exercícios de distribuição da necessidade de investimento nos próximos 20
2298anos. Só para dizer aos senhores que no nível federal, com o PAC que nós
2299estamos em execução hoje, a necessidade de investimento até 2017, de
2300acordo com a curva de investimento que o plano traz, ela já está assegurada
2301com o PAC 1 mais PAC 2 e nós precisamos então, na implementação do plano
2302exercitar a continuidade desses investimentos. Só para exemplificar aqui
2303também o plano traz um capítulo de macrodiretrizes das estratégias mais
2304importantes, mais eu não digo, tão importante quanto as metas é você definir
2305essas macrodiretrizes e essas estratégias de atuação, que são de interesse de
2306todos os entes do Governo Federal, Estadual e Municipal, mas também dos
2307atores da sociedade civil que atuam no saneamento. Aqui tem alguns exemplos
2308de estratégia que nós colocamos, com foco mais na questão ambiental e de
2309interesse deste Conselho. Só para citar a primeira, promover racionalização e
2310reuso da água, inclusive da água de chuva e dos esgotos tratados,
2311considerando as especificidades socioambientais e levando em conta a
2312inovação e a modernização de processos de tecnológicos, e a utilização de
2313práticas operacionais sustentáveis. Tem uma que é fomentar parcerias a
2314exemplo de consórcio para o manejo de resíduos sólidos; tem uma que fala de
2315educação ambiental, enfim, são mais de 100 diretrizes e estratégias que
2316afetam todos os setores afins do saneamento, não apenas a questão
2317ambiental, mas a questão social, econômica, de recursos hídricos e de saúde.
2318Aqui os três programas que nós estamos colocando, nós fizemos um grande
2319esforço para fazer programas que fossem abrangentes do ponto de vista dos
2320componentes a água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem, e que também não
2321tivessem focos previamente determinados do ponto de vista do território, mas
2322teve um caso que nós não pudemos fugir que é o caso da área rural no Brasil,
2323o País tem um déficit histórico na área rural, uma carência de programas e de
2324investimentos históricos nessa área. Então, nós criamos o Programa 2,
2325específico para área rural e o Programa 1 e o Programa 3 são os que dialogam
2326mais com a lógica do plano, o primeiro para as medidas estruturais e o terceiro
2327para as medidas estruturantes, com os valores estimados de execução no nível
2328federal para os próximos 20 anos. E o plano traz critérios e diretrizes para a
2329implementação desses programas. E por fim, o último slide, apenas para citar
2330que o monitoramento e avaliação previstos no plano, ele considera cinco
2331dimensões de avaliação, e nós entendemos que tem que ter uma boa estrutura
2332para fazer isso e uma boa metodologia que precisa ser detalhada a partir da
2333aprovação do plano, onde leva-se em consideração os cenários econômicos,
2334políticos e institucionais. É o capítulo I. É a dimensão I. Depois as próprias
2335metas previstas no plano, os indicadores auxiliares são aqueles da área de
2336recursos hídricos, meio ambiente, saúde e também indicadores sociais. O
2337quinto é a avaliação do cumprimento das diretrizes e estratégias... O quarto,
2338aliás, e o quinto é avaliar a implementação dos programas e os resultados,
2339sobretudo, do ponto de vista do atendimento do público alvo. A essa ideia do
2340plano colocada aqui para os senhores e senhoras nós tivemos essa discussão
2341no plano, conforme eu já disse nas Câmaras Técnicas, mas também nas
2342reuniões preparatórias, Gaetani, tanto de Governo, como as outras também e

2343estamos à disposição se ainda resta algum esclarecimento, algum comentário
2344a ser feito. Muito obrigado.

2345

2346

2347(*Palmas!*).

2348

2349

2350**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**
2351Obrigado. Bom, pessoal é uma iniciativa sem dúvida importante, como o Ernani
2352mencionou. Só queria chamar atenção porque vem preencher um vazio de
2353muitos anos, é uma iniciativa estratégica, estruturante, um balizamento do
2354horizonte nos próximos anos. E que nós estamos trazendo para a apreciação
2355aqui do Conama.

2356

2357

2358**A SRª. MARIA LÚCIA BERNARDES COELHO Silva (Abes) –** Eu só quero
2359reforçar a importância da aprovação dessa recomendação em prol do
2360saneamento e para o meio ambiente do País.

2361

2362

2363**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**
2364Obrigado Maria Lúcia. Nós vamos a princípio submeter à apreciação do
2365Plenário, à votação, salvo se alguém queira se manifestar. Então, aqueles que
2366estiverem a favor da recomendação, por favor, ergam os seus crachás. Vai ser
2367difícil precisar aquela sugestão, Miguel, pegar o nome do todo mundo rapidinho
2368aí. Um painel eletrônico. Quer dizer, 110 maquininhas. Está bom. Quem é
2369contrário, por favor, erga seu crachá? Alguma abstenção? Aprovado.
2370Parabéns. Nós vamos agora para as nossas moções. Nós temos duas moções,
2371mais a que nos foi apresentada hoje que vai ser apreciada pelo Tadeu. Cadê o
2372Tadeu? Mas, já tem um texto aqui. Aprimoramento contínuo. Está certo. Vamos
2373lá. A primeira moção, a informação que eu tenho aqui é uma moção
2374apresentada pela CNT e que estaria sendo avaliada a possibilidade de ela ser
2375retirada mediante repactuações. Eu peço para a Patrícia vir esclarecer aqui em
2376que pé está em relação ao assunto. Muito elegante, como sempre.

2377

2378

2379**A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT) –** Boa tarde a todos. Apenas
2380recordando, nós em 2002, no ano passado, nós aprovamos a Resolução 454
2381que tratava da gestão do material a ser dragado nos portos e nas vias
2382navegáveis e nos cursos de água. Na ocasião nós vimos durante toda a
2383discussão técnica, da necessidade de se fazer um controle desse sedimento,
2384quer dizer, nós estávamos regulamentando sedimento, a retirada desse
2385sedimento nos reservatórios, os corpos de água nos portos, mas nós
2386achávamos que tinha que ter um controle desse sedimento, não só regular o
2387que retirar, mas regular para não chegar. E, inclusive nós verificamos que
2388existem estudos que tornam o problema muito grave para o Brasil, o Brasil
2389perde 800 milhões de toneladas de solo por ano e isso não só representa uma
2390perda ambiental muito grande, que é uma biodiversidade de solo, fauna e flora
2391que vão junto, como também traz um prejuízo de 4 bilhões de dólares para o
2392País, essa perda de solo. Então, a ideia da Confederação Nacional foi fazer

2393 uma recomendação para que fosse pensado um programa de controle desse
2394 solo. Mas durante toda a discussão desse processo, que depois transformou
2395 em moção, enfim, durante esses processos nós verificamos de que uma moção
2396 apenas, uma recomendação pudesse não ter a finalidade necessária para
2397 atuação. Então, na discussão prévia a CNT foi convencida de que todos
2398 entendem que o tema é grave, que o tema precisa de uma ação, mas que nós
2399 precisamos para efetividade da solução para o tema, conduzi-lo de uma
2400 maneira mais discutida, mais bem preparada. Então, eu deixo aqui comunicado
2401 aos Conselheiros que a CNT está retirando a moção, no compromisso, e aí
2402 deixo registrado em ata, no compromisso de que esse tema será retomado
2403 pelo Ministério, de uma outra maneira e a CNT ficará à disposição para essa
2404 discussão. Obrigada.

2405

2406

2407 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**
2408 Obrigada Patrícia. Adriana, eu peço que você anote a convocação de uma
2409 reunião com o Nei Maranhão, com o presidente do Ibama e a CNT para discutir
2410 como encaminharmos esse assunto. Bom, a próxima moção é uma proposta
2411 de moção sobre inclusão da Bacia do Rio Parnaíba em um Plano de
2412 Revitalização. A proponente é a Funpapi, que também é relatora da moção.
2413 Aprimoramento contínuo. Perfeito. Vamos, então... Tadeu, podemos? Então.
2414 voltou a Funpapi? A Funpapi está aqui? Perdão. Me disseram que você estava
2415 lá fora. Me perdoe. Fui induzido.

2416

2417

2418 **O SR. JOSÉ ARLI BARROS (Funpapi) –** Continuo aqui vigilante com as
2419 questões do meio ambiente. Boa tarde a todos e a todas. Nós apresentamos
2420 essa proposta, essa recomendação essa moção de recomendação porque o
2421 Rio Parnaíba é o único rio genuinamente nordestino, e hoje ele está pedindo
2422 socorro. O rio está degradado, começaram a trabalhar o agronegócio lá em
2423 cima, próximo das nascentes. E é preocupante o Estado do nosso rio, a
2424 degradação do nosso rio. Já ocorreram algumas ações, inclusive eu gostaria
2425 de fazer... Houve um equívoco aí, considerando a necessidade de se iniciar, eu
2426 gostaria que se fizesse aí uma mudança e incrementar, porque já houve
2427 algumas ações pelo fervor e a preocupação que nós temos e passou isso aí
2428 despercebido. Então, considerando a necessidade de se incrementar um
2429 programa de revitalização da bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, semelhante
2430 ao que foi feito no Rio São Francisco. Eu estive há dois meses atrás e me
2431 surpreendi, realmente lá foi mais incisiva, a União trabalhou muito em relação à
2432 Bacia do São Francisco, e não sei por que, pela distância, não sei se não foi
2433 cobrado pelos companheiros do Conama ou da sociedade piauiense, foi
2434 esquecido. E nós resolvemos pedir no sentido de incrementar ações no Rio
2435 Parnaíba. Diariamente, por incrível que pareça, o maior rio genuinamente
2436 nordestino está agonizando, que a companhia de água através da sua ETA,
2437 Estação de Tratamento de Água passa 10, 12 horas sem produzir água potável
2438 para os habitantes da capital. Por conta da degradação, a água poluída. E
2439 somos apenas um Estado do Piauí com uma população de aproximadamente
2440 três milhões e duzentos mil habitantes e do outro lado o vizinho Maranhão, com
2441 aproximadamente quatro milhões de habitantes. Então, nós estamos nessa
2442 situação. As estações de tratamento de água estão parando de tratar a água

2443 porque o rio não permite que faça essa captação. Então, eu quero apelar pela
2444 sensibilidade do Governo Federal através dos Ministérios que dispõem de
2445 recursos que possam realmente incrementar. Então, a melhorar a situação do
2446 Rio Parnaíba. Muito obrigado.

2447

2448

2449 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**
2450 Obrigado. Luciana.

2451

2452

2453 **A SR^a. LUCIANA DE PAIVA LUQUEZ (Ministério da Integração Nacional) –**
2454 Boa tarde. Luciana, Ministério da Integração Nacional. Na verdade, desculpe
2455 secretário, vai ser uma breve exposição das ações que estão sendo feitas na
2456 revitalização da Bacia do Rio Parnaíba. O nosso... Brevíssima. 5 minutos. 5
2457 minutos mesmo. O servidor da Codevasf, Tadeu Ferreira da Silva vai fazer uma
2458 explanação minúscula sobre as revitalizações que estão acontecendo na bacia,
2459 e em vez de ser uma criação de um plano é um incremento desse plano.
2460 Obrigada.

2461

2462

2463 **O SR. TADEU FERREIRA DA SILVA (Codevasf) –** Boa tarde. O meu Tadeu
2464 Ferreira da Silva, Assessor Técnico da Diretoria de Revitalização da Bacia
2465 Hidrográfica do São Francisco, Parnaíba. A Codevasf já vem atuando na região
2466 desde 2004, iniciou lá com as ações de desenvolvimento rural, assim que a
2467 Codevasf passou a atuar na região. Na questão economia sustentável. Então,
2468 nós temos lá já investido nesse período caprino, ovino, apicultura, coisa de
2469 vinte e cinco milhões de reais. Na parte de saneamento básico o projeto as
2470 ações iniciaram a partir de 2007. O saneamento básico nós temos já em obras
2471 implantadas, planejadas com atrativo de contratação, na ordem de... Um
2472 minutinho. Isso aí 2007 a 2014, dois PACs. De 2007 a 2014 nós temos
2473 trezentos e sessenta e nove milhões de reais, são projetos já concluídos nos
2474 Município do Maranhão e do Piauí, dentro de um contexto que foi colocado
2475 aqui de universalização. Então, você tem desde a ligação interdomiciliar a
2476 coleta, estação de tratamento, o lançamento no ambiente receptor baseado na
2477 classe 2 e recomendado pelo Conama, e também nós ações de processo
2478 erosivo e recuperação de áreas marginais do São Parnaíba, controle de
2479 voçoroca, controle de erosão de estrada num horizonte de vinte e oito milhões
2480 de reais, no período de 2007 agora 2014. Só que mais demorada para ser
2481 implementada. O foco do programa. Esse programa foi implantado, da
2482 revitalização, em 2006, iniciativa do Governo Federal, Ministério do Meio
2483 Ambiente, Ministério da Integração, os Governos do Piauí e Governo do Ceará,
2484 que faz parte da bacia e o Governo do Maranhão. O programa já está com uma
2485 escala já de demandas para... PAC 3, a partir de 2015, e também nós estamos
2486 fazendo o Plano de Recursos Hídricos da Bacia, o Plano de Recursos Hídricos
2487 da matriz que orienta todo o planejamento, o plano diretor e etc., o que for
2488 necessário na bacia, a água é a escala prioritária. Nós também estamos
2489 envolvidos na Rede de Petrolina, já foi licitado, a RID de Teresina, de Timon
2490 envolvendo em torno de 27 cidades. E essa RID ela busca, é uma demanda
2491 mais recente lá da região e também já fizemos Planap que é o Plano de Ação e
2492 Desenvolvimento do Estado. O foco principal do contexto da revitalização, o

2493plano de revitalização é bem amplo, tem a parte hidroambiental, recuperação e
2494conservação ambiental, e a parte econômica. A parte econômica vai todas as
2495etapas. O foco orientado que nós estamos trabalhando é com o objetivo de
2496conter o elemento poluidor, elemento poluidor é esgoto, lixo e processo
2497erosivo, exatamente a escala que nós temos que separar uma coisa da outra.
2498Nós estamos recuperando um passivo exatamente para e ter água em
2499qualidade e quantidade, objetivando fazer gestão de uso muito conforme prevê
2500a Lei de Recursos Hídricos. Como lá não tinha um plano de revitalização por
2501falta de um plano de recurso hídrico, nós espelhamos no Plano Decenal do São
2502Francisco, cujo Caderno Executivo está todas essas premissas que eu estou
2503explicando aqui. Era isso que nós tínhamos para colocar.

2504

2505

2506**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**

2507Obrigado. Bom, Maurício, da Ana.

2508

2509

2510**O SR. MAURÍCIO ANDRÉ RIBEIRO (ANA) –** Bom, basicamente o que eu
2511queria trazer aqui é a avaliação que a ANA fez dessa moção. Nós consultamos
2512várias áreas internas lá e também consultamos Renato Ferreira que é o diretor
2513de revitalização da Secretaria de Recursos Hídricos, e todos estão de acordo
2514com que é positiva a aprovação dessa moção. Com essas alterações que o
2515proponente já adiantou aqui em relação ao considerando, e que precisariam
2516ser feitas ali na parte final também ao invés de dizer inclusão d Bacia do Rio
2517Parnaíba seria incrementação na Bacia do Rio Parnaíba de ações de
2518revitalização. Com isso corrige a redação e fica pronto para ser aprovada.

2519

2520

2521**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –** Nós

2522vamos submeter então à votação a moção, incorporando as modificações
2523explicitadas pelo Maurício Andrés. Aqueles que estiverem de acordo, por favor,
2524levantem os seus crachás. Os que forem contrários à moção, levantem os seus
2525crachás. Os que se absterem, por favor. Aprovada a moção então, com as
2526modificações sugeridas pelo Maurício Andrés. Bom, a terceira moção, a última
2527moção do dia é justamente aquela que foi aprovada no sentido de ser
2528apresentada hoje em caráter de urgência, que o Tadeu apresentou de manhã.
2529Eu estou com a redação dela aqui. Eu pediria que todos... Todos receberam?
2530Sobre essa moção? Pode.

2531

2532

2533**O SR. THIAGO PIRES DE OLIVEIRA (Ministério da Justiça) –** Boa tarde,

2534Conselheiros do Conama. Thiago Pires Oliveira, Conselheiro representando o
2535Ministério da Justiça. Conversando com os proponentes da moção que foi
2536aprovada em regime de urgência pela manhã, o que acontece? Em virtude de
2537ter sido mencionado aqui o Ministério da Justiça, existem alguns aspectos de
2538ordem linguística mesmo que no entender do Ministério da Justiça gera uma
2539certa ambiguidade e vagueza. Então, para podermos aproveitarmos essa
2540oportunidade da fazermos uma contribuição do Conama para a questão
2541envolvendo justamente agressões, aqueles que estão lutando pela causa do
2542meio ambiente, que são os ambientalistas, eu estou propondo justamente para

2543os representantes da sociedade civil que essa moção nós possamos construir
2544um texto de consenso para que possa ser aprovada aqui no Conama. Eu
2545gostaria de saber se o proponente teria algum expediente que poderia atualizar
2546isso.

2547

2548

2549**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – O
2550encaminhamento não é esse. Nós tivemos a discussão, tem uma proposta e se
2551tiver alguma modificação de alteração de redação, faça agora e nós discutimos
2552e já deveria ter feito. Estamos aí para isso. Se puder aprimorar senta e nós
2553vamos fazer o seguinte, você tem um tempinho com o Tadeu, veja algo o que
2554melhorar na redação e nós vamos tocando a reunião e aprovamos daqui há
2555pouco.

2556

2557

2558**O SR. THIAGO PIRES DE OLIVEIRA (Ministério da Justiça)** – É isso que eu
2559estou propondo. Não é diferente.

2560

2561

2562**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Eu estou
2563dizendo só que já poderia ter sido feito. Por favor, converse com o autor da
2564moção e nós vamos tocando aqui. Daqui a pouco voltamos a ela. Pois não,
2565Firmينو.

2566

2567

2568**O SR. LUIZ FIRMINO MARTINS PEREIRA (Governo do Estado Rio de
2569Janeiro)** – Só em função do momento da discussão da moção, esse fato
2570aconteceu no Rio de Janeiro, a Secretaria do Ambiente de Rio de Janeiro se
2571reuniu com o Secretário de Segurança, tem feito esforços para avançar na
2572elucidação do caso e essa semana, quem mora no Rio está acompanhando, o
2573local lá foi transformado e está sendo instalada uma unidade da polícia
2574ambiental e só esta semana já foram desmontadas cerca de sete carvoarias na
2575região, uma ação intensa e isso não vai trazer de volta a vida da pessoa, mas
2576mostra que a ação do Estado vai ser muito enérgica, deixando claro que esse
2577tipo de coisa é inadmissível dentro do Estado do Rio de Janeiro para a área
2578ambiental.

2579

2580

2581**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** –
2582Obrigado Firmينو. Parabéns pela iniciativa. Nós vamos começar os informes.
2583Então, enquanto nós não temos ainda a clarificação do texto da moção. O
2584primeiro informe relaciona-se à participação dos Conselheiros do Conama na
2585IV Conferência Nacional do Meio Ambiente. E como é que estão andando as
2586Conferências Estaduais. Poderosa Ana Carla.

2587

2588

2589**A SRª. ANA CARLA (SAIC- Ministério do Meio Ambiente)**– Obrigada,
2590secretário. Adriana, boa tarde. Conselheiros e Conselheira. Cadê a
2591apresentação? A ideia é que, como o secretário falou, mostrar os dados
2592parciais que o Ministério já tem consolidado desse processo de consolidação

2593da IV Conferência Nacional, que foi lançado aqui pela Ministra, eu imagino que
2594a maioria dos senhores e senhores estavam aqui presentes e que o processo
2595formal se iniciou em 1º de abril. Então, como ele só se conclui em 27 de
2596outubro nós vamos mostrar para as senhoras e senhores os dados. Aqui os
2597principais pontos, como todos sabem a Portaria foi assinada pela Ministra no
2598ano passado, na época da Rio Mais 20, para que todos os Estados tivessem a
2599oportunidade de colocar esses recursos nos seus orçamentos. A etapa nacional
2600vai acontecer aqui em Brasília, no Centro Internacional de Convenções o
2601Brasil, é um centro novo e como os senhores sabem estamos tratando desses
2602quatro temas que são os eixos temáticos da Conferência que está discutindo
2603os instrumentos de implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
2604Então vamos lá. Esse daqui eu acho que é o dado mais importante que nós
2605temos para apresentar para vocês, Conselheiros, é um dado que realmente até
2606para o Ministério é uma ótima surpresa, nós tivemos, essa nossa quarta edição
2607de conferência e nós temos, devemos ter um pouquinho mais já porque ainda
2608tem outros municípios, mas quando fizemos esse primeiro levantamento nós
2609tínhamos quase 3.700 Municípios mobilizados no País. Em relação aos
2610processos anteriores é um dado, assim, impressionante, o que mostra que
2611essa discussão é uma discussão que mobiliza de fato a sociedade brasileira, e
2612que esse tema é o tema que a sociedade brasileira quer discutir. Então, nós
2613achamos muito relevante que seja mostrado o esforço que o Ministério está
2614fazendo para fazer um diálogo democrático e amplo em todo o País. Bom, em
2615relação ao número de pessoas mobilizadas, o Ministério colocou uma meta de
2616duzentas mil pessoas, que é uma meta superior às conferências anteriores,
2617nós já sabemos que o número de pessoas mobilizadas no País já é maior do
2618que duzentas mil pessoas. Não temos os dados certos porque os Estados
2619ainda estão consolidando, nós ainda temos 10 Conferências Estaduais em
2620processo, que serão realizadas até 22 de setembro. Mas nós vamos bater esse
2621número de duzentas mil pessoas mobilizadas. Aqui em relação aos delegados,
2622para essa etapa, essa IV Conferência nós aumentamos um pouco o número de
2623delegados em relação às edições anteriores. Esse daqui é um dado do
2624processo, como eu falei as Conferências Municipais se iniciaram em 1º de abril
2625e a data é que elas se encerrassem até 30 dias antes da Etapa estadual. Nós
2626contabilizamos 643 Conferências Municipais realizadas, com aquele total de
2627Municípios envolvidos. Teve Estados que optaram pelas Regionais, Estados
2628pelas Municipais e Estados que optaram pelos dois modelos, tanto Municipais
2629quanto Regionais. Foram 179 Conferências Regionais com 3009 Município
2630envolvidos nessas Conferências Regionais. Esse instrumento de Conferência
2631Livre foi um instrumento inovador que o Ministério do Meio Ambiente colocou
2632para fazer um grande escuta democrática na sociedade. Nós já tínhamos até a
2633data que foi feito esse levantamento 114 conferências realizadas em 23
2634Estados. E o que foi muito interessante nessas conferências, que foi diferente
2635das anteriores é que o Ministério conseguiu ter todos os 27 Estados com os
2636seus Decretos publicados e as conferências convocadas num tempo recorde,
2637não precisou nem de tanta negociação. E eu falo isso de novo para reforçar a
2638importância que esse tema tem na discussão que nós estamos vivendo hoje no
2639País. Aqui, como eu já tinha falado, todos os 17 Estados convocaram as suas
2640conferências, realizaram aqui esse mapa os verdinhos são os Estados que
2641conseguiram fazer um processo de mobilização envolvendo todos os Município
2642do Estado. Então, 100 Municípios foram envolvidos nesses Estados que estão

2643verdinhas aí, com esse total de duzentas mil pessoas. Bom, aqui em relação às
2644regiões, é um dado que pode ficar disponível para as senhoras e senhores,
2645mostrando por Estado o número de Conferências Livres e Municipais, e
2646Regionais que foram realizadas. Tem esses dados aqui apresentados para
2647todas as regiões. Aqui no Nordeste, mostrando um grande número de
2648municipais, teve Estados no Nordeste, a maioria dos Estados conseguiram
2649fazer 100% da mobilização dos Municípios. Então, a região Nordeste se
2650destacou muito no processo de conferência. Ontem mesmo no Maranhão
2651tinham 1500 pessoas na abertura só da Etapa Estadual. Então, foi um
2652processo que mobilizou muito mesmo as pessoas. Aqui na região Centro-Oeste
2653também, o número de Conferências Livres e o número de Conferências
2654Municipais. Só lembrando que essas Conferências Livres elas podem ser
2655organizados por qualquer segmento, agora não mais porque o prazo se
2656encerrou, mas por qualquer segmento representativo que queira dar
2657contribuições para a Etapa Nacional. Então, todas as propostas que saem das
2658Conferências Livres elas são enviadas para a Coordenação Executiva Nacional
2659da Conferência, que é organizada pelo Ministério do Meio Ambiente e vão fazer
2660parte das deliberações. Aqui a região Sudeste também que só um Estado
2661conseguiu fazer todos os Municípios. Enfim. E a região Sul com destaque para
2662o Paraná. Aqui, esse dado, ainda bem que já está desatualizado porque a
2663equipe da conferência, se nós chegarmos vivos até o final vai ser um sucesso,
2664mas nós já até sábado nós já vamos estar com 17 Conferências Estaduais
2665realizadas, nas duas próximas semanas nós finalizamos as 10. Então, até o dia
266622 de setembro nós já vamos ter feito todas as Conferências Estaduais e já
2667vamos passar para o processo de sistematização das propostas que vão ser
2668levadas para a Etapa Nacional. Lembrando que cada Estado vai poder
2669encaminhar um conjunto de 20 propostas para a Etapa Nacional. Eu acho que
2670esse é último em relação aos dados. E a outra questão aqui que eu acho que é
2671mais importante, é por isso que nós pedimos esse espaço para fazer essa
2672conversa com vocês, é que como vocês sabem, os membros do Conama são
2673delegados natos da conferência. Então, nós sabemos que alguns Conselheiros
2674moram fora de Brasília, outros em Brasília, mas isso também não avalia em
2675nada o processo de credenciamento. Nós do Ministério e aí eu vou apelar para
2676vocês pelo prazo. Nós gostaríamos de receber a indicação das entidades,
2677quem será o delegado ou Conselheiro que vai participar representando a sua
2678entidade, como delegado na conferência. Para nós do Ministério seria muito
2679importante que nós tivéssemos essa indicação até o dia 13 de setembro
2680porque a Conferência vai ter todo um sistema eletrônico e esse
2681credenciamento vai ser feito bem anteriormente. Então, não vai ter aquele
2682processo de ir lá na hora, vai ser feito por um sistema eletrônico. Então, nós
2683precisamos da indicação dos delegados, esses que ficam em Brasília e
2684principalmente dos delegados que vão vir nos Estados porque o Ministério vai
2685fazer custear a vinda dos delegados. Então, a Adriana gentilmente colocou
2686esse formulário na pasta, tem um formulário que os senhores receberam,
2687aqueles que já vão participar poderiam preencher esse formulário e já entregar
2688para nós. Nós pedimos também o apoio do Conama, se vocês não forem
2689preencher esse formulário hoje, mas que preencham e enviem para o Conama,
2690no e-mail do Conama até o dia 13 de setembro para que o Ministério possa ter
2691a participação. E aí seria muito interessante que nós tivéssemos a participação de
2692todos os Conselheiros, para que nós possamos fazer um debate bastante

2693qualificado nessa conferência que tem uma importância muito grande. E eu
2694acho que da minha parte é isso. Mostrar um dado parcial, aqueles que tiverem
2695mais informações nós temos informações mais detalhadas. Eu também não
2696posso deixar de fazer uma propaganda do Hotsite que o Ministério criou que
2697tem todas as informações de tudo que está acontecendo no país. É
2698interessante que os senhores acessem essa informação, lá tem todos os
2699documentos importantes para essa conferência. E pedir encarecidamente que
2700até 13 de setembro nós possamos ter todas as indicações dos Conselheiros
2701que vão ser delegados nessa conferência. Eu acho que é esta mensagem
2702secretário. Obrigado.

2703

2704

2705**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**
2706Obrigado, Ana. Indispensável a participação de todos. Parabéns pelo trabalho
2707da equipe aí que está sendo desenvolvido. Nós estamos construindo esse
2708momento, eu na reunião ontem, não me lembro qual delas, eu comentava com
2709o pessoal que nós vivemos uma situação em relação à agenda ambiental uma
2710oportunidade histórica. É um tema hoje que é um tema que atravessa todos os
2711partidos, todos os grupos políticos, todas as regiões do País, mas é um tema
2712que precisa também ser melhor trabalhado, melhor arrematado, melhor
2713modelado. Como eu disse no início do dia hoje, respondendo eu não sei se foi
2714ao Miguel ou a uma outra pessoa, nós precisamos construir a agenda
2715ambiental nacionalmente, para além das bordas ambientais. A conferência é
2716uma grande oportunidade de avançar nessa direção, contamos com a
2717participação de todos e com a contribuição de todos para que a conferência
2718seja de alta qualidade e de grande repercussão e de grandes desdobramentos.
2719Bom, Tadeu e o Thiago. Houve entendimento ou não houve entendimento?

2720

2721

2722**O SR. HASSAN SOHN (Apromac) –** Fizemos uma rápida reunião, corrigimos
2723os aspectos técnicos do texto e houve entendimento. Ele vai ler para nós e nós
2724podemos jogar na tela.

2725

2726

2727**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –** Todos
2728têm o texto básico. Foi modificado um parágrafo provavelmente. Item I: ao
2729Ministério da Justiça.

2730

2731

2732**O SR. THIAGO PIRES DE OLIVEIRA (Ministério da Justiça) –** Para que
2733dentro de suas atribuições se sensibilize quanto a agressão a ambientalistas e
2734promova medidas hábeis para coibir tais atos. Apaga o resto. Muito obrigado.
2735Eu gostaria de agradecer compreensão do Plenário do Conama e esse é o texto
2736que o Ministério da Justiça endossa a ser favorável à aprovação dessa moção.

2737

2738

2739**O SR. HASSAN SOHN (Apromac) –** As entidades ambientalistas concordam
2740com a mudança proposta e requer a aprovação.

2741

2742

2743 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Os que
2744 estiverem de acordo com a moção, por favor, levantem os crachás. Os que
2745 forem contrários à moção, por favor, levantem os crachás. Está aprovada a
2746 moção. Bom, agora em relação... Nós temos ainda dois informes. O primeiro do
2747 Comando do Exército sobre ações ambientais. Vocês têm visto eventualmente
2748 da televisão, na mídia, nos jornais uma série de intervenções promovidas pelo
2749 GSI, pelo Ibama, pelo Exército e nós achamos importante isso ser socializado
2750 para que o Conama também acompanhe essas ações e tenho noção do
2751 esforço que está sendo feito pelo Governo nessa direção. Por favor.

2752

2753

2754 **O SR. PAULO SÉGIO AUGUSTO DO AMARAL (Comando do Exército)** –

2755 Senhor Francisco Gaetani, Secretário-Executivo do Ministério do Meio
2756 Ambiente; senhora Adriana, senhor Robson, distintos conselheiros, minhas
2757 senhoras e meus senhores, boa-tarde. Eu sou o coronel Paulo amo raciais e
2758 represento o comando do Exército aqui o Conama. O motivo da minha
2759 apresentação é dar conhecimento ao Conselho que no dia 25 de agosto
2760 comemoramos o dia do soldado e mostrar a participação do Exército Brasileiro,
2761 que sob a direção e orientação do Ministério da Defesa, juntamente com as
2762 nossas forças irmãs, a Marinha do Brasil e a Força Aérea Brasileira,
2763 colaboramos com os diferentes órgãos governamentais para proteção do meio
2764 ambiente. No Exército o meio ambiente é tratado pelo Estado-Maior do
2765 Exército, na 5ª Subchefia, na Sessão de Assuntos Especiais e Internacionais. E
2766 operacionalizando no Departamento de Engenharia e Construção, onde
2767 recentemente foi criada a Diretoria de Patrimônio e Meio Ambiente. Na página
2768 do Exército é possível então ver o link onde é tratado o meio ambiente. Então,
2769 www.eb.mil.br. Sugiro uma consulta dos senhores ali que têm muitas
2770 informações interessantes. Em fevereiro de 2011 nós aderimos à agenda
2771 ambiental da administração pública, já realizamos o primeiro simpósio de meio
2772 ambiente, onde trouxemos todos os militares do Brasil todo para tratarmos de
2773 assuntos administrativos e operacionais relativos ao meio ambiente. Nós temos
2774 orgulho de dizer que os nossos aquartelamentos e campos de instrução
2775 discussões são verdadeiras ilhas verdes nos interior das cidades.
2776 Recentemente realizamos aqui no Brasil a III Conferência Especializados de
2777 Meio Ambiente dos Exércitos Americanos, onde comparecerem 16 Exércitos
2778 das Américas, o tema foi a proteção de meio ambiente nas operações militares.
2779 Nós estamos envolvidos em sete grandes projetos estratégicos, um deles é o
2780 Sipfron, que é o Sistema de Proteção das Fronteiras onde nós podemos
2781 reforçar as ações aqui dos órgãos governamentais nos combates aos ilícitos e
2782 também ao garimpo ilegal, o tráfico ilegal de animais silvestres e etc., como os
2783 senhores vão poder ver aqui no vídeo que nós vamos passar. Então, estamos
2784 envolvidos na área externa, notadamente no Haiti onde eu vou tecer um rápido
2785 comentário. Então, aqui nós vemos ali a esquerda é uma imagem do campo de
2786 instrução do Gericinó. Eu só faço menção ao Decreto número 14.273 de 28 de
2787 julho de 1920, que aprova o regulamento para o campo de instrução de
2788 Gericinó. 1920. E que fala aqui um Artigo 6: é terminantemente proibido o corte
2789 de árvore desses bosques ou da Serra do Gericinó, uma árvore derrubada
2790 deve ser substituída por outra, em condições de se envolver
2791 convenientemente. Foi publicado no Diário Oficial da União de agosto de 1920.
2792 Temos ali outro, o segundo Grupo de Artilharia Leve, temos outro o 5º Batalhão

2793de Infantaria Leve em Lorena, dá para perceber ali a área Verde, o 19º
2794Batalhão de Caçadores de Salvador. O entorno ali é todo de construções.
2795Temos O batalhão de Infantaria de Montanhas São João Del Rei também. Isso
2796é flagrante também, o nosso Centro de Instrução de Guerra na Selva, no
2797interior de Manaus, cidades. Os senhores podem reparar que a área verde é a
2798área ocupada pelo Centro de Instrução de Guerra na selva. Essa situação que
2799nós encontramos lá no Haiti, vocês podem ver ali no alto, á direita, toda a
2800vegetação ela foi cortada e transformada em carvão. Isso qualquer chuva ou
2801ocasionou um grande desastre ambiental ali, por inundações. Dá para perceber
2802a grande erosão ocasionada por essa retirada das árvores. E o grande
2803ensinamento. A melhor maneira de protegermos o meio ambiente e evitarmos
2804um desastre natural é cuidar do meio ambiente. E caso aconteça esse desastre
2805aí, nós temos que recuperar após isso o meio ambiente. Aí está uma fotografia
2806da Cooperação Cerrado que temos aí com nos órgãos governamentais, aí o
2807Ibama notadamente, Defesa Civil, Polícia Militar, Receita Federal e outros
2808órgãos. Nossa Polícia Militar. Então, os senhores podem reparar naquela
2809fotografia à esquerda, nós temos ali uma patrulha ao longo da fronteira com
2810fiscais o Ibama. E a outra também à direita. Podem reparar ali que o nosso
2811soltado na frente está levando uma metralhadora automática, pode até parecer
2812exagero, mas não é. Obrigado. E vamos ao vídeo, ele não leva mais de 40
2813segundos. Obrigado.

2814

2815

2816(*Palmas!*)

2817

2818

2819**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**
2820Parabéns Coronel. Sem a atuação o Exército junto com demais atores... Estou
2821fazendo hora enquanto o vídeo entra. Realmente assim, é muito bacana e
2822muito importante. O desmatamento está atingindo recordes de contenção, a
2823expansão da taxa de desmatamento é cada vez menor. Isso não teria sido
2824possível sem a atuação de vocês junto do processo.

2825

2826

2827(*Vídeo!*)

2828

2829

2830(*Palmas!*)

2831

2832

2833**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –** Gostei
2834da trilha sonora. Vamos lá. O nosso próximo informe é do ICMBio referente ao
2835Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas, previsto na Resolução
2836Conama 347/2004.

2837

2838

2839**O SR. JOCY BRANDÃO CRUZ (ICMBIO) –** Boa tarde a todos e a todas. É
2840com muita satisfação que o Instituto Chico Mendes e o Cecav traz agora e
2841disponibiliza à sociedade brasileira o Cadastro Nacional de Informações
2842Espeleológicas, o Canie. Eu vou mostrar um pouco do que como é o cadastro e

2843a importância do cadastro para a sociedade brasileira. Em especial para a
2844comunidade Espeleológica. Eu sou Jocy, atualmente estou na coordenação do
2845centro Nacional de Pesquisa e Conservação do Patrimônio Espeleológico, que
2846é o Cecav. O mais importante são as telas do sistema que vai estar passado,
2847mas o cadastro ele foi instituído pela Resolução Conama 347/2004. Desde.
2848Então, o Ibama à época e o Cecav que compõe a estrutura do Ibama, iniciou o
2849desenvolvimento do sistema, um sistema muito complexa e pioneiro já que ele
2850seria a primeira vez que estaríamos tendo um sistema que estaria juntando e
2851sistematizando todas as informações sobre o patrimônio espeleológico
2852brasileiro. E ele foi desenvolvido durante alguns anos chegou, inclusive a estar
2853pronto, mas uma série de mudanças necessárias, relativa à segurança do
2854sistema de acesso, inclusive, foi necessário algumas mudanças no *Framework*
2855do Ibama e isso provocou uma série de defeitos no sistema. Essas mudanças
2856na *Framework* interrompeu o funcionamento do sistema ele teve que ser
2857suspensão e isso veio a coincidir com a criação dos Instituto Chico Mendes e o
2858Cecav e alguns outros centros de pesquisa passaram a compor a estrutura do
2859Chico Mendes e aí então o sistema passa a ser desenvolvido efetivamente,
2860agora baseado nos padrões do Governo Federal, de segurança de sistema,
2861todo Software Livre, ele passou a ser desenvolvido em pró SGRI SQL. Passou
2862a ser desenvolvido em Pró SGRI SQL. E na linguagem PHP. Inicialmente o
2863banco estava sendo desenvolvido em hora e isso é que foi um dos grandes
2864problemas também. No entanto avançamos com relação a isso. Bom, o
2865sistema em si foi desenvolvido em 6 etapas, uma fábrica de Software
2866contratada pelo Instituto Chico Mendes, que é a CTIS, sob a supervisão da
2867Ciotec di Chico Mendes, que é uma coordenação de tecnologia e com toda a
2868orientação técnica do Cecav. Como falei, é um sistema muito amplo porque
2869são muitas informações relativas às cavidades, mas assim, como uma ideia
2870que eu coloquei no slide, nós temos informações desde a área protegida,
2871atividades antrópicas, entradas de caverna, microbiologia, vegetação, a
2872questão dos vestígios histórico-culturais, paleontologia, geomorfologia, todas
2873as ciências afins e que compõem a gama de estudos necessários, inclusive
2874para o licenciamento ambiental de empreendimentos que sejam instalados em
2875área de potencial ocorrência do patrimônio espeleológico. Hoje o sistema ele
2876está já está disponível, a partir de hoje, a entrada principal dele é através o
2877Portal do Sistema do Instituto Chico Mendes, através do sítio do Cecav
2878também na internet e duas entradas em especial, uma para o usuário externo,
2879de maneira geral, que quer só fazer uma pesquisa, que quer inserir
2880informações. E outra que aí sim dá acesso aos órgãos licenciadores estaduais
2881e federal. Esses são os endereços de acesso. Bom, como eu falei, ele possui
2882quatro níveis de acesso: o administrador que é o Cecav; o órgão licenciador e o
2883órgão licenciador estadual e os usuários de maneira geral, pesquisadores e
2884tudo mais. O usuário externo nós temos duas formas dele acessar o sistema,
2885uma através do site do Cecav onde ele vai estar fazendo só uma pesquisa e
2886buscando informações, ele não queria alterar nada é só uma pesquisa,
2887exemplo de pesquisa técnico-científica, subsidiar atividades de campo e etc. e
2888tal. Aí alguns exemplos das telas do sistema, quando de uma pesquisa. Aí
2889nessa tela já está incorporado um I3Gel onde ele já pode ver não só como
2890imagem de satélite a localização da Caverna, como mapas de localização, aí
2891tem mais vegetação, litologia, ele já pode tirar algumas informações. A partir do
2892momento que ele não queira só fazer a pesquisa e sim alterar ou inserir algum

2893 dado, esse usuário externo, na mesma tela ele já tem, como destacado, uma
2894 opção de cadastrar informações. E aí nesse caso como ele vai inserir ou alterar
2895 um dado, ele precisa se cadastrar que aí é um sistema de controle usuários
2896 externos, desenvolvido pelo Instituto Chico Mendes, onde controla todo esse
2897 acesso. E aí dentro ele já tem uma tela mais desenvolvida especificamente
2898 para que ele possa inserir essas informações e navegar pela gama de telas
2899 que o sistema tem. Já o Órgão Licenciador Federal ou Estadual ele tem uma
2900 função específica porque a legislação traz a ele a função de classificar o grau
2901 de relevância das cavidades. Principalmente as cavidades de alta, média ou
2902 baixa relevância podem sofrer impacto negativo irreversível, segundo o Decreto
2903 6640. E aí sim eles terão um perfil especial para isso, a tela só exemplifica isso.
2904 Bom, e aí ele tem acesso a mais informações, já que ele tem que conferir
2905 esses dados que são inseridos pelo pesquisador em si, ou as consultorias
2906 contratadas pelos empreendedores. E só destaquei que fica ao Órgão
2907 Licenciador que aparece essa opção embaixo onde segundo a importância da
2908 cavidade sobre um enfoque local ou o enfoque regional é que temos a
2909 classificação do grau de relevância e aí sim pode-se identificar se a caverna é
2910 de máxima, que não permite impacto, ou alta, média e baixa, que si pode
2911 impedir o impacto pelo empreendimento. Mais um exemplo de uma das telas.
2912 Que é uma tela especificamente para você buscar tirar alguns relatórios que aí
2913 tem um módulo somente relatório e em especial ao empreendedor e ao Órgão
2914 Licenciador, porque ele precisa tirar e mostrar que ele cadastrou essas
2915 informações no cadastro dentro do rito do licenciamento. E aí você pode
2916 combinar qualquer uma dessas opções para poder tirar os relatórios com
2917 alguns filtros e esse relatório ele tem três saídas, em PDF, em planilha ODS ou
2918 em HTML, que aí ele ainda pode navegar para alguns outros dados. Um
2919 exemplo de como seria o relatório em HTML. Bom, é isso. Era só mostrar a
2920 vocês como o sistema funciona, o sistema está disponível através do site do
2921 Instituto Chico Mendes, o icmbio.gov.br, no portal do sistema ou no Cecav,
2922 também que é icmbio.gov.br/cecav, que tem o link para que possa ser
2923 cadastrado e consultado. Obrigado a todos.

2924

2925

2926 (*Palmas*).

2927

2928

2929 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**
2930 Obrigado, Jocy. Parabéns pelo trabalho. Temos alguns encaminhamentos
2931 finais, extra-pauta. Eu vou procurar ser o mais rápido possível, são cinco
2932 pontos, um já foi discutido, a questão das preparatórias com o Secex para
2933 poder dar um tratamento mais amplo. O outro relaciona-se à questão então,
2934 apresentada pelo Setor Florestal sobre quem vai compilar as sugestões em
2935 desacordo com Novo Código Florestal. Voltou-se a propor um Grupo de
2936 Trabalho no âmbito da CTAJ. O Ministério vai discutir isso, está aqui o Doutor
2937 Deusdará, o Doutor Mauro de Almeida, nós vamos ver como é que nós
2938 fazemos isso porque realmente tão longo nós coloquemos esse carro na rua,
2939 nós vamos debruçar a esse processo de retrospectiva, de passar a legislação,
2940 uma ótima sugestão. Em relação ao Seminário de Licenciamento, o Bocuhy já
2941 apresentou o primeiro documento, já houve a discussão do assunto no
2942 Conama, esse documento deve ser encaminhado para a Regina Gualda que

2943deve pilotar. Vai subsidiar a discussão do seminário sobre o licenciamento
2944ambiental. Em relação a diárias e passagens para eventos relacionados ao
2945Conama ou para o Conama, tripartite, e etc., eu acho que particularmente eu
2946acho pertinente, infelizmente a hora não poderia ser pior, nós vamos tentar
2947pagar, mas a vida está dura para o nosso lado aqui em função da... O Exército
2948também está sofrendo a mesma coisa, o Itamaraty, todo mundo cujo trabalho
2949envolve viajar foi criminalizado. Quer dizer, diárias e passagens nós fizemos,
2950nós estamos desenvolvendo novas formas de desenvolver esse trabalho.
2951Finalmente tem uma aqui que eu não entendi bem, que é relacionado a por que
2952André Lima não foi pautado para dar informações sobre uso e
2953acompanhamento do código? Não sei responder. O André estava na reunião
2954ontem? Por que o André em si? Por que não o João? Ele não foi chamado?

2955

2956

2957**O SR. BRUNO LÚCIO MOREIRA MANZOLILLO (FBCN)** – Gaetani, é o seguinte,
2958na última reunião do Grupo de Trabalho a Adriana sugeriu que o André viesse
2959aqui hoje fazer um recorte à Plenária sobre o trabalho que está ocorrendo no
2960GT, mas foi uma coisa que falou ali na hora. E ontem na reunião preparatória
2961eu perguntei para a Adriana se ia haver esse informe. Não teve. Eu imagino
2962que teria na próxima reunião. Assim como o Marcílio Caron fez informe sobre a
2963Tripartite, o André talvez fosse fazer um agora do grupo. Eu só participei de
2964uma reunião, seria melhor se o André fizesse esse informe.

2965

2966

2967**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Vamos
2968ver como encaminhamos isso.

2969

2970

2971**O SR. BRUNO LÚCIO MOREIRA MANZOLILLO (FBCN)** – Só acrescentar na
2972próxima pauta.

2973

2974

2975**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Essas
2976coisas que a Ministra fala, depois eu tenho que correr atrás de todos e não sei
2977como eu tenho que... Eu estou brincando. Vamos ver o que nós podemos fazer
2978para atualizar em relação ao acompanhamento do Código. Nós estamos pela
2979hora da morte com a implementação do sistema. Eu acho que a partir de
2980outubro a vida vai melhorar, porque até o momento nós estamos muito
2981tencionados com a questão de colocar esse carro na rua. Pessoal nós estamos
2982encerrando hoje excepcionalmente mais cedo a nossa reunião, agradeço a
2983colaboração de todos. Eu espero contar com vocês na próxima. Aproveitem a
2984cidade, aproveitem o segundo semestre e, por favor, continuem mobilizados
2985com relação às pautas dessa reunião, em especial a conferência. A
2986conferência mostra que o seguinte, a sociedade brasileira quer discutir esse
2987assunto como nunca. Cabe a nós aproveitarmos esse gancho. É uma senhora
2988oportunidade. Eu já disse e repito, a agenda ambiental no Brasil vai muito além
2989da jurisdição do Ministério do Meio Ambiente, é uma agenda de todos nós.
2990Obrigado.

2991

2992

2993(*Palmas!*)